



Universidade de Brasília- UnB  
Departamento de Serviço Social – SER  
Curso de Graduação em Serviço Social

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO SERVIÇO SOCIAL:  
uma análise a partir do exercício profissional**

Laís Vieira Pinelli

Brasília  
2017



Universidade de Brasília- UnB  
Departamento de Serviço Social – SER  
Curso de Graduação em Serviço Social

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO SERVIÇO SOCIAL:  
uma análise a partir do exercício profissional**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social (SER)  
da Universidade de Brasília (UnB), como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli

Brasília  
2017

**Laís Vieira Pinelli**

**A DIMENSÃO EDUCATIVA NO SERVIÇO SOCIAL:  
uma análise a partir do exercício profissional**

**Banca examinadora:**

---

Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli. (Orientador).

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvia Cristina Yannoulas. (Membro Interno).

---

Assistente Social Samuel Gabriel Assis. (Membro Externo).

Brasília – DF  
2017

*Família e Amigos*

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, meu irmão e meu pai, que me apoiaram sempre com muito amor e paciência, mesmo na minha ausência. Tudo que conquistei na vida foi possível pelo o apoio de vocês.

Ao Prof. Tadao Takahashi, que sei dos muitos agradecimentos que recebeu durante a vida enquanto pessoa e profissional. Pelo apoio em todas suas formas.

Aos meus meninos, Téo e Kika, pelo amor sincero, gratuito e pleno.

Aos meus amigos, próximos e distantes, Heloisa, Handel, Jacque, Daniel, Joice, Dante e Marina. Que me permitiram uma vida universitária cheia de significados. Eu não seria quem eu sou sem a presença de vocês.

Ao TRASSO e ao TEDis, pela rica vivência acadêmica. E a todos os professores, colegas e assistentes sociais, que ajudaram direta e indiretamente a me encontrar no Serviço Social.

A minha banca examinadora, composta pelo Prof. Reginaldo, Prof. Silvia e Samuel, enquanto pessoas que marcaram significativamente minha formação profissional e que foram basilares para direções em que fui tomando no Serviço Social. É com grande satisfação que encerro esse momento da minha vida com o apoio e orientação de vocês. E a minha vó, Maria dos Anjos, antes e sempre, minha referência de mulher e força.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social.

ABESS: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.

CEAS: Centro de Estudos e Ação Social.

CEP: Código de Ética Profissional.

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social.

CRESS: Conselho Regional de Serviço Social.

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente.

PNAES: Política Nacional de Assistência Estudantil.

PNAS: Política Nacional de Assistência Social.

SUAS: Sistema Único de Assistência Social.

SUS: Sistema Único de Saúde.

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso.

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

TEDis: Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação

TRASSO: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social

UNB: Universidade de Brasília.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, “A Dimensão Educativa no Serviço Social: Uma análise a partir do Exercício Profissional”, tem como objetivo investigar se há e como se concretiza a Dimensão Educativa no Serviço Social, e como ela se relaciona com as dimensões teórica-metodológica, técnica-operativa e ética-política, a partir do exercício profissional do Assistente Social. Procurou-se trazer contribuições da Educação a partir de uma ótica materialista-dialética, articulada a concepção do trabalho enquanto categoria fundante do ser social, para identificar a potencialidade da Educação no processo de reprodução “espiritual” das relações sociais, tanto ao que se refere a sua perpetuação quanto a sua ruptura. A partir disso, buscou-se identificar de qual forma a Educação e Serviço Social se inter-relacionam historicamente considerando as particularidades do Serviço Social enquanto profissão assalariada e inserida no contexto de produção e reprodução das relações capitalistas. Para o desenvolvimento da pesquisa os procedimentos metodológicos embasaram-se no materialismo histórico-dialético, a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, tendo como aporte técnico/instrumental de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e revisão de literatura. Realizou-se três entrevistas, com duas Assistentes Sociais inseridas no Sistema Único de Saúde e uma Assistente Social que trabalha com coleta, desenvolvimento e sistematização de dados em um órgão estatal. Os resultados demonstraram que as Assistentes Sociais identificam a Dimensão Educativa no seu exercício profissional como capacidade do Assistente Social de suscitar reflexões nos usuários e demais indivíduos envolvidos no seu exercício profissional. Procurou-se também, a partir dos dados, delinear os limites e possibilidades da Dimensão Educativa, considerando o Projeto Ético-Político da profissão na defesa de um novo modelo de sociedade.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Educação; Dimensão Educativa; Projeto Ético-Político do Serviço Social,

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1. EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EMANCIPAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Educação e o princípio ontológico do ser social .....	15
1.2 Educação em seu sentido amplo .....	17
1.3 Educação para a Cidadania ou para a Liberdade? .....	19
<b>2. RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>28</b>
2.1 Serviço Social e Educação: contribuições para a compreensão da sua Dimensão Educativa .....	29
2.1.1 A Função Pedagógica do Assistente Social .....	30
2.1.2 Assistência Social: Continuidade ou Ruptura da Condição de Subalternidade? .....	32
2.1.3 O Assistente Social como profissional da Coerção e Consenso? .....	37
2.2 Serviço Social e Educação: Considerações Sócio-Históricas e Projeto Ético-Político .....	41
<b>3. A DIMENSÃO EDUCATIVA NO SERVIÇO SOCIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS .....</b>	<b>55</b>
3.1 A Percepção de Assistentes Sociais sobre a Dimensão Educativa no seu Exercício Profissional .....	57
3.1.1 Dimensão Educativa como “Reflexão”: orientação, informação e encaminhamento como instrumento de viabilização de direitos .....	58
3.1.2 A Dimensão Educativa como “Reflexão”: A Dimensão Investigativa como parte da Dimensão Educativa no Serviço Social .....	64
3.2 A Dimensão Educativa no Serviço Social: Limites e Possibilidades .....	68
3.2.1 O Projeto Ético Político do Serviço Social e a Dimensão Educativa no Serviço Social .....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – Delineando potencialidades da Dimensão Educativa no Serviço Social .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA .....</b>	<b>88</b>
<b>APÊNDICE B – TCLE .....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE C – TABELAS DE CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS ..</b>	<b>91</b>





## INTRODUÇÃO

A Educação, em uma concepção materialista histórico-dialética, possui significado social e ontológico articulado com o trabalho, participando dos processos de produção e reprodução social. Ela cumpre papel e função social de transmitir o conhecimento historicamente acumulado, tanto ao que se refere à dimensão objetiva quanto à dimensão espiritual da realidade concreta. Supõe-se também que a educação, articulada a outras dimensões da sociabilidade, tem potencial de transformação ou perpetuação de um determinado modelo de sociedade hegemônico. Deste modo, partindo do pressuposto de sua existência, a Dimensão Educativa no Serviço Social se caracteriza como conjunto de ações que direta ou indiretamente possui potencialidade na construção e/ou desconstrução de concepções ideo-políticas de indivíduos ou grupos coletivos, interferindo no modo de pensar, sentir e agir dos sujeitos envolvidos no exercício profissional do assistente social.

Em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão – pautado no compromisso intransigente com a classe trabalhadora – pressupõe-se que a Dimensão Educativa no Serviço Social se orienta e articula-se intrinsecamente com o conjunto de valores que sustentam sua dimensão teórica-metodológica, ética-política e técnica-operativa, tendo como valor basilar o princípio da liberdade<sup>1</sup> e como norte de atuação a emancipação humana.

Entretanto, enquanto profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, que tem como objeto central de intervenção a questão social<sup>2</sup>, o Assistente Social se depara com desafios cotidianos tecidos por sua condição de trabalhador assalariado, sujeito ao processo de precarização das relações trabalhistas. (IAMAMOTO, 2012). É importante ressaltar a relativa autonomia do profissional, a qual o impede de ter, contraditoriamente, total controle dos meios necessários para realizar seu trabalho, ao mesmo tempo em que, como profissão regulamentada, possui relativa capacidade de

---

<sup>1</sup> Liberdade é associada a capacidade humana de construção de possibilidades e realização de escolhas enquanto ser-humano genérico, não articulada com uma visão individualista da liberdade, resultando na desresponsabilização com o outro. (Barroco, 2012)

<sup>2</sup> Compreende-se Questão Social de acordo com Iamamoto (2012): “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. ” (p.27). Compreende-se também que a questão social enquanto expressão das contradições capital e trabalho, é também luta e reivindicações das classes trabalhadoras.

negociação, criando assim possibilidades de intervenções que estejam em consonância com seu projeto profissional hegemônico. No mesmo sentido, é interessante citar as dificuldades geradas a partir das transformações sociais desenvolvidas na década de 1990, período marcado por tendências neoliberais que afetam as relações entre o Estado e a Sociedade que, entre outros aspectos, é caracterizado pela transferência da responsabilidade pública para a sociedade civil e o desmonte das políticas públicas ao adotar medidas focalizadas e com medidas orçamentárias subfinanciadas. Considera-se esse período ponderando que essas tendências afetam atualmente tanto o exercício profissional do Assistente Social e consequentemente a maneira pelo qual a Dimensão Educativa se expressa no seu cotidiano profissional, quanto a maneira como o Assistente Social analisa as mediações que envolvem essa Dimensão.

Desenvolveu-se a partir desses elementos o tema e problemática desta pesquisa, considerando primeiramente se há objetivamente uma Dimensão Educativa no Serviço Social e como ela se expressa e se concretiza no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais em articulação com as demais dimensões da profissão, identificando nessa análise quais são os limites e possibilidade para sua concretude.

Sinteticamente, podemos apontar que temos como objeto de estudo a Dimensão Educativa no Serviço Social, e como objetivo geral de pesquisa a compreensão de como ela se expressa e se concretiza no exercício profissional do Assistente Social, em articulação com as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-político. A partir disso, identificar seus limites e possibilidades, considerando o assistente social enquanto profissional especializado inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, reconhecendo-o como trabalhador assalariado e consequentemente sujeito aos processos de precarização das relações trabalhistas. Tendo isto em mente, se estabeleceu os objetivos específicos de pesquisa: (i) identificar a compreensão do Assistente Social acerca da Dimensão Educativa no seu exercício profissional e investigar as estratégias adotadas pelo Assistente Social para a efetivação da Dimensão Educativa em seu exercício profissional; (ii) verificar se existe uma inter-relação da Dimensão Educativa com as demais dimensões da profissão; e (iii) analisar os limites e possibilidades da Dimensão Educativa considerando a condição do assistente social como trabalhador assalariado, a precarização do seu trabalho e sua relativa autonomia.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, tornou-se necessário definir o que se compreende por Dimensão Educativa. Ao contrário de procurar uma definição pautada em uma leitura específica da relação entre Serviço Social e Educação, buscou construir

um referencial teórico abrangente com contribuição de diversas áreas de saber sobre a Educação. Decidiu-se, entretanto, que não era possível estabelecer educação fora de uma perspectiva crítica e revolucionária, e que escapasse de uma abordagem a partir de uma teoria geral do ser social. Sendo assim, procurou sustentar o referencial teórico com as contribuições de diversos autores, dentro de uma perspectiva crítica-dialética, enfatizando a relação educação e trabalho em seu sentido ontológico, bem como seus limites e possibilidades na atual sociabilidade capitalista. Fundamentou-se o referencial teórico a princípio com os trabalhos dos autores Ivo Tonet (2016, 2011) e István Mészáros (2005)<sup>3</sup>; e, em específico, a uma concepção da Dimensão Educativa no Serviço Social, a partir de leituras de autoras como Marilda Iamamoto (2007, 2012), Marina Maciel Abreu (2002, 2009) e Yazbek (2015).

Em relação a metodologia desse trabalho, ponderou-se o dinamismo da realidade social e seus diversos significados em constantes transformações, elaborando uma compreensão aproximada, usufruindo de metodologias qualitativas. Sendo assim, para o desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos teórico-metodológicos foram embasados no materialismo histórico dialético<sup>4</sup>, com uma abordagem qualitativa e exploratória, tendo como aporte técnico/instrumental de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e revisão de literatura.

Optou-se pelo cotidiano<sup>5</sup> do exercício profissional, pois reconhecemos que a partir dele é possível visualizar as subjetividades necessárias para realizar as mediações

---

<sup>3</sup> Outros autores da área da educação foram considerados, entre eles Paolo Nosella, Demerval Saviani e Gaudêncio Frigotto, entretanto em razão do curto período de tempo, e pela ausência de domínio das teorias educacionais-pedagógicas, não se usou diretamente suas contribuições, reconhecendo-se assim limitações no arcabouço teórico sobre educação adotado no trabalho. Nesse sentido reconhece-se também a importância de trazer para a construção e análise do objeto desta pesquisa, a história da educação brasileira no contexto da sociedade capitalista, mas pelas mesmas razões, não foi possível trazer essa contribuição.

<sup>4</sup> De modo introdutório e meramente didático, compreende-se aqui o materialismo-histórico-dialético, considerando-o: materialista, pois – em movimento contrário a Hegel e a filosofia clássica alemã – é a partir do ser social na realidade concreta que se constrói sua consciência, e não o contrário; e histórico-dialético pelo movimento constante do real, em que o mundo se constitui por um conjunto de processos, onde a natureza, a história e o ser social estão sujeitos a constantes mudanças, transformações e desenvolvimento. O que torna importante ressaltar é que estes processos são movidos por contradições, herança da história e produto de ações recíprocas da humanidade, por meio da práxis humana. (NETTO, 2011)

<sup>5</sup> De acordo com Netto (1987) a partir de uma ótica lukácsiana a vida cotidiana é insuprimível – ou seja, não há ser humano sem vida cotidiana – e ineliminável – enquanto constituição do processo de produção e reprodução do ser social, ou seja, é nível pelo qual os homens se realizam enquanto indivíduos históricos. De acordo com Netto (idem) Lukács define que a cotidianidade se caracteriza a partir de três elementos: a heterogeneidade – se constitui a partir das diversas dimensões da vida do ser-humano, como linguagem, educação, trabalho, vida política, vida privada -, a imediatez – o ser-humano responde ativamente ao padrão da cotidianidade enquanto relação direta entre pensamento e ação, sendo a conduta imediata essencial para o espontaneísmo necessários à reprodução -, e a superficialidade extensiva – o que o ser-humano apreende da realidade é o somatório de vários fenômenos, entretanto ele não deposita

entre o particular e o universal (CARVALHO; NETTO, 1987), sem cair necessariamente em uma fenomenologia sem significados a partir de uma totalidade. É interessante ressaltar que reconhecemos que o cotidiano nos proporciona tendências que impedem uma compreensão mais complexa das mediações, entretanto transcender o cotidiano além de uma necessidade é possível a partir de uma ação reflexiva, como se pretende realizar nesse trabalho e também identificar nas falas das entrevistas.

Considerou-se como o fio condutor da pesquisa a perspectiva dos profissionais para identificar os objetivos elencados. Sendo assim, a fala dos sujeitos da pesquisa seria a principal orientadora na construção de dados deste trabalho. Entretanto, evitando uma análise focalizada na perspectiva do sujeito, tornou-se necessário considerar como central as categorias de totalidade, contradição e mediação,<sup>6</sup> com intuito de uma compreensão totalizante da realidade social que permeia a problemática deste trabalho a partir da fala dos sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, a mediação ente o particular e universal, em constante movimento, resultando apenas em aproximações provisórias com a realidade, será constante no processo de análise dos dados.

Com a intenção de sustentar a pesquisa a partir da perspectiva dos sujeitos estratégicos – os assistentes sociais – optou-se pela entrevista semiestruturada como instrumental que melhor se adequa aos objetivos. Mais pessoal e abrangente que o questionário com perguntas fechadas e uniformizadas, a entrevista semiestruturada permite que as perguntas elencadas tenham mais intimidade e profundidade a fim de obter uma melhor compreensão da realidade. (LAVILLE e DIONNE, 2008). Optou-se pela entrevista semiestruturada em razão da sua flexibilidade diante da possibilidade que novas perguntas surjam a partir da fala dos entrevistados, obtendo direcionamentos não previsíveis e considerando o caráter exploratório da pesquisa.

As entrevistadas foram selecionadas a partir da relação disponibilizada pela coordenação de estágio, concebida pela Secretaria de Estágio do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), com assistentes sociais que

---

atenção a todos os fenômenos, nem percebem as mediações se não houver um movimento de distanciamento. Entretanto, transcender o cotidiano é ação necessária para o desenvolvimento da humanidade e é possível a partir do distanciamento, sendo a ciência o lócus privilegiado para realizar esse movimento. É a partir dessa potencialidade que pretende-se analisar os dados coletados.

<sup>6</sup> Entende-se mediação enquanto relação dialética entre o singular e o universal. O sujeito, enquanto ser humano social, não está privado da sua particularidade, mas também não se localiza fora da universalidade, ele é produto do processo de mediação entre essas duas categorias. A particularidade por ser compreendida enquanto âmbito individual dos sujeitos em que o ser social age apropriando-se desse patrimônio processual que se constitui enquanto universalidade – e a universalidade, em constante movimento, é produto de uma herança história a partir da práxis social (NETTO, 2011).

atualmente são supervisores de campo de estágio ou que foram supervisores no primeiro semestre de 2016. Essa amostragem foi selecionada pela localização estratégica no acesso aos profissionais de diversos campos de atuação. Primeiramente entrou-se em contato por e-mail, totalizando mais de 20 interessados em participar da entrevista. Ao entrar em contato por telefone o número foi reduzido e diante da incompatibilidade de horários ou a necessidade de procedimentos que exigiam mais tempo que nos era permitido, acabou que apenas três entrevistas foram realizadas. Das três assistentes sociais, duas estavam inseridas na política de saúde, e uma em um órgão público responsável por coleta, desenvolvimento e sistematização de dados.<sup>7</sup> Considerou-se os cuidados éticos previstos, assim como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e mantendo o anonimato das entrevistadas por meio de nomes fictícios na análise dos dados.

A análise bibliográfica e documental foi realizada a partir das categorias centrais da pesquisa – dimensão educativa no serviço social, educação crítica, cotidiano profissional e exercício profissional do serviço social. A pesquisa documental foi feita em revistas de referência nas áreas de Serviço Social e Educação com conteúdo disponível online – Educação e Sociedade, Katálýsis, Ser Social, Temporalis, Serviço Social e Sociedade, Argumentum, Em Pauta, Emancipação, Serviço Social em Revista, O Social em Questão –, no Banco de Dissertações e Teses da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Plataforma Scielo. Pesquisou-se também livros na Biblioteca Central da UnB e no acervo pessoal construído no decorrer da graduação não concluída de Ciências Sociais e, em seguida, durante a graduação de Serviço Sociais contando principalmente com obras sobre os Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social e Educação – áreas de maior interesse durante a formação acadêmica, e que juntamente com o envolvimento nos grupos de pesquisa TRASSO e TEDIs, foi se consolidando na graduação.

Por fim, este trabalho se estruturou em três capítulos, sendo o primeiro deles intitulado *Educação, Cidadania e Emancipação*, onde se disserta temas estratégicos

---

<sup>7</sup> Reconhecemos a restrição tanto pela quantidade de entrevista, quanto pela ausência de diversidade dos espaços ocupacionais. Não foi possível coletar mais entrevistas em razão do limitado espaço de tempo, entretanto, espera-se que em outra oportunidade esses dados possam ser coletados com maior qualificação.

para compreensão da Dimensão Educativa no Serviço Social, com foco na análise da educação em articulação com o trabalho enquanto categoria fundante do ser social.

O segundo capítulo, intitulado *Perspectivas entre Educação e Serviço Social*, disserta sobre a articulação histórica entre Serviço Social e a Educação, trazendo experiências de intervenção de cunho educativo da profissão, em espaços educativos e/ou na política de educação. No mesmo capítulo, apresenta contribuições de Iamamoto (2007, 2012), Abreu (2002) e Yazbek (2015) para compreensão da Dimensão Educativa no Serviço Social, ao identificar aspectos educativos no exercício profissional do Serviço Social.

O terceiro e último capítulo intitulado *A Dimensão Educativa no Serviço Social no Exercício Profissional de Assistentes Sociais* é a sistematização e análise dos dados coletados com as entrevistadas, focando em dois aspectos: as perspectivas das Assistentes Sociais sobre o objeto de pesquisa e como ele se concretiza no seu cotidiano profissional, e os limites e possibilidades identificados em suas narrativas para sua efetivação.

Ao fim, temos as Considerações Finais que propõe sintetizar as principais contribuições da pesquisa e apontar potencialidades da Dimensão Educativa para o fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

## 1. EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EMANCIPAÇÃO

Para a construção do debate sobre a Dimensão Educativa no Serviço Social, torna-se necessário definir qual o conceito de Educação a ser abordado na pesquisa, e identificar qual concepção é defendida pelo Serviço Social. Durante a construção do referencial teórico aproximou-se da proposta apresentada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), com destaque ao Documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Educação” (2013), estabelecendo-a como concepção de educação de referência. De acordo com CFESS (2013) a educação é função social importante na dinâmica da reprodução do ser social, o que, em uma sociedade capitalista de profundas contradições nos modos de produção e distribuição de riquezas, tomará contornos para:

[...] assegurar a reprodução dos contextos sociais das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. (CFESS, 2013. p.18).

Junto com outras dimensões da vida social, inserida em uma análise da educação articulada ao trabalho como princípio ontológico do ser social, reproduz e produz um conjunto de práticas sociais que sustentam as particularidades de uma determinada sociedade. Sua função social não se esgota apenas nas instituições, mas circunscreve outras dimensões sociais dentro das multideterminações no processo de reprodução e produção das relações sociais dominantes.

Essa apresentação preliminar se faz necessária para identificar qual é a linha teórico-metodológica adotada, a qual foi selecionada diante de dois pontos: (i) O Serviço Social é uma profissão com uma posicionamento político hegemônico que se expressa no Código de Ética (CEP) de 1993, pautado como princípio central a liberdade, sendo profissão compromissada com a classe trabalhadora, concluindo-se assim que existe um projeto profissional e por conseguinte uma vinculação a um projeto societário, e que consequentemente; (ii) não é possível estabelecer educação fora de uma perspectiva crítica e revolucionária, que escape de uma abordagem a partir de uma teoria geral do ser social, sendo que a Dimensão Educativa no Serviço Social deve se orientar a partir dessa concepção.

Sendo assim, procurou sustentar o referencial teórico-metodológico a partir de contribuições de autores alinhados a uma perspectiva crítica-dialética, enfatizando a



relação entre educação e trabalho em seu sentido ontológico e seus limites e possibilidades na atual sociabilidade capitalista. Fundamentou-se nos trabalhos dos autores Ivo Tonet (2011, 2016), István Mészáros (2005) e Silveira (2013). O capítulo foi estruturado com temáticas abordadas para se compreender a dimensão educativa no Serviço Social. *Educação e o princípio ontológico do ser social*, fundamentado a partir de Ivo Tonet (2011, 2016), apresenta sucintamente a relação entre Educação e o Trabalho enquanto princípio ontológico do ser social e como, a partir dessa relação, compreende-se o significado e função social da educação. *Educação em seu sentido amplo* é um debate abordado por István Mészáros, centralizado na importância de conceber a educação em seu sentido amplo. *Educação para a Cidadania ou para a Liberdade?* Foi estruturado a partir de textos de Ivo Tonet (2016), que questiona os significados sócio-históricos do termo “cidadania” e sua relação com a educação, e também Silveira (2013) que a partir de Gramsci, nos traz contribuições para o debate.

### **1.1 Educação e o princípio ontológico do ser social**

Considerando que Marx não realizou estudos específicos sobre a temática educativa, Ivo Tonet (2011) pontua a necessidade de analisar a educação por meio de uma arquitetura geral do pensamento do autor, tendo como norteadora a totalidade do ser social, concebendo assim a educação a partir desta perspectiva. Sendo assim, pondera-se como primário reconhecer a ontologia do ser social, para em seguida responder satisfatoriamente ao significado social da educação.

O fundamento primário do ser social é a necessidade de transformação da natureza a partir do trabalho em resposta premeditada às necessidades em sua produção e reprodução humana, intervindo assim diretamente na realidade concreta. O trabalho é uma síntese entre objetividade e subjetividade, entre consciência e realidade objetiva, ou seja, práxis humana, ação humana pensada e transformadora do meio. (TONET, 2011).

É por meio da consciência e planejamento que o ser humano cria algo natural em um novo produto, e consequentemente não transformando apenas o meio, mas, como parte do todo, a si mesmo. Sendo assim, a ontologia do ser é radicalmente histórica e social, por ser processual e resultado da interatividade humana.

A concepção de aprendizado e conhecimento necessário para transformação do meio é um dos pressupostos que permeará o significado social da educação. Enquanto

parte de uma totalidade, a Educação adquire função e significado social relacionado com as transformações do trabalho, correspondendo à complexidade e necessidade de respostas às novas demandas surgidas a partir de um determinado momento histórico em que se localiza. Ela é fundada a partir do trabalho, única categoria responsável em criar bens materiais necessários à existência humana, sendo assim categoria fundamental para o surgimento de todas as demais práxis sociais.<sup>8</sup> De acordo com Tonet (2011), “Deste modo, podemos dizer que entre o trabalho e as outras atividades existe uma relação de dependência ontológica, de autonomia relativa e de determinação recíproca.” (p.07). E em específico a Educação:

Dependência ontológica no sentido de que a educação tem a sua matriz na forma como os homens se organizam para transformar a natureza. Autonomia no sentido de que ela se constitui como uma esfera e uma função específica, portanto diferentes do trabalho, e que, justamente para cumprir essa função própria, tem que organizar-se de maneira independente dele. E determinação recíproca, no sentido de que há uma relação de influência mútua entre a educação e todos os outros momentos da totalidade social – trabalho, política, direito, arte, religião, ciência, filosofia, etc. (TONET, 2011, p.10)

Considera-se deste modo que a educação, como categoria inserida dentro de uma totalidade social, não é suficiente por si para adquirir significado social próprio, assim como um modo de trabalho em específico momento histórico é determinante (e determinado) na construção de um modelo de produção e reprodução de relações sociais, a educação também é determinada em corresponder essas transformações no mundo do trabalho (TONET, 2011 p.10).

Tendo em vista que o trabalho é categoria fundante e ontológica do ser social, que enquanto seres humanos não nascemos programados, e que em necessidade de responder demandas, aprendemos em função de uma teleologia, a educação enquanto significado social e ontológico é necessária para: (i) criarmos tomadas de consciência e fundamentar valores, e (ii) criar conhecimentos e habilidades para construção de resposta às demandas sociais. Como ressalta Tonet (2011):

Daí a necessidade da educação, vale dizer, de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc. que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar

---

<sup>8</sup> Dentro dessa análise considera-se a centralidade da categoria da totalidade, a partir do método de Marx, em que a realidade social se constitui como síntese de um conjunto de partes inter-relacionadas e determinadas reciprocamente, tendo o trabalho como categoria central e fundante. Sendo assim, é impossível compreender parte específica desta síntese sem compreender a totalidade do ser social, sendo necessário também procurar em toda categoria sua gênese – origem ontológica – e função social – o que ele determina para a reprodução do ser social. (NETTO, 2011)

conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social. (p.9)

Conclui-se assim que a Educação é uma mediação entre ser social e o trabalho, sendo esse processo parte constituinte tanto de sua gênese, quanto da sua função social. Pois é por meio, não exclusivamente, da educação – tanto na construção de valores quanto na efetivação de transformação da natureza – que indivíduos sociais se integram no processo de síntese entre universalidade e subjetividade, tornando-se históricos e sociais, ou seja, pertencente ao gênero humano.

## **1.2 Educação em seu sentido amplo**

Para compreender a concepção de educação em Mészáros é necessário: (i) inseri-la na fundamentação do trabalho como categoria ontológica do ser social, sendo o ponto determinante para a emancipação humana; (ii) apreender sua concepção “estratégica” de educação em seu sentido amplo, ou seja, associado a ideia de que aprendizado é a “nossa própria vida, desde a juventude até a velhice” e (iii) identificar a função da educação no processo de manutenção do sócio-metabolismo do capitalismo, mas também na construção de uma nova sociabilidade, ou seja, na ruptura radical com o capitalismo.

Mészáros (2005) parte do pressuposto de que educação, em seu sentido amplo, é tudo aquilo que envolve a vida do ser humano, desde o momento em que nasce até a morte.<sup>9</sup> E que ela está, assim como outras dimensões da realidade social, associada ao trabalho como categoria primária do ser social, sendo diretamente dependente, apesar de expressar funções sociais distintas. Sendo assim, se considerarmos que na atual sociabilidade burguesa o trabalho adquire novos significados enquanto trabalho assalariado, a educação é fortemente influenciada pelas novas demandas que surgem desse processo<sup>10</sup>. (MÉSZÁROS, 2005).

---

<sup>9</sup> Durante toda a sua obra (2005) Mészáros realiza o contraste entre a educação formal – atualmente voltada para a manutenção do sistema capitalista e educação em seu sentido amplo, associando-a ao aprendizado contínuo e independente das estruturas formais; em suas palavras a educação em seu sentido amplo: “[...] comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. Apenas uma pequena parte disso tudo está diretamente ligada à educação formal” (p.53).

<sup>10</sup> Considerando a relação entre educação e trabalho, Mészáros (2005) apresenta o debate da alienação do trabalho, localizando tanto sua superação como manutenção como tarefa educacional. Mészáros (2005) afirma que a superação da alienação é processo essencial para a emancipação humana e a partir dessa

O autor estrutura sua obra considerando o imperativo de superação radical do modelo societário vigente – enquanto “modelo incorrigível” que deve ser superado por uma questão de necessidade de “sobrevivência” diante da crise estrutural do capital<sup>11</sup> – sendo a educação, em seu sentido amplo, essencial – mas não primária, nem na manutenção, nem na ruptura – nesse processo.

Mészáros tem como pressuposto que as relações sociais inseridas no modelo capitalista não se perpetuam automaticamente, mas dependem da relação de conscientização e objetivação da humanidade, ou seja, os seres sociais internalizam perspectivas externas, fazendo parte tanto da produção quanto da reprodução dessas relações (ANTUNES, 2010). Compreende-se deste modo que a internalização é a maneira como indivíduos sociais, em sua particularidade, interiorizam as forças externas, tomando como suas as concepções de mundo que o capitalismo expressa e depende para sua manutenção, ou seja, concepções que agem sobre sua maneira de conceber, pensar e agir sob o mundo. De acordo com Mészáros:

[...] a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de ‘internalização’. (2005, p.44)

É dentro desta linha de raciocínio que é possível conceber uma das características da concepção de educação em seu sentido amplo defendido pelo autor, ou seja, para além dos espaços formais, os aspectos não formais também fazem parte do processo de aprendizado. É considerando esse ponto que é necessário pensar a educação – tanto para identificar seus limites quanto possibilidade na sociedade atual.

Sendo assim a categoria de internalização torna-se estratégica para compreender a proposta do autor, pois de acordo com o mesmo, no sistema sociometabólico do

---

afirmativa o autor concebe a educação como elemento estratégico tanto na reprodução quanto na produção desse fenômeno. Tal aspecto não será aprofundado. Para mais informações consultar Mészáros (2005) ou Antunes (2010).

<sup>11</sup> De acordo com Antunes (2010) “Crise estrutural do capital significa, portanto, que, pela primeira vez na história, o sistema sociometabólico vigente confronta-se globalmente com seus próprios problemas, e que qualquer tentativa de resolução de tais problemas dentro dos limites do capital aproxima a humanidade de sua real possibilidade de destruição, tanto no plano ecológico quanto no plano militar.” (p.5)

capital<sup>12</sup>, a educação cumpre o papel de internalização dos parâmetros gerais do sistema capitalista – principalmente as instituições formais<sup>13</sup>. De acordo com o autor (2005):

O que precisa ser confrontado e alterado fundamental é todo o sistema de internalização, com as suas dimensões visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área de educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente. (p.45)

Compreende-se então que conceber a educação em seu sentido mais amplo é estratégica em dois aspectos: (i) concebê-la de maneira ampla, é necessário para identificar suas potencialidades e limites, em sua própria contradição, no sentido de reprodutora de um modo de pensar determinado – com ênfase no papel central da educação formal na atualidade –, mas também significa que por abarcar outros aspectos da realidade, permite-nos pensar de forma não determinada socialmente pelo capital, exatamente pela educação em seu sentido amplo não ser um dispositivo homogêneo e uniforme e (ii) isso possibilita uma outra visualização da educação, não a restringindo apenas a reprodução de conhecimentos determinados em instituições a isso designadas, mas que ela expressa um nível de potencialidades, associadas a absorção da herança humanamente produzida, materialmente e espiritualmente, associando-a ao pleno desenvolvimento da liberdade enquanto seres sociais emancipados.

### **1.3 Educação para a Cidadania ou para a Liberdade?**

Esse tópico foi desenvolvido em um momento secundário de estruturação do trabalho, logo após a obtenção dos dados, onde se observou a necessidade de analisar o debate acerca da educação como via para a cidadania.

---

<sup>12</sup> De acordo com Antunes (2010) “Sistema sociometabólico do capital é uma categoria central na obra de István Mészáros e designa a estrutura de funcionamento, socialmente construída, do modo de produção e reprodução do capital” (p.14), isso implica por exemplo, a necessidade da educação para seu funcionamento, tanto na sua reprodução material – na garantia de habilidades para o funcionamento da sua reprodução econômica, por exemplo - quanto espiritual – na sua absorção de preceitos e valores, em que os indivíduos, em sua particularidade, absorvem como seus.

<sup>13</sup> Mészáros (2005), entretanto, não considera a Escola – enquanto instituição formal da educação – o espaço primário que consolida o sistema do capital, nem que por si só seja capaz de propor uma ação de ruptura, em suas palavras: “fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical” (p.45). Complementando esse ponto, Mészáros considera que para se ter um outro modelo de escola, as soluções não devem ser formais, mas sim radicais – no sentido de ir a “raiz do problema” – devendo abarcar a totalidade das práticas educacionais – educação em seu sentido amplo – nas da sociedade estabelecida – observa-se nesse ponto, a importância da concepção de educação em seu sentido amplo. (Mészáros, 2005)

Ivo Tonet, em seu livro *Educação contra o capital* (2016), e mais profundamente nos capítulos *Educação e Cidadania* e *Educar para a Cidadania ou para a Liberdade*, analisa o debate da educação para o alcance da cidadania, em contraponto a educação orientada para a emancipação humana, questionando seus limites e possibilidades na sociedade capitalista, tendo como base análises sobre os fundamentos e seus significados históricos.

De acordo com o autor, existe uma tendência na educação, inclusive de educadores da esquerda e/ou comprometidos com as classes populares, de associarem a democracia e cidadania<sup>14</sup> à liberdade. Esse debate defende a importância da educação para a construção de cidadãos críticos, que analisam de maneira criativa a sociedade, seus problemas, valores e concepções, sendo também participantes ativos e conscientes das esferas políticas. Tonet analisa essa proposta, considerando o debate de se, efetivamente, uma sociedade democrática que visa a cidadania, seja libertadora. Objetivamente, pode se concluir que os conceitos de democracia e cidadania são historicamente datados. Sendo assim, o autor questiona a concepção de cidadania e democracia tanto na lógica dos direitos naturais e da igualdade inata do ser-humano – base do discurso liberal –, quanto da lógica da universalidade, como componentes da natureza essencial do ser social – sustentado pela esquerda social-democrata. Tonet apresenta ainda os limites destas concepções, sua parcialidade e suas tendências alienantes sob o discurso da liberdade por estarem historicamente fundamentadas na sociedade burguesa.<sup>15</sup>

É a partir dessa crítica que o autor defende que, para o alcance de uma sociedade efetivamente livre, o caminho necessário é o da emancipação humana, e não o da

---

<sup>14</sup>Tonet (2016) considera que dentro do debate sobre essas duas categorias, suas existências são mútuas considerando que não é possível ser um cidadão de direito sem participação política ou em um modelo político não democrático.

<sup>15</sup>De acordo com Tonet (2016) a defesa da cidadania e da democracia tem fundamentos na concepção burguesa da natureza do ser-humano que é a priori igual e livre, o que consequentemente o torna competitivo e perigoso a humanidade, sendo assim necessário controle social a partir da regulamentação do Estado, mesmo que minimamente. É a partir dessa análise que se legitima o direito à propriedade e consequentemente a naturalização das desigualdades sociais. Sendo assim, a cidadania viria como alternativa para suprimir as desigualdades, mas não erradicá-la, dentro desse bojo entra também o debate da democracia, considerando que a defesa do Estado Democrático como pré-requisito para a formação de cidadãos de direitos. Esse debate em torno dos direitos naturais do ser-humano – com embasamento em Hobbes, Locke, Kant e outros – é o que permite a venda e o contrato da mão de obra assalariada, considerando que se necessita de homens livres para que esse intercâmbio seja legitimado, os resultados são a naturalização das classes sociais, da subordinação, e da subalternidade. Sendo assim, a cidadania e a democracia têm os mesmos fundamentos da sociabilidade capitalista, sustentada na exploração do homem pelo homem. Tonet ainda destaca que autores liberais atuais que admitem a igualdade e liberdade como produtos sociais, ainda naturalizam as desigualdades dentro do argumento da insustentabilidade da existência entre liberdade e igualdade. (TONET, 2016)

emancipação política pelo qual a cidadania e democracia se incluem<sup>16</sup>. O autor define a emancipação humana como um determinado patamar e forma de sociabilidade, associada ao trabalho enquanto princípio ontológico do ser social, livre de qualquer gênero de exploração.

Cabe então perguntar: como a educação auxilia no processo de emancipação humana, visando o ser humano efetivamente livre?

O autor considera que, ao se propor uma sociedade efetivamente livre, é necessário repensar a educação a partir da emancipação humana e para isto entrar no debate do trabalho como categoria ontológica do ser social. Considera-se assim que demais dimensões da vida social, incluindo a educação, surgem a partir do trabalho, tendo dependência e, conseqüentemente, relativa autonomia em relação a ele. O trabalho enquanto atividade social implica a linguagem e a educação, sendo que apropriar-se do patrimônio genérico, ou seja conhecimentos, habilidades e valores, é condição necessária para que o indivíduo singular faça parte do gênero humano. É neste processo que a educação se torna estratégica, sendo então sua função social essencial. Sendo assim, para que o indivíduo se aproprie desse patrimônio genérico, é necessário que ele tenha acesso – e possibilidade de construção – dos bens materiais e espirituais da sociedade, ou seja:

[...] a formação integral do indivíduo, e mais ainda quando se trata de todos os indivíduos, implica, necessariamente um mundo objetivo que permita a todos ter acesso pleno aos bens materiais e espirituais, o que equivale a dizer, um mundo onde não haja desigualdades sociais, onde não haja exploração do homem pelo homem. (TONET, 2016, p.54).

Na atual sociabilidade capitalista – marcada pelas desigualdades sociais e pela exploração do trabalho – as atividades foram estruturadas para construir materialmente e espiritualmente a hegemonia da classe dominante. Sendo assim, a educação na atual sociabilidade burguesa cumpre essencialmente duas funções: formação para o trabalho, ou seja, construção da força produtiva para o capital, e educação para a cidadania e democracia, auxiliando na “estruturação de uma concepção de mundo, de ideias, de valores adequados para reprodução desta ordem social”. (Tonet, 2016, p.54).

---

<sup>16</sup> Para este debate Tonet (2016) traz Marx e a distinção entre emancipação política e emancipação humana. Tonet, com base no autor define que a emancipação política é expressão e condição de reprodução da desigualdade social, ou seja, por mais que a cidadania seja plena, ela jamais deixará de estar vinculada à sociabilidade capitalista e conseqüentemente não é constituída com a finalidade da liberdade humana efetivamente plena.

Implica-se assim que a construção da emancipação humana inclua a superação do atual modelo vigente de exploração e todas suas categorias materiais e espirituais. É necessário considerar que para a construção de uma educação voltada para a emancipação humana, não se deva associá-la apenas a subjetividade e a interioridade humana, mas relacionada a realidade objetiva e conseqüentemente a superação radical do capital. Ou seja:

Em conseqüência disso, uma educação que pretenda contribuir para a formação de indivíduos efetivamente livres deve, necessariamente, significar a formação de pessoas comprometidas com a transformação radical da sociedade, ou seja, com a revolução. (TONET, 2016, p.58)

Entretanto, de acordo com o autor, tais afirmativas ‘vazias, de caráter prescritivo-genérico’ não permitem analisar objetivamente a área da educação a partir dos seus limites e possibilidades. Neste sentido, o autor propõe que alguns pontos devam ser considerados: reconhecimento da necessidade da educação formal para a apropriação do patrimônio genérico-humano, entretanto, deve considerar que na atual sociabilidade, os espaços formais de educação voltam-se para a construção de conteúdos homogêneos e direcionadas às classes dominantes, não associando a uma proposta de ruptura. Além disso, existe a questão de que nos países periféricos, nem mesmo dentro dos preceitos capitalistas, haverá de fato sua universalização, sendo então marcados por seu acesso precarizado e desigual. Sendo assim, colocar a universalização como meta – e conseqüentemente o acesso universal ao patrimônio genérico – deve estar associado à superação do capitalismo. O segundo ponto é a atual encruzilhada em que a educação se encontra, sendo duas as possibilidades atuais na área: articular a educação na melhoria desta ordem social em uma lógica da humanização do capitalismo, ou a articulação da educação com a superação do capitalismo, ou seja, a revolução.

O que se observa nestes dois pontos é que não é possível conceber uma educação emancipadora por si só, sem articular a realidade objetiva. De acordo com Tonet (2016), ainda é possível realizar “juntamente com as lutas conjuntas das classes subalternas, atividades educativas de caráter emancipador, ou seja, revolucionário”<sup>17</sup> (p.56). Estas atividades educativas de caráter emancipador implicam a orientação em cada atividade concreta na formação radicalmente crítica – e não apenas ‘críticas’, mas no sentido de propor uma ruptura radical e não apenas a melhoria do capital dentro de uma lógica

---

<sup>17</sup> Revolucionário não está associado a doutrinação, mas ao “acesso ao que há de mais elevado hoje no âmbito do saber, nas duas diversas manifestações.” (TONET, 2016)



reformista. Sendo assim, compreender a lógica do capital, a construção histórica do mundo e do Brasil, e a atual crise do capital, numa perspectiva de totalidade, são requisitos necessários para a elaboração de práticas educativas que contribuam para a formação de uma nova sociabilidade para que assim, de fato, se consolide uma educação emancipadora, permitindo o acesso e construção do patrimônio genérico e voltada para a formação integral do ser humano.

Se a educação deve se articular à emancipação humana, e não à emancipação política (pelo qual a cidadania e a democracia fazem parte), de que forma se realiza as atividades educativas de cunho emancipador, na atual sociabilidade burguesa marcada pela crise estrutural do capital na atualidade? Tonet (2016) afirma que na atual sociabilidade, para que isso se efetive é necessário primeiramente “(...) o conhecimento sólido e profundo da natureza da emancipação humana, que é o fim que se pretende atingir” (2016, p.69) e consequentemente sua distinção da cidadania, além da construção de delineamentos concretos para seu alcance, sendo assim, necessária a ruptura radical com o sistema capitalista. O segundo ponto é seu posicionamento sobre os impactos no cotidiano quando se tem uma compreensão de finalidade. Em específico ao educador – e em primeira análise para objeto desta pesquisa, também as ações de cunho educativo do assistente social – a concepção de educação orientada para a emancipação humana, ou para a cidadania, possui efeitos concretos na sua intervenção. A finalidade e os valores afetarão sua ação educativa, o que exige criatividade – considerando que não há fórmula ou manual para seu planejamento e execução – mesmo dentro dos limites objetivos do seu exercício profissional. Neste ponto, é interessante ressaltar que, diante dos processos objetivos e espirituais da realidade social, e consequentemente os limites encontrados na atual sociabilidade capitalista, é necessário a partir das finalidades, analisar sempre a situação concreta e encontrar meios que permitem uma ação educativa com finalidades emancipatórias sem perder de vista as contradições inerentes a uma sociedade de classes. Isso significa que mesmo diante de uma finalidade clara, isso não significa a sua execução, em razões de limites objetivos e subjetivos que compõe a realidade social.

É necessário também conhecimento do sistema capitalista vigente, sua construção e modo de funcionamento, para que se possa localizar historicamente a dimensão educativa dentro deste modelo de sociabilidade, não sendo analisada isoladamente. Também é essencial identificar a natureza da educação para que não ocorram interpretações equivocadas, tanto no sentido de sua função social, quanto nas

suas responsabilidades – neste sentido lhe dando atribuições de cunho transformador ou lhe atribuindo apenas sentido reprodutivista. Questões vinculadas diretamente à educação também necessitam ser pensadas, pois não é todo modelo de educação – aqui considerando valores, metodologias, finalidades, concepções etc. – que é efetivamente vinculado a uma compreensão emancipadora. É necessário também o domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber, considerando que para a efetiva emancipação humana é necessário conhecimento qualificado no sentido de que a educação, enquanto ação emancipadora, tem como finalidade transmitir o patrimônio genérico. E, por último, o autor considera a necessidade de “articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas que ocupam posições decisivas na estrutura produtivista” (2016, p.71), sem perder de vista que não é responsabilidade da educação liderar a construção de uma nova sociedade, mas sim poder auxiliar no despertar e na fundamentação da conscientização para uma transformação revolucionária.

Outra leitura tornou-se interessante. É a análise de Silveira (2013), com respaldo em Gramsci, abordando a relação entre escola e cidadania.<sup>18</sup> É interessante ressaltar que o autor italiano nunca usou explicitamente o termo cidadania. Entretanto, considerando as tendências de associação da participação política, o discernimento crítico via educação para a formação de “cidadãos” plenos, Silveira propõe uma análise a partir de Gramsci considerando sua obra como um todo, e em particular ao conceito de subalternidade, enquanto condição de determinada classe social localizada fora das decisões de poder. O autor, tendo como foco de análise o ensino de filosofia nas escolas de ensino médio, irá estruturar seu texto a partir da análise da escola enquanto instituição inserida na superestrutura, e o professor, enquanto inserido nas contradições inerentes das relações sociais, como intelectual que pode desenvolver um trabalho a favor de uma determinada classe social, no caso, auxiliando nos processos de ruptura com a situação de subalternidade.

A escola enquanto participante da superestrutura é, em certo nível, determinada pela estrutura social, sendo direcionada à reprodução social que a engendra, ou no caso, a hegemonia vigente. Entretanto, considerando o materialismo histórico dialético, ou

---

<sup>18</sup> O autor, em seu artigo analisa a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Constituição de 1988, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a tendência de concepção da cidadania sob um viés liberal, o que justificaria a presença do ensino de filosofia como obrigatória. O autor propõe então uma leitura a partir de Gramsci com base na noção do conceito de subalternidade e a necessidade de transformar cada “cidadão” em “governante”. (Silveira, 2013)

nos termos de Gramsci, a filosofia da práxis, essas tendências não são mecanicistas ou eternas, mas sujeitas a ação dos homens e consequentemente à contradição e à mudança. Em razão da contradição, ação recíproca e a dialética entre a superestrutura, e estrutura, que é possível localizar, em Gramsci, a escola como espaço de luta hegemônica, potencialmente capaz de agir na transformação da consciência. Sendo assim, a escola pode e deve ser localizada como espaço que constitui como campo de luta de posições, sendo local estratégico para os intelectuais comprometidos com a classe subalterna (Silveira, 2013). Como afirma o autor,

Portanto, na perspectiva gramsciana, a resposta à primeira pergunta é afirmativa: de fato, a escola, mesmo sendo planejada para atender às necessidades do capitalismo, pode também, contraditoriamente, dentro de certos limites, atuar como instrumento (função de mediação) para a formação de um novo tipo de cidadão, capaz de empreender a crítica a esse modo de produção e de agir conscientemente em favor de sua transformação. Para tanto, porém, é preciso que os intelectuais professores comprometidos com esse objetivo encontrem formas de luta no campo especificamente pedagógico e sejam capazes de fazer frente à tendência da escola de oferecer predominantemente uma formação precária e aligeirada aos alunos das camadas populares, muito distante daquela que seria necessária para convertê-los em cidadãos governantes. (2013, p.65)

Gramsci explica a educação a partir de sua dimensão política, vinculando-a a cultura e aos processos de construção da hegemonia e contra hegemonia, sendo dimensão da vida social estratégica para o processo de revolução. A partir dessa análise é possível identificar a função da educação no processo de formação crítica dos trabalhadores. Silveira (2013) ressalta que Gramsci não considera a escola espaço privilegiado para essa formação, considerando que para a classe trabalhadora a educação “ocorre principalmente no partido, sindicatos, movimentos, meios de comunicação como jornais, etc.” (2013, p.2). Sendo assim, é possível identificar que o autor italiano - considerando as tendências do espaço escolar como instrumento de reprodução da cultura dominante – reconhece que a escola, enquanto espaço formal, não é a única dimensão da educação que torna viável a construção da consciência e cultura, seja ela vinculada a uma hegemonia vigente ou alternativa. A educação, para além do espaço formal de transmissão de conhecimento, também se constitui nos processos culturais que refletem uma maneira de pensar, conceber e agir sob a realidade, e ela se expressa nas mais diversas instituições. Relacionando ao Serviço Social, podemos citar os espaços ocupacionais privilegiados da categoria, como as políticas sociais da seguridade social, que também se constitui como espaços de reprodução da cultura.

Com base no autor, Gramsci concebe que esse movimento de repensar o real – que se dá, por exemplo, como ação necessária para construção de uma contra hegemonia – se concretiza diante da ação dos indivíduos, baseada em suas necessidades históricas e transformação da realidade. Sendo assim, a história é produto do novo e o tradicional, que se estabelece pela luta das forças presentes, no caso do capitalista, entre as classes sociais essenciais, burguesia e proletariado. Esse movimento de renovação se dá a partir de uma nova mentalidade, uma nova cultura, que se estrutura a partir da luta política, revolucionária, e que nas mediações de sua criação torna-se necessárias ações de superação da subalternidade, que se reflete também em uma determinada mentalidade.

A partir desses pontos, podemos afirmar que, para a construção de um movimento contra hegemônico, a luta pela cidadania pelas vias educativas torna-se necessária para superação da condição de subalternidade, e consequente superação de determinada maneira de produção e reprodução cultural hegemônica.

Considerando tais análises para a construção desse trabalho, tornou-se essencial estabelecer dois pressupostos: (i) a educação está intrinsicamente relacionada à existência humana, perpassando suas mais diversas dimensões cotidianas, consequentemente não se restringindo aos espaços formais de transmissão de conhecimento (ii) é dimensão social da vida vinculada ao trabalho enquanto categoria ontológica do ser social, e dentro dessa perspectiva adota significado e função social na apropriação do patrimônio genérico-humano, e (iii) é capaz de auxiliar no processo de manutenção e transformação de valores e concepções de consciência em relação ao mundo. Entretanto, não pode ser subestimada ou superestimada enquanto categoria necessária para transformações societárias radicais associadas a superação do atual modelo de sociedade capitalista.

Conclui-se assim que a educação, mesmo dentro dos limites, tem capacidade de auxiliar nas transformações sociais amplas e emancipatórias, mas é necessário localizá-la na contradição capital - trabalho (em especial ao debate do sentido ontológico do trabalho e o processo de alienação do trabalho assalariado) para não perder de vista sua função social de transmissão de patrimônio genérico, bem como não lhe atribuir responsabilidades equivocadas, tanto no sentido de simples reprodução do pensamento dominante, como uma compressão messiânica de ruptura com o modelo societário capitalista. É a partir desses pressupostos que se questiona, primeiramente, como a Dimensão Educativa no Serviço Social se expressa no cotidiano profissional - em consonância com um projeto de sociedade emancipada ou na manutenção das

reproduções sociais capitalistas – e quais são os limites e possibilidades de auxiliar nos processos de superação ou manutenção da ordem social vigentes. Tendo isto em mente, o segundo capítulo foi desenvolvido.

## 2. RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

Esse capítulo foi traçado considerando as relações históricas entre Serviço Social e Educação, dando ênfase aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social nos processos de concepção e intervenção no âmbito educativo<sup>19</sup>. A relação entre Serviço Social e Educação será apresentada e analisada considerando as tendências históricas que entrecruzam as dimensões do Serviço Social, e a maneira como a profissão se apropriou, compreendeu e interveio na questão social, em distintos momentos.<sup>20</sup> Esse percurso se estabeleceu por reconhecer que o objeto de análise – a Dimensão Educativa no Serviço Social – é produto de uma historicidade, sendo assim também sujeito a contradições e persistências de antigas concepções por meio de novas roupagens na atualidade. Sendo assim, estruturou-se o capítulo em dois sub-tópicos, o segundo deles diante da importância de pontuar a relação histórica entre Serviço Social e Educação. O primeiro tópico foi articulado pensando em contribuições recentes para o entendimento da Dimensão Educativa no Serviço Social sob a ótica da capacidade da profissão de interferir na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos em sua intervenção – sem perder de vista que este caráter educativo tem capacidade de tomar direcionamento de acordo com o posicionamento ético-político e teórico-metodológico adotado – e como essa relação se articula com o projeto profissional da categoria.

Considerou-se na construção dessas análises dois pressupostos: (i) seguindo a leitura de Yamamoto (2014), se reconhece que o Serviço Social é produto dos processos das relações sociais e que, na atual sociabilidade capitalista, a profissão está inserida nas contraditórias relações sociais entre capital-trabalho, afetando diretamente seu exercício profissional; (ii) o processo de construção do Serviço Social ao que se refere as suas particularidades teórico-metodológicas e histórico-social – considerando a

---

<sup>19</sup> É importante ressaltar que diante na construção da análise sobre a Dimensão Educativa no Serviço Social recorreu-se a diferentes autores que usam conceitos e termos próprios, destacando aqui “prática socioeducativa” usada por Yazbek, “dimensão educativa” em Yamamoto e “função pedagógica” em Abreu. Mesmo que se trate de conceitos que carregam suas particularidades analíticas e argumentativas, adotou-se nesse trabalho como abordagens que contribuem para a construção do objeto de pesquisa, ou seja, a Dimensão Educativa no Serviço Social. Deste modo torna interessante também comentar que adota-se nesse trabalho o termo “Dimensão Educativa” considerando as limitações ou possíveis equívocos que possam surgir a partir de termos como pedagógico – que etimologicamente está associada a educação de crianças – e socioeducativo – que podem ser associada a práticas socioeducativas expressas no ECA.

<sup>20</sup> É interessante fazer aqui uma consideração apontada por Yazbek (2009a) “É claro que essas tendências, derivadas das transformações sociais que vem particularizando o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, não se configuram como homogêneas, mas são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos.” (p.145)

impossibilidade de compreendê-lo de maneira endógena<sup>21</sup> – irá intervir diretamente na compreensão objetiva e subjetiva do Assistente Social em relação à Dimensão Educativa do Serviço Social– reconhecendo a relação de transversalidade das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política com a Dimensão Educativa no Serviço Social.<sup>22</sup>

## **2.1 Serviço Social e Educação: contribuições para a compreensão da sua Dimensão Educativa**

A estrutura geral desse subcapítulo foi construída com a intenção de apreender contribuições consideradas elementares para a análise da dimensão educativa no Serviço Social, a partir de Abreu (2002, 2009), Iamamoto (2007, 2012) e Yazbek (2014, 2015). Para fins introdutórios e de clareza identificou-se na análise das três autoras dois pressupostos adotados neste trabalho: (i) a importância da ideia de reprodução social, no sentido de que em uma ótica marxista, existe um movimento de reprodução e produção das relações sociais, vinculada não apenas a uma maneira de produção material, mas também de um modo de conceber, pensar e agir sobre a realidade, ou nos termos de Iamamoto (2014) as relações sociais engloba tanto a reprodução da vida material, quanto da reprodução espiritual, significando deste modo não apenas sua coexistência, mas sua dependência mútua; (ii) apesar de seus trajetos de análises possuírem particularidade, como ficará definido a seguir, as três autoras dialogam em certo grau de aproximação com a concepção de que para além de trabalhador assalariado prestador de um serviço, o assistente social também interfere no modo de pensar e agir

---

<sup>21</sup> De acordo com Yazbek (2009b) só é possível compreender o significado social da profissão, olhando-a a partir de sua inserção na sociedade, no contexto de relações mais amplas da sociedade capitalista. Sendo assim, é insuficiente analisá-la apenas por si mesma.

<sup>22</sup> Em seu texto, Cláudia Mônica dos Santos (2013) explana reflexões com foco na relação da dimensão técnico-operativa e as demais dimensões do Serviço Social, tendo como tese central que na prática profissional as três dimensões devem se expressar de maneira intrincada e orgânica, ou em outras palavras, “que essas dimensões constituem uma relação de unidade na diversidade” (p.25) e “significa uma relação visceral entre diferentes, ou seja, essas dimensões são interligadas, interdependente, se complementam, apesar de manterem suas especificidades.”(p.26). Essas pontuações vão em direção contrária ao pensamento mistificado de que “na prática profissional, a teoria é outra”, pois apesar de possuírem suas especificidades, a dimensão técnico-operativa – interface mais “palpável” e “objetiva” no cotidiano profissional – deve estar intrinsecamente relacionada, argumentada e orientada pelas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas. Assim, compreende-se que a dimensão educativa no Serviço Social se relaciona na mesma forma com as demais dimensões citadas.

do usuário, tendo deste modo, potencial de atuação – não exclusiva, nem “messiânica”<sup>23</sup> - na transformação de consciência dos sujeitos vinculados a sua ação profissional.

### **2.1.1 A Função Pedagógica do Assistente Social**

A concepção de Abreu (2002) sobre a Função Pedagógica do Assistente Social sustenta-se no nexos existente entre a prática do Serviço Social e o princípio educativo<sup>24</sup> vinculado a concepção de cultura – baseado em Gramsci, entende-se como modo de vida, de agir e pensar dos sujeitos sociais em uma sociedade – no processo de construção ou manutenção de uma hegemonia política no contexto de formação do capitalismo monopolista. A autora dá ênfase na atuação profissional do assistente social na Assistência Social e nos espaços e processos organizativos de lutas sociais das classes subalternas. E também compreende a Assistência Social como espaço historicamente privilegiado para o Serviço Social e que expressa claramente as contradições inerentes à profissão por responder demandas vinculadas às necessidades sociais da classe trabalhadora e contraditoriamente auxiliando no processo de reprodução das forças produtivas por meio do controle e do consenso, sendo local estratégico para a atuação dos perfis pedagógicos do Assistente Social.

De acordo com Abreu (2002), a função pedagógica desenvolvida pelo assistente social está relacionada ao campo das atividades educativas formadora da cultura, agindo sobre o modo de pensar, sentir e agir dos sujeitos sociais, intervindo então nos processos de construção e manutenção de uma hegemonia<sup>25</sup> “interferindo na formação de subjetividade e normas de condutas, elementos moleculares de uma cultura” (ABREU; CARDOSO, 2009, p.595).

---

<sup>23</sup>Existem algumas considerações críticas levantadas por Iamamoto (2008) em relação ao *perfil pedagógico da emancipação* apresentado por Abreu (2002). Em linhas gerais, a primeira autora identifica uma reatualização da visão messiânica da profissão dos anos 1980 – expresso, por exemplo, no Código de Ética de 1986 – entretanto, devido aos limites desse trabalho, o debate não será aprofundado.

<sup>24</sup>A autora se baseará na concepção Gramsciana de que o princípio educativo faz parte da “relação entre racionalização de produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe” (p.18). Em primeira análise, compreende-se então que determinado modo de cultura hegemônica (modo de vida, de agir e pensar dos sujeitos sociais em uma sociedade) é necessário para a legitimação e manutenção de determinado modelo de produção e que, neste processo de construção da hegemonia, a ação pedagógica é essencial. Um exemplo usado por Gramsci e referenciado por Abreu é a relação entre o modelo produtivista fordista/taylorista e o americanismo cultural. Para mais detalhes consultar o Capítulo 2 de Abreu (2002)



De maneira sintética, Abreu (2002) afirma:

[...] a função pedagógica do assistente social na sociedade capitalista, em sua fase monopólica define-se e consubstancia-se no terreno da elaboração e difusão de ideologias na Organização da Cultura – condição e horizonte da construção das relações de hegemonia no cotidiano das classes sociais em confronto, e que esta mesma função objetiva-se por meio de estratégias de articulação entre interesses econômicos, políticos e ideológicos de uma classe, constituindo forças de pensar e agir próprias de determinado modo ou sistema de vida, em que a formação de subjetividades e normas de conduta são elementos moleculares.” (p.30)

É interessante ressaltar que a categoria central de sua tese, a função pedagógica do Assistente Social, encontra-se na premissa gramsciana de que toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica, vinculando assim as práticas educativas à luta pela hegemonia na sociedade – tanto na conservação quanto na superação de uma hegemonia vigente.

No que tange à hegemonia do projeto societário capitalista, são ações necessárias aquelas vinculadas a uma concepção de mundo mistificada, escondendo as desigualdades e os antagonismos de classe, construindo consenso diante das ameaças ao sistema pelas constantes e eminentes crises econômicas. Como resposta a essas crises, o capitalismo vai desenvolvendo reestruturações nos meios da produção e do trabalho, sendo necessária uma (re)organização cultural das classes dominadas, eliminando “as resistências, o dissenso, na busca de adesão e do consentimento do trabalhador aos imperativos do desenvolvimento econômico” (ABREU; CARDOSO, 2009, p.596). Já ao que se refere às classes subalternas, é necessário que o processo de organização cultural esteja vinculado ao processo da classe-para-si, ou seja, para além da classe em suas determinações concretas, conquistando sua própria consciência, objetivando o rompimento com a ordem intelectual e moral do capital.

Abreu (2002) reconhece também que o assistente social é profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, ou seja, é profissão legitimada enquanto socialmente necessária no atual conjunto de relações sociais capitalistas. Sendo assim, o Serviço Social é demandado como atividade eminentemente educativa, no sentido de intervir no modo de agir e pensar dos sujeitos, na intrincada relação entre racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, sendo esta relação necessária para legitimação ou superação de um projeto societário hegemônico. Sendo assim, a autora afirma que historicamente a função pedagógica do Assistente Social é demandada pelas classes dominantes no sentido de garantir controle e consenso por vias ideológicas, mas

que, no entanto, com o processo de rompimento com a linha de pensamento conservador/tradicional, consolidada a partir da década de 1980, a função pedagógica do Assistente Social emerge vinculada ao interesse das classes subalternas, numa concepção emancipatória.

Reconhece-se assim que a função pedagógica do assistente social é eminentemente política, podendo seguir uma estratégia educativa subalternizante, ou seja, vinculada ao consenso necessário para a reprodução das relações de dominação e exploração do capital, ou estratégias educativas emancipatórias vinculadas a superação do modelo capitalista. Sendo assim, a autora analisa nos movimentos de formação e exercício da profissão – considerando suas determinações sócio-históricas -, as estratégias adotadas no bojo de sua função pedagógica, usando como categorias centrais nessa análise: a função pedagógica da ajuda, a função pedagógica da participação e a função pedagógica da emancipação. Tais perfis serão contextualizados no próximo tópico.<sup>26</sup>

### **2.1.2 Assistência Social: Continuidade ou Ruptura da Condição de Subalternidade?**

A obra central para análise que se segue é *Classes Subalternas e Assistência Social*, de Maria Carmelita Yazbek, que apesar de publicado em 1993, mantém-se atual mesmo diante das novas conjunturas traçadas nas últimas duas décadas<sup>27</sup>. Apesar do foco da análise da autora ser no âmbito das políticas sociais – e em específico as imbricações entre Serviço Social e Assistência Social – não aprofundando na questão

---

<sup>26</sup> Os perfis pedagógicos de acordo com a autora se caracterizam pela Função Pedagógica da Ajuda, da Participação e da Emancipação, sendo as duas primeiras influenciadas pelo interesse das classes dominantes de adequação do sujeito às relações sociais de produção e reprodução do capital, fortalecido por uma ideologia do trabalho em seu sentido mercadológico. O diferencial está na particularidade de cada período sócio histórico da profissão, sendo a Função Pedagógica da Ajuda influenciada pelo Serviço Social americano de psicologização do indivíduo a partir dos estudos de caso para a adequação do trabalhador “fordista”; e a Função Pedagógica da Participação influenciada pelo contexto do desenvolvimentismo econômico do país, e integração dos usuários a partir do Desenvolvimento de Comunidade. A função pedagógica da Emancipação é reflexo do projeto-ético político da profissão primeiramente com influência teórico-metodológica de um “marxismo estruturalista” e em seguida da tradição marxista crítica dialética consolidado a partir da década de 1980-90 e é marcado pelo contato com educação popular, envolvimento com movimentos sociais e organização da categoria. (ABREU, 2002). É importante ressaltar que esses perfis pedagógicos coexistam e disputam espaços.

<sup>27</sup> A própria autora, na Apresentação à 7 edição, dá ênfase nas mudanças presentes na Assistência Social com a aprovação do SUAS e da PNAS, que dentro dos seus limites, possibilitou uma nova concepção da Assistência Social, recebendo estatuto de política pública da Seguridade Social, escapando da lógica do assistencialismo. Entretanto, a autora também reconhece a atualidade de sua obra em alguns aspectos e consequentemente a contribuição para o debate. Nesse sentido, destaca-se a concepção de Subalternidade com base em Gramsci e como ela se expressa e se reproduz nas relações sociais.

do exercício ou formação profissional, o arcabouço teórico da sua análise, em específico a maneira como se reproduz socialmente a subalternidade, será de contribuição fulcral para o entendimento da Dimensão Educativa no Serviço Social.

Considera-se que *Classes Subalternas e Assistência Social* foi importante contribuição ao Serviço Social por inovar em sua metodologia e análises sobre a interlocução entre a pobreza brasileira e seu enfrentamento por meio de políticas, com ênfase na Assistência Social.<sup>28</sup> Entretanto, considerando o objeto de análise desse trabalho, foca-se em dois aspectos centrais, o primeiro deles é sua compreensão da Assistência Social, não pioneira, mas ainda não hegemônico no período de sua elaboração, que se posicionava contrária à concepção “paternalista”, “de cunho moralizante”, um “mal necessário” e “atividade meio” fortemente adotado pela profissão no Movimento de Ruptura (IAMAMOTO, 2008). Yazbek (2015), nesse sentido, nos apresenta o caráter contraditório da Assistência Social, afirmando que para além de instrumento do Estado para a dominação, sendo assim uma reiteração da subordinação dos usuários, é possível concebê-la como instrumento de protagonismo da subalternidade e para o avanço na construção da cidadania social.

O segundo aspecto é a identificação dos processos de produção e reprodução da condição de subalternidade – dentro de uma concepção Gramsciana - no contexto da assistência social e como o assistente social participa deste processo por vias socioeducativas. Para compreender esse ponto é necessário identificar o que é subalternidade, como ela se expressa, se reproduz, considerando a maneira como é apreendida e combatida a pobreza por meio da Assistência Social e quais são seus impactos – não apenas no sentido material, mas também em suas representações sociais – nos usuários pertencentes à classe subalterna.

O conceito de subalternidade, legado de Gramsci, foi selecionado pela autora por estar relacionado à ausência de participação dos processos de decisão realizados por aqueles que tem domínio político e econômico. Sendo assim, faz parte do “mundo dos dominados”, “dos submetidos à exploração” e a “exclusão social” (YAZBEK, 2015). A autora reconhece que os projetos dos segmentos subalternos então historicamente relacionados aos interesses das classes dominantes em uma complexa relação de coexistência em que os subalternos aceitam a dominação, uma vez que, tais interesses

---

<sup>28</sup> Destaca-se a escolha metodológica da autora em pesquisar sobre Classes Subalternas a partir das falas dos usuários da política de Assistência Social, locomovendo a ótica da análise da pobreza a partir dos subalternos e sua apreensão da realidade e de si mesmo.

são naturalizados por vias de difusão e reprodução do argumento de sua legitimação enquanto reivindicação da sociedade como um todo. Deste modo, observa-se que para compreender os segmentos subalternos não é possível concebê-los como não participantes da sociedade. (YAZBEK, 2015). Nessa relação de dominação, a *legitimação* tem sustentação no próprio Estado<sup>29</sup> por meio de suas diversas instituições. Sendo assim, a Assistência Social participa desse processo de regulamentação das relações sociais, minimizando tensões sociais e auxiliando no processo de legitimação do Estado e do pensamento hegemônico.

Yazbek baseada em Sposati (1985) também considera que o assistente social trabalha no âmbito das relações de mediação entre as instituições e os setores subalternos, seja na racionalização e administração, seja dando acesso ou não a população às instituições e seus serviços. Pode se afirmar assim que o profissional do Serviço Social transita entre duas realidades de interesses divergentes, pois da mesma maneira que auxilia na concretização do papel de regulação do Estado na vida social, também interfere nos processos de produção e reprodução da vida social do subalterno, seja no seu aspecto material, seja no aspecto “espiritual”.

É interessante ressaltar que essa relação também é permeada por contradições, primeiro pela existência de movimentos que questionam a condição de subalternidade, segundo pelo Estado contestar as demandas de interesses hegemônicos quanto dos dominados, ao responder, minimamente e dentro dos seus limites, recursos sociais que também auxiliam na reprodução da força de trabalho. A grande questão é se a Assistência Social, enquanto reivindicação do subalterno, auxilia ou não no processo de ruptura de sua condição social. Como aponta Yazbek (2015)

Evidencia-se assim outra face dos programas socioassistenciais: se a administração de desigualdade é a ótica da ação estatal, para as classes subalternizadas e excluídas a assistência, os serviços sociais em geral, se colocam como modalidade de acesso a recursos sociais e é assim que se apresentam como reivindicação básica de movimentos dos subalternos e seu processo de luta por direitos sociais. O social torna-se campo de lutas e de manifestação dos espoliados, o que não significa uma ruptura com o padrão de dominação e clientelismo do Estado brasileiro no trato da questão social (p.30).

---

<sup>29</sup> De acordo com Almeida (1990, p.37, apud Yazbek, 2014, p. 685) “Uma análise dessas relações de dominação, do ponto de vista político-ideológico, coloca em evidência que o Estado, por intermédio de suas instituições sociais e políticas, é veiculado como instância da ordem e da autoridade superior sobre a sociedade civil. Nesse sentido, através de seu “monopólio de instituições”, o Estado ajuda a manter e a reproduzir as estruturas da sociedade a partir da ótica dos interesses dominantes”.

O movimento de reivindicação e questionamento por parte dos dominados, seja por via de espaços de protagonismo político, como partidos políticos e movimentos sociais, seja no próprio cotidiano com ações de resistências e indagação, se faz necessário para sua constituição como sujeito político, portadores de um projeto, ou em outros termos, para a construção de uma *classe para si*.

Para a análise desse processo de conscientização de classe é necessário primeiramente compreender como a pobreza é entendida e enfrentada no Brasil. Nesse debate se enfatiza dois aspectos: (i) se reconhece que restringir a compreensão de pobreza à exclusão da riqueza socialmente produzida é uma análise insuficiente, pois é necessária compreendê-la como expressão direta das relações sociais e que, para além da ausência de acesso ao mínimo de bens e recursos, ela também “alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas de sobrevivência.” (YAZBEK, 2015, p.74); (ii) a existência persistente da moralização da pobreza, significando “[...] desqualificação dos pobres por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu componente social, sinais das ‘qualidades negativas’ e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe.” (2015 p. 73).

Considerando esses pontos, a condição de subalternidade, marcada também pela desqualificação e restrição de direitos, afeta sua identificação, sua consciência e representações. (YAZBEK, 2015, p. 77). A autora estabelece que o subalterno carrega em si processos sociais das relações sociais marcadas pela exclusão integrativa, pela moralização e a criminalização da pobreza, aspectos que afetam sua maneira de pensar, suas emoções e experiências. Nesta análise, Yazbek (2015) trabalha com o conceito de representação social adotado como constitutivo do ser social, sendo imagem do seu modo de pensar e interpretar a realidade cotidiana, significando produto e processos de uma elaboração social. As representações sociais são também modos como nos apropriamos do real social, baseados não em uma subjetividade individual e descolado da realidade externa e independente do sujeito, mas é construído a partir de objetivações e consequentemente podem ser analisadas a partir dos movimentos entre o particular e o universal. Sendo então as representações sociais um modo de se apropriar do real, considera-se que é permeado pelos antagonismos e contradições presente na realidade, refletindo seus estereótipos, suas alienações e também resistências. (YAZBEK, 2015)

É importante ressaltar que a condição de subalternidade não pode ser descolada das relações sociais capitalistas, ou seja, são construídas em torno de relações de poder, legitimadas e naturalizadas, e consequentemente afetam diretamente a concepção dos

próprios subalternos em relação à sociedade e a si mesmos. Deste modo, analisar a realidade social a partir do subalterno permite identificar a maneira como se expressa a dominação no campo de sua subjetividade. O assistente social por ser profissional localizada no campo das relações capitalistas, ao concretizar e viabilizar ações de aparato institucional, afeta direta e indiretamente a subjetividade dos sujeitos usuários das políticas sociais – no caso da obra de Yazbek, com ênfase na Assistência Social – podendo direcionar sua ação profissional para reforço das representações sociais que reificam a condição de subalternidade ou fortalecem seu rompimento.

Yazbek (2015) estabelece que as ações profissionais do Assistente Social na Assistência Social são marcadas por duas dimensões: prestação de serviços assistenciais, que incide diretamente no cotidiano do usuário da política; e o trabalho socioeducativo (e política/ideológica) que pode “assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o ‘cliente’ em termos de sua forma de inserção institucional e na vida social, como pode direcionar ao fortalecimento dos projetos das classes subalternadas.” (p.69). Observa-se assim que autora reconhece o duplo e contraditório caráter da dimensão socioeducativa do assistente social. Yazbek ainda adiciona que essas duas dimensões da ação profissional não são independentes, mas indissociáveis, ou seja, a ação profissional de prestação de serviço está permeada por uma dimensão socioeducativa que lhe dá sentido e direção. Pressupõe aqui, que essa dimensão socioeducativa está pautada por uma compreensão política e ideológica, e consequentemente é orientado pelo Projeto Ético-Político da profissão, pautado no princípio central da liberdade e no compromisso com a classe trabalhadora.

É importante frisar que a autora considera que na atual sociabilidade capitalista, permeada pelas novas reconfigurações do mundo do trabalho e com as orientações neoliberais para o enfrentamento das novas expressões da questão social, o assistente social é interpelado sob múltiplas dimensões e aspectos a desenvolver respostas perante este novo contexto. Destaca-se aqui:

[...] a necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Isso porque, como sabemos, questão social é, é disputa pela riqueza socialmente construída (YAZBEK, 2014, p. 686)

Compreende-se assim a capacidade de atuação profissional do Assistente Social nos espaços institucionais, onde “pode-se desenvolver iniciativas de resistências, buscar

novas práticas que se esboçam como alternativa” (YAZBEK, 2014, p.687). É central também lutar pela ocupação de espaços estratégicos – em especial para o fortalecimento de uma nova “cultura política” e na defesa de direitos sociais – como fóruns, conselhos e movimentos sociais.

Concluiu-se que considerando a capacidade de auxiliar nos processos de rompimento da situação de subalternidade – via a defesa dos direitos sociais, via participando dos processos de rompimento das representações sociais absorvidas pela classe subalterna – o Assistente social é profissional inserido nos espaços de instrumentalização para a construção de uma nova hegemonia. E se qualquer movimento de construção e/ou fortalecimento de uma hegemonia é um movimento essencialmente educativo, conclui-se que na prática do Assistente Social existe uma Dimensão Educativa.

### **2.1.3 O Assistente Social como profissional da Coerção e Consenso?**

Iamamoto (2007) realiza sua análise considerando a tendência histórica do Assistente Social de ser demandado para cumprir funções de cunho educativo e organizacional. De acordo com autora, a legitimação e a expansão da demanda pelo Assistente Social se estabelece em razão de suas funções de cunho “educativo” e “moralizador”, sendo assim, o profissional do Serviço Social, historicamente, se envolve em práticas com objetivo de coerção e consenso.

Tais tendência se estabelece por ser uma profissão historicamente relacionada com a Assistencial Social, tendo como espaço privilegiado a dos benefícios e mediação entre empresa e comunidade. Tais práticas profissionais são encaradas como uma tentativa de “humanização” das relações de trabalho, mas funcionam como atenuantes dos movimentos sociais operários – principalmente em momentos de crises – pulverizando assim o potencial político, reivindicatório e de organização da classe trabalhadora. Sua atuação nesses espaços não afeta apenas os processos produtivos dentro da indústria – por meio do controle e disciplinamento, garantindo assim o aumento da produtividade – mas também na vida privada do “cliente”<sup>30</sup>, ao interferir na sua família e residências. Como “profissional da assistência” o Assistente Social disponibiliza e gerencia as necessidades básicas e urgentes de sobrevivência dos

---

<sup>30</sup>Termo usado por Iamamoto (2012, 2008) remetendo a como os usuários eram compreendidos no início da profissão.

usuários, garantindo assim sua reprodução material e afetando diretamente o seu cotidiano, seja por meio de práticas moralizantes que visam alterar seu comportamento, seja por controlar sua capacidade de consumo. Sendo assim, o assistente social é contratado por se adequar às necessidades do capital de garantir o consenso perante o duro processo de exploração, contratando esse profissional que, por meio de práticas educativas de cunho moralizador, vai adequar a mentalidade do trabalhador. Sendo assim, o Assistente Social age diretamente não apenas no processo reprodutivo na garantia de bens essenciais, mas principalmente na maneira como o “cliente” compreende sua realidade e age sobre ela. (IAMAMOTO, 2007)

É interessante ressaltar que a ação de garantir meios de subsistências também faz parte do processo de inter-relações que envolvem o caráter educativo do Assistente Social. Considera-se que o Assistente Social ao cumprir o papel intermediador entre a instituição e “clientela”, e/ou entre a população e os organismos em que trabalha, auxilia no processo de legitimação do Estado e suas instituições que viabilizam a hegemonia, sendo que estes processos são identificados como práticas de cunho educativo. Sinteticamente entende-se que “trata-se de um empreendimento de tutela e programação do cotidiano do operário, incutindo nesse uma racionalidade de comportamento adequado à ordem capitalista”. (IAMAMOTO, 2007, p.46).

Seu argumento se baseia no pressuposto de que o assistente social cumpre o papel de intelectual, sustentado no conceito de Gramsci, destacando o aspecto de que, para além de uma profissão, existe uma dimensão política por possuírem função e lugar nas relações sociais, envolvendo interesses econômicos-corporativos e estando intimamente atrelada suas funções e posições com as classes fundamentais – o proletariado e burguesia. (IAMAMOTO, 2007). Observa-se assim que os intelectuais para Gramsci estão associados às organizações de classe e da sociedade política, intervindo diretamente nos aparatos de controle da hegemonia. De acordo com Iamamoto (2007) o Assistente Social cumpre o papel de intelectual que busca imprimir parâmetros para sua racionalidade hegemônica.

Nessa análise é importante identificar qual é o caráter de classes das organizações em que o Assistente Social se encontra, considerando que predominantemente a profissão está vinculada a instituições do Estado e são esses organismos que condicionam e dão significado à prática profissional no processo de reprodução das relações sociais.



Entretanto, é importante considerar dois pontos: (i) enquanto intelectual, se supõe que representam a autoconsciência crítica das classes, possuindo assim relativa autonomia crítica e a possibilidade de criar as próprias redes de organização representativa<sup>31</sup>, e (ii) é importante identificar a contradição desses organismos que auxiliam tanto no processo de perpetuação da hegemonia vigente, quanto responde às necessidades das classes subalternas.

Sendo assim, os organismos institucionais vinculados expressam certa autonomia – tanto por ser uma profissão liberal que possui instrumentos legais, como o Código de Ética, que permitem certo poder de negociação nas instituições, quanto pelo próprio caráter contraditório desses espaços, que permitem que o Assistente Social, dentro dos limites institucionais, possa evitar um posicionamento fatalista de consenso com os projetos societários vigentes que afetam diretamente seus espaços de trabalho.

Podemos concluir a partir desses pontos que o Assistente Social se localiza enquanto profissional da coerção e do consenso, mas que é importante considerar os aspectos contraditórios desse aspecto histórico da profissão. Sinteticamente:

Então o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e o processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O Assistente Social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com o inúmeros outros protagonistas, na criação de consenso na sociedade. Fala em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2012, 69)

Iamamoto (2012) ainda levanta um segundo aspecto do caráter educativo na atuação do assistente social. Ao analisar os limites e possibilidades do exercício profissional na contemporaneidade, considera que os grandes desafios a serem desenvolvidos é redescobrir alternativas e perspectivas para o enfrentamento da questão social e que sejam solidárias com o modo de vida das pessoas que a vivenciam. Em sua análise, a autora aponta a necessidade de trazer o Código de Ética (1993) e consequentemente seus princípios centrais<sup>32</sup>, para o campo concreto, evitando apreendê-

---

<sup>31</sup> Iamamoto (2012) ressalta a capacidade organizativa do Serviço Social desde suas bases, de desenvolver uma rede complexa e pulverizada de instituições que garantiram sua regulamentação e garantia de espaço de formação profissional formal.

<sup>32</sup> O projeto ético-político da profissão tem como “(...) valor central a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, toma como princípios fundamentais a democracia e o pluralismo e posicionando-se em favor da equidade e da justiça social, opta por um projeto profissional vinculado ao

lo apenas no campo das abstrações – em específico a esse ponto está o projeto societário defendido pela categoria e consequentemente o compromisso com a classe trabalhadora expressa claramente no Código Ética de 1993. A autora ainda aborda um outro ponto, que é a centralidade de se compreender criticamente o objeto de intervenção da profissão, ou seja a questão social e suas diversas expressões. Destaca assim que um dos aspectos importantes para a superação dos novos desafios da profissão é a necessidade de aproximação com a realidade dos usuários, apreendendo a partir de seus olhares, sua cultura, suas estratégias de sobrevivência e sua apreensão da realidade. De acordo com a autora essa ação de olhar o usuário a partir dele mesmo é um primeiro movimento necessário para que se identifique seus interesses e assim se rompa com as tendências tutelares e de infantilização da classe subalterna. De acordo com Iamamoto:

Foi afirmado que apreender a questão social é também apreender como os sujeitos a vivenciam. Ora, desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com as quais se trabalha é um dos requisitos para que se possa decifrar as diversas formas de luta, orgânicas ou não, que estão sendo gestadas e alimentadas, com inventividade, pela população. É condição ainda para se perceber as aspirações, os núcleos de contestação, a capacidade de imaginação e de invenção da sociedade aí presentes, que contêm misturados elementos de recusa e afirmação do ordenamento social vigente. Esta parece ser uma das condições para que o assistente social possa romper com a relação tutelar e de estranhamento com os sujeitos junto aos quais se trabalha e um caminho fértil para a formulação de propostas novas de trabalho (2012, p.76).

A autora ainda considera, baseada em Gramsci, que identificar as necessidades e os interesses da classe subalternas é condição necessária para que seja possível suscitar um debate crítico sobre a maneira como os sujeitos conhecem e agem sob a realidade “contribuindo para a ultrapassagem de seus elementos opacos, que vedam o descortinar dos horizontes coletivos” (IAMAMOTO, 2012, p.77). Em outras palavras, é ação necessária para o exercício democrático.

Considerando esses pontos, que a autora entra no debate da importância da democracia – escapando do discurso democrático da burguesia<sup>33</sup> – para a defesa dos direitos sociais que é um enfrentamento necessário para que novas formas de sociabilidade sejam estruturadas. Sendo assim, Iamamoto (2012) discorre:

O que se busca é construir uma cultura pública democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador, propositivo, por meio do

---

processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”. (NETTO, 1996, p.30)

<sup>33</sup> Para mais detalhes acessar “O Código Ética do/a Assistente Social Comentado” de Maria Lucia Silva Barroco e Sylvia Helena Terra (2012).

qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidades. O assistente social é tido como profissional da participação, entendida como partilhamento de decisões, de poder. Pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública (p.77).

Sendo assim, subtende-se que o Assistente Social – sendo orientado pelo seu compromisso ético-político, seu projeto-profissional e também societário – tem capacidade e compromisso para a construção dessa “cultura pública democrática” ao exercer a função de educador político. É importante ressaltar o caráter contraditório do assistente social enquanto educador político, que fomentar diversas possibilidades, como Iamamoto afirma:

Os assistentes sociais ao realizarem suas ações profissionais, seja ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não-governamentais (ONGs), exercem a função de um *educador político*; um educador comprometido com uma política *democrática* ou um educador envolvido com a política dos "donos do poder". Mas é nesse campo atravessado por feixes de tensões que se trabalha e nele que são abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional. (IAMAMOTO, 2012, p.79)

A partir da contribuição de Abreu, Iamamoto e Yazbek podemos criar um embasamento teórico que dê significado a Dimensão Educativa no Serviço Social, apontando suas potencialidades no exercício profissional em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão. Nesse sentido, supõe-se que a capacidade do Assistente Social de agir sobre a maneira de pensar e agir dos usuários – e os demais sujeitos envolvidos à sua prática profissional – reflete uma concepção de mundo, ou seja, um projeto de sociedade, que pode estar orientado em uma perspectiva de rompimento ou de conservação de uma determinada maneira de consciência. Considerando essa dupla possibilidades da Dimensão Educativa que procurou-se compreender de qual forma, teórica, metodológica e politicamente, foi construída a relação entre o Serviço Social e a Educação, como será trabalhado a seguir.

## **2.2 Serviço Social e Educação: Considerações Sócio-Históricas e Projeto Ético-Político**

A estrutura geral desse subcapítulo construiu-se com base nos textos de Dentz e Silva (2015), Amaro (2011) e Souza (2005, 2008) com foco na atuação do Serviço

Social no espaço escolar, reconhecendo que as demandas que surgem na escola acompanham o movimento histórico, social, político e econômico que afetam as compreensões e intervenções do Assistente Social na realidade. Contou-se também com contribuições de Yazbek (2009a, 2009b) e Iamamoto (2007, 2012, 2014) dando ênfase aos elementos que instituem e instituíram os fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social.

O primeiro momento de institucionalização do Serviço Social é um processo contraditório de multideterminações, um “conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista” (YAZBEK, 2009b, p.129), fazendo parte desse processo o acirramento da questão social, estabelecendo então, primeiro, a necessidade de uma resposta por parte do Estado e empresariado – por meio da regulação das tensões de trabalho –, e segundo, a consolidação de um objeto de intervenção profissional para o Serviço Social, justificando deste modo espaço para construção da identidade da profissão.

Na estruturação emergente dessa identidade, a Igreja Católica será de particular importância em sua gênese, influenciando na ideologia e exercício. Tal influência se reflete no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade responsável pela primeira Escola de Serviço Social, que tinha “(...) como objetivos: difundir a doutrina e a ação social da Igreja” (YAZBEK, 2009a, p.130). Nesse momento observam-se influências europeias, em particular de escolas belga e francesa, com foco na Doutrina Social da Igreja, baseado no pensamento tomista e neotomista de São Tomás de Aquino<sup>34</sup>. O posicionamento do Serviço Social será orientado por um pensamento humanista conservador católico, contrário tanto a ideologia liberal quanto marxista,<sup>35</sup> que se estruturou em uma tentativa de criar hegemonia do pensamento social da Igreja frente à questão social. O enfrentamento da questão social será por vias do pensamento religioso

---

<sup>34</sup> De acordo com Yazbek (2009b) “Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do ser-humano, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.” (p.127)

<sup>35</sup> De acordo com Barroco (2013), a Igreja, historicamente ligada à nobreza, combateu os pensamentos emergentes da Revolução Francesa, portanto, em suas raízes, o conservadorismo religioso é oposto ao pensamento iluminista tanto ao que se refere ao liberalismo quanto ao socialismo. Nesse sentido, o projeto de Ação Social de Igreja e consequentemente seu projeto societário é estabelecido como “terceira via” a questão social e suas expressões.

sustentando-se na responsabilização individual dos sujeitos, psicologizando-a e moralizando-a (IAMAMOTO, 2014). A partir da década de 1940, a profissão estabelece bases teórico-metodológicas aproximando-se de uma concepção positivista, concebendo a realidade sob a lógica imediatista e fragmentada – considerando suas tendências de analisar os fatos isoladamente –, constituindo conhecimento apenas a partir do verificável e tangível, em uma tentativa de aproximação com as ciências naturais.

Uma das características da linha de pensamento positivista que irá refletir claramente nas abordagens do Serviço Social associadas a Educação, é a tendência à conservação da ordem estabelecida, orientando sua intervenção no sentido de ajustar e adequar – podendo considerar em primeira análise como um paralelo a leitura funcionalista da educação.

Tais tendências à conservação da ordem vigente e adequação do sujeito se refletem em duas produções científicas relacionando o Serviço Social e Educação. A primeira é a obra “Serviço Social, Infância e Juventude Desvalida” de 1939 (reeditada em 1985) da assistente social Maria Esolina Pinheiro. De acordo com Souza (2008) a autora aborda ideias e técnicas do Serviço Social em diversas áreas de atuação, e em específico ao Serviço Social na Escola – de acordo com Souza com base em Pinheiro (1985), espaço de *ação social*, responsável em preparar os alunos para vida – o Assistente Social deveria ser a mediação entre família e escola e prestar subsídios de informações sobre a vida dos alunos, de maneira a buscar e compreender:

[...] elementos positivos do caráter, da personalidade da criança no seu meio familiar, compreendendo o alunado de acordo com as influências ambientais, no intuito de modificá-lo para facilitar o trabalho educativo de ajustamento social. (SOUZA, 2005, p.30)

Souza (2008), com base em Pinheiro também destaca a importância do Assistente Social como mediador entre Escola e Família, sendo o profissional necessário para identificar as condições materiais e sociais e deduzir a necessidade imediata, construindo respostas a fatores familiares e/ou individuais que interferem no desempenho escolar da criança. Observa-se no discurso de Pinheiro uma compreensão moralizante das expressões da questão social no ambiente escolar, responsabilização do aluno e a família pelo baixo nível de escolaridade e dificuldade de aprendizado, e reconhecimento do Assistente Social como profissional capacitado em desenvolver ‘diagnósticos sociais’ sobre o aluno e família, objetivando sua preparação e adaptação

à sociedade, mantendo assim “a ordem social, ajustando os sujeitos aos valores morais da época”. (Souza, 2005, p.31)

A segunda obra é “Serviço Social Escolar” de Maria Tereza Guilherme (1945), que de acordo com Dentz e Silva (2015), a autora destaca a intervenção do assistente social na escola para “curar e prevenir desajustamentos, contribuir com eficiência em todos os setores escolares para o desenvolvimento harmonioso e integral das crianças através de métodos adequados”. (Guilherme, 1945 apud Dentz e Silva, 2015).

Em relação às ações de institucionalização do Serviço Social na Educação, observam-se dois movimentos com princípios de orientação semelhantes: no Rio Grande do Sul, com implantação de assistência escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura, e em Pernambuco com o Decreto 1.394 que inseria Assistentes Sociais no Espaço Escolar. Ambas colocavam o Serviço Social como atuação profissional que ajustasse os desajustados, ajudasse os necessitados, e os integrasse à sociedade. (Dentz e Silva, 2015).

De acordo com Abreu (2002), é nesse momento histórico do Serviço Social – mais especificamente desde sua institucionalização, e ainda hoje presente sob novas roupagens – que a profissão incorpora a *função pedagógica da ajuda*. Ressalta-se que nas origens da profissão, o Assistente Social trabalhava diante da necessidade de reprodução e controle das forças de trabalho, agindo sob a contenção de conflitos e na promoção de integração dos trabalhadores às exigências do processo produtivo. Nesse sentido, o empresariado interferiu tanto na construção do perfil do profissional quanto na gestão da assistência social. É neste contexto de adequação às demandas empresariais que a profissão adota como arcabouço teórico e técnico as influências do Serviço Social Americano e as obras de Mary Richmond. O Estudo de Caso será instrumental de destaque na profissão, seguindo a lógica da *ajuda* psicossocial individualizada, futuramente sendo incorporada a abordagem voltada para grupos, como o Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade (Abreu, 2002). Essas abordagens eram orientadas para a reforma moral e de reintegração social, vinculada essencialmente para a incorporação ao mercado de trabalho – modelo fordista e taylorista na época – com intenção de adequação e reforma do trabalhador, suas famílias e comunidades. Sendo assim, o perfil pedagógico assumido pela profissão neste contexto é de educar, adequar e reformar o trabalhador à lógica produtivista do capitalismo, por meio de práticas educativas de cunho moralizantes. Sinteticamente, Abreu (2002) afirma:

A racionalização e reorganização da assistência social em bases técnico-científicas – mediação privilegiada de enfrentamento da questão social e controle social pelo capital sobre a classe trabalhadora – é o marco principal do desenvolvimento da função pedagógica do assistente social, centrada na dimensão individual na perspectiva da reforma moral e reintegração social (p.84)

Da mesma forma, Iamamoto (2014) afirma que neste contexto inicial da profissão, o assistente social é mobilizado a trabalhar com base em uma formação doutrinária e com os problemas sociais de forma apaziguadora, sendo caracterizado por uma formação conservadora, de cunho moralizante. Sendo assim, a inserção do assistente social na articulação com a classe trabalhadora também tem um discurso de cunho educativo, no sentido que o Assistente Social deve tutelar o trabalhador, despertando em seu “cliente” um sentido moral e de responsabilidade com o trabalho.

A partir da década de 1960 inicia-se um processo de formação autocrítica no interior do Serviço Social na América Latina, resultando em questionamentos em relação as suas formas tradicionais de ação e pensamento. Começam um caminho sinuoso de repensar a profissão e construir respostas, tanto no âmbito político, teórico e metodológico– sem significar um trajeto homogêneo ou demarcado claramente. De acordo com Yazbek (2009b), a emergência de um novo perfil profissional se estabelece dentro de um contexto de novas configurações da expansão do capitalismo mundial, em que a América Latina será subordinada e que gerara um sentimento generalizado de insatisfação e questionamentos, levando o Serviço Social a entrar nesse movimento de inquietações. A iniciante produção brasileira, e a formação e exercício profissional ainda em formação crítica, resultam em tentativas de renovação e ruptura com o Serviço Social Tradicional, mas que ainda possuem caráter conservador.

Diante da conjuntura da Ditadura civil-militar – e consequentemente a impossibilidade de um pensamento político radical – as tendências serão de responder as demandas que surgem da lógica do desenvolvimentismo. A profissão irá priorizar assim um projeto tecnocrático/modernizador, adequando-se a racionalização técnica-burocrática (Yazbek, 2009b). É neste contexto que se consolida a ação profissional dentro das propostas de Desenvolvimento de Comunidade sob a ótica da ideologia desenvolvimentista modernizadora<sup>36</sup>, “ênfatizando a ‘participação’ popular nos

---

<sup>36</sup> Não se pretende aprofundar nas especificidades destes movimentos devido aos limites deste trabalho. Para mais detalhes consultar Netto (2011).

programas de governo como eixo central de processo de integração e promoção sociais”. (MELO, 2013, p.55).

De acordo com Abreu (2002), é sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora, que assistentes sociais adotarão uma *função pedagógica da participação*, que apesar de permanecer com ênfase na psicologização das relações sociais e consequentemente com objetivo de adesão e consentimento ao modelo de exploração capitalista, contraditoriamente adota particularidades ao dar ênfase na concepção de desenvolvimento. A abordagem profissional vincula-se ao projeto societário de modernização dos setores econômicos com objetivo de alcançar o desenvolvimento econômico e social dos países desenvolvidos, adotando como resposta o aperfeiçoamento de instrumentos técnicos, tornando mais racional, eficiente e capacitados em responder essas novas demandas. Sendo assim, Melo (2013), baseado em Abreu (2002) afirma:

Para concretizar o projeto de desenvolvimento, o Estado investe na capacitação técnica do aparato burocrático para que os profissionais sejam capazes de implementar programas sociais que amenizem as carências materiais da população, despertando-a para a aceitação do novo, das mudanças. Fomenta-se na população a ideologia da participação, da mudança e da integração social. (p.55)

Em consonância com essas tendências desenvolvimentistas, em 1968 os pesquisadores Vinter e Sarri produzem “Fallas de Desarrollo en la escuela publica: un enfoque de servicios social de grupo” estudando problemáticas como evasão escolar, fracasso, insuficiência e a dificuldade de aprendizagem. Ressaltam a questão comportamental dos alunos, colocando o Serviço Social no âmbito da disciplina e conduta do estudante. De acordo com Souza (2005)

As atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais referiam-se: ao trabalho direto com os alunos que apresentavam condutas que interferiam nas aulas e/ou que apresentavam rendimento insuficiente (...) à mediação com os professores e demais pessoal da escola para falar sobre os alunos que apresentavam dificuldades (...); à consultoria para os professores, em relação às estratégias para melhorar as aulas, mudanças na política educacional e nos procedimentos da escola; à relação com famílias e instituições das comunidades para solucionar problemas e ajudar a família a participar de programas comunitários que favoreciam crianças com algum tipo de dificuldade. (p.32)

A obra supracitada reflete a pontuação de Amaro (2011) sobre a intervenção do Serviço Social no espaço educacional nesse período: “(...) a lógica desenvolvimentista



voltada para a preparação social dos indivíduos a fim de torná-los, segundos suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital”. (Amaro, 2011, p.19).

Importante destacar que o Movimento de Reconceituação foi um processo de tentativas de repensar as bases da profissão, traçando um caminho, até chegar aos dias atuais, com diversas tendências teóricas e metodológicas, sendo influenciado por contextos históricos e conjunturas políticas. Não pretende-se aprofundar nas especificidades e detalhes dessas tendências, mas podemos pontuar brevemente três movimentos desse processo, baseando-se em Netto (2011): (i) as vertentes modernizadoras, com ênfase na abordagem funcionalista e estruturalista com viés tecnocrático, tendo Araxá e Teresópolis como referência; (ii) vertentes inspiradas na fenomenologia, com abordagem personalista, com foco na análise da realidade a partir do sujeito, sendo analisado por Netto como uma renovação do conservadorismo em específico as tendências tomista e neotomista na gênese da profissão, e (iii) a vertente ainda imatura do marxismo que se sustentou em uma leitura precária com base em ‘manuais de partido’, seguindo uma lógica ‘estruturalista’ presente na leitura de Louis Althusser das obras de Marx.

Com base em Netto (1996), Yazbek (2009a) pontua que, entretanto, é a partir dessa aproximação imatura com a tradição marxista, que o Serviço Social intensifica um posicionamento político questionando seu exercício profissional, fortalecendo seu projeto profissional em defesa das classes subalternas e aproximando-se dos movimentos sociais, dirigindo-se assim a uma vertente comprometida com a ruptura do Serviço Social Tradicional. Dentz e Silva (2015) discorrem que é a partir dessa aproximação com as matrizes teóricas que abordavam movimentos sociais, questão social e lutas de classes que a profissão irá se apropriar de uma vertente metodológica na direção da tradição marxista. Essa mudança de paradigma se estabelece por multideterminações, Dentz e Silva sinteticamente, salientam:

[...] a inquietação da própria categoria profissional quanto à teorização; a cientificidade da prática profissional; a abertura à pesquisa; a ascensão do marxismo acadêmico; o enfraquecimento do regime militar, entre outros aspectos que foram sinalizados para a ruptura, para a reconstrução crítica da intervenção profissional.<sup>37</sup> (2015, p.21)

---

<sup>37</sup> É neste contexto que acontece o “Congresso da Virada”, III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo no ano de 1979, em que determinados segmentos da categoria compactuam com a classe trabalhadora, propondo romper com o conservadorismo da profissão e garantir o pluralismo político.

É a partir dos anos 1980 que haverá de fato uma aproximação entre a Teoria Social de Marx e o Serviço Social, absorvendo assim uma base teórica-metodológica que compreende a realidade por meio de mediações entre multideterminações em um movimento dialético e contraditório. De acordo com Yazbek (2009b) é a partir desse momento que se torna hegemônico no Serviço Social no Brasil, a compreensão de que a profissão está inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução dessas relações, tendo como referência marcante Marilda Iamamoto<sup>38</sup>. Tal concepção irá direcionar o pensamento da profissão, se expressando na formação, nos eventos acadêmicos, nas entidades representativas, nas regulamentações e em seu Código de Ética. Nesse período observa-se a apropriação da profissão pelas ideias e concepções de autores da vertente marxista como Antônio Gramsci, Eric Hobsbawn e Georg Lukács, criando “amplo debate em diferentes fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa, além de permear a produção intelectual da área”. (Yazbek, 2009a, p. 153).

Há também um significativo avanço na área de produção acadêmica e pesquisa, fortalecendo autoanálise da profissão no que tange suas diversas dimensões. Na segunda metade da década de 1990, a ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social) se transforma na ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social) pautando-se na noção de insociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

A profissão aprofunda também na compreensão do “Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros tantos temas” (Yazbek, 2009b. p.153). Observa-se também que a partir da década de 1990 – destacando-se aqui a Constituição de 1988 – há uma expansão da inserção, intervenção e elaboração no que tange às políticas sociais – saindo da lógica do Assistente Social como mero “executor” de políticas, ou nos termos de Netto (1996), um “executor terminal de políticas sociais”.

Sinteticamente, Iamamoto (2009b) afirma:

Nesse lapso de tempo, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país (p.4)

---

<sup>38</sup> Sendo pioneira sua obra em coautoria com Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1982.

Nesse período de amadurecimento da profissão, Yazbek (2009a) afirma que se destacará na profissão alguns debates: a Seguridade Social, enquanto um sistema de responsabilidade do Estado que deve garantir certezas e seguranças que cubram, reduzam e previnam situação de risco e vulnerabilidade social; o debate da Assistência Social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado; a questão da municipalização e da descentralização das políticas públicas, sendo notório nesse processo a participação efetiva do assistente social na defesa de direitos e no controle social das políticas públicas; o debate acerca do movimento de precarização e mudanças no mercado de trabalho, salientando pontos relacionados a reestruturação do trabalho e como essas transformações afetam as profissões, tanto no que tange a precarização quanto no surgimento de novas demandas. É importante ressaltar também a crítica realizada à pós-modernidade no debate teórico-metodológico, ao questionar seu caráter a-histórico e consequentemente o não reconhecimento da ação do ser-humano sobre a própria história.<sup>39</sup> É neste contexto que Abreu (2002) afirma o fortalecimento do perfil pedagógico emancipatório do Assistente Social, que tem como base elementos como solidariedade, colaboração entre as classes subalternas, mobilização e capacitação, orientando-se no sentido de fortalecer os organismos das mesmas e objetivando a superação da ordem intelectual e moral do capital, na construção de uma nova hegemonia. A autora destaca as tendências de enfraquecimento de iniciativas e lutas das classes subalternas, afetando o movimento de organização e mobilização social – diante da responsabilização social e o discurso pautado na solidariedade entre classes – sendo que o Assistente Social deve se articular com os movimentos sociais.

Ao que se refere a apropriação do Assistente Social no debate da democracia, cidadania e controle social – considerando o processo de abertura política que tornou o assunto latente, não apenas ao Serviço Social, mas a diversas categorias e áreas de saberes – e em específico no processo de democratização da escola pública, observa-se a participação de Assistentes Sociais em algumas tentativas de intervenções nas escolas para a implementação dos Conselhos Escolares enquanto espaços de participação da comunidade escolar na gestão. Entretanto, por motivos de falta de interesse político, o

---

<sup>39</sup> De acordo com Yazbek (2009a) “A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação de utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do macrossocial (em si mesmo restaurando o pensamento conservador e antimoderno [...]) O posicionamento pós moderno busca resgatar valores negados pela modernidade e cria um universo descentrado, fragmentado, relativo e fugaz” (p.157)

trabalho não teve continuidade em 1997. Outra medida semelhante foi adotada em 1999, quando se instituiu uma equipe para a Construção e Acompanhamento da Gestão Democrática Educacional (ECAGDE); composta por 12 profissionais, 6 eram assistentes sociais que tinham como objetivo desenvolver estratégia da Gestão Democrática Educacional em todas as escolas da Rede de Ensino. (Souza, 2005).

É importante considerar que apesar dos avanços significativos no campo da Seguridade Social, pós Constituição de 1988, é também momento de mudanças na ordem econômica internacional, que após a crise do Welfare State – modelo que não se efetivou no Brasil –, sofrerá transformações produtivas estruturais – flexibilização, intensa precarização, cultura do não-emprego<sup>40</sup> – tendo como norteador a concepção neoliberal. No que tange às políticas públicas, se adotará uma perspectiva de privatização, desresponsabilização do Estado, fragmentação e focalização das mesmas, optando pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil no enfrentamento das expressões da questão social. De acordo com Yazbek (2009b) é nesse contexto que a profissão “enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral” (p.13) sendo então necessário repensar sua intervenção e a construção do seu corpo de conhecimentos, diante desse processo de desestruturação das políticas públicas.

Sinteticamente, compreende-se que as contrarreformas neoliberais – tanto ao que se refere às políticas públicas, quanto ao “mundo do trabalho” – irão afetar diretamente o Serviço Social, tanto no que o tange como profissional assalariado, quanto no que se refere as novas demandas que surgem. Assim, torna-se necessário analisar criticamente essas transformações societárias do trabalho e também pensar as redefinições dos parâmetros teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo da profissão para responder às novas demandas. Diante deste processo, novos temas serão apropriados pelo Assistente Social – tanto na análise quanto na intervenção. É neste contexto que a Educação, apesar de ser debate inserido desde a gênese da profissão, terá maior aprofundamento pela categoria (CFESS, 2013).

De acordo com Dentz e Silva (2015) a intensificação entre as relações entre Educação e Serviço Social a partir da década de 1990 acontece em razão do

---

<sup>40</sup> Para mais detalhes, consultar Degenszajn (2011)

amadurecimento da profissão na discussão das Políticas Sociais, localizando-as como espaço privilegiado da ação profissional. Os autores ressaltam que a aproximação do Serviço Social com a Política de Educação, se realiza em razão da relação entre temáticas, não exclusivas, mas de atuação estratégica do Serviço Social como a proteção social, riscos sociais, vulnerabilidade social, seguridade, programas e benefícios assistenciais que tem ingressado nas agendas de composição das políticas de escolarização brasileira na atualidade. O CFESS (2013) destaca o caráter contraditório da inserção do Serviço Social na Política de Educação nos últimos anos. Da mesma forma que é resultado da pressão de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil na reivindicação da ampliação de acesso e permanência nos diferentes níveis e modalidade de ensino, também é produto das exigências do capital quanto a formação e qualificação da força de trabalho.

Outras Políticas Sociais que tomaram contorno a partir do momento contraditório de conquistas de direitos a partir da Constituição de 1988, também são impactantes no estreitamento entre Serviço Social e Educação. Dentz e Silva (2015) destaca o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que pautado na proteção integral à criança e ao adolescente, reconhece a necessidade da atuação conjunta e integradas de diversos atores sociais de diferentes áreas, relacionando políticas de proteção social e políticas de escolarização, sendo então local estratégico para a atuação do Serviço Social. A relação entre Infância e Juventude e Serviço Social é histórica, mas é apenas a partir da década de 1990 que há uma leitura no sentido de integralidade, fortalecendo a concepção de que Serviço Social e Educação são áreas afins e necessárias na execução e planejamento de políticas públicas relacionadas à proteção social integral da criança e adolescentes.

De acordo com Souza (2005), a inserção do Assistente Social na atualidade é necessária diante dos inúmeros problemas que atingem os alunos, em especial os de escola pública, relacionado “ao baixo rendimento e desinteresse pelo aprendizado, a vulnerabilidade às drogas, e à exploração sexual, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, e evasão escolar” (p.34). A autora ainda destaca que tais problemas não são de intervenção exclusiva do assistente social, mas que devem ser enfrentados sob o viés da interdisciplinaridade. Souza (2005) sintetiza que a inserção do Assistente Social na escola é:

[...]uma estratégia que poderá criar condições para o exercício da cidadania, para o emponderamento e o protagonismo contribuindo

assim para a inclusão social de crianças, adolescentes e adultos. Como também, o Serviço Social vem a ser uma especialidade que colabora junto ao corpo técnico-administrativo e docente ao pensar na formação continuada, na construção e realização de pesquisa e projetos, na proposição de espaços de debates temáticos-transversais (p. 39).

De acordo com Dentz e Silva (2015), houve no Brasil, a partir do final do século XX, uma expansão no acesso ao ensino, sendo o ensino fundamental obrigatório, praticamente universalizado, como reflexo desse fenômeno. Entretanto, a universalização não significa obrigatoriamente qualidade, nem permanência. Essa expansão também resulta na mudança do perfil do estudante em outras modalidades de ensino, como o ensino médio e superior<sup>41</sup>, sendo necessário repensar estratégias necessárias para a permanência desses alunos em situação de maior vulnerabilidade social.<sup>42</sup>

Nesse sentido, Almeida (2000) contribui com o debate da importância da inserção do assistente social na política de educação, compreendendo que a implementação de programas e ações assistenciais pode auxiliar nos problemas de acesso e permanência dos alunos na rede de ensino. Deste modo, o Serviço Social também estaria intervindo no processo de concretização da educação como direito. (Souza, 2005)

É interessante considerar que o processo de expansão do acesso à educação escolarizada não significa uma afirmação da educação pública como direito social. O que se observa vinculado a esse processo de expansão é o compartilhamento de responsabilidade com determinados setores da sociedade civil e empresariado. Isso se torna claro quando se considera a expansão do ensino superior privado, por meio de incentivos fiscais, programas de financiamento ou de bolsas, transvertidos na ideia de

---

<sup>41</sup> Ao que refere ao ensino superior é interessante citar a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com objetivo de garantir a democratização do ensino, viabilizando acesso e permanência dos alunos, pelo qual o Assistente Social se inseri.

<sup>42</sup> De acordo com Monteiro (2011) o conceito de vulnerabilidade social está sujeito a diversas interpretações apresentando contradições e antagonismos marcantes, destacando uma primeira compreensão focada no “indivíduo vulnerável” culpabilizando-o por sua condição, e uma segunda sustentada na ideia de “risco” e “potencialidades” em que apesar de escapar da lógica da culpabilização e estigmatização, não enfrenta os condicionamentos que a afetam, ignorando uma leitura a partir da totalidade. Sendo assim é importante ressaltar aqui que discutir sobre “alunos em situação de maior vulnerabilidade social” não se pode excluir as tendências de focalização das políticas públicas, que está fortemente associada às estratégias de intervenção no âmbito da Assistência Estudantil. Entretanto não se ignora a potencialidade do debate entorno do conceito, considerando que suas contradições permitem múltiplas orientações de acordo com projetos societários e profissionais distintos.

democratização do acesso à educação. É nesse contexto que o Assistente Social se insere na Política de Educação:

[...] para operarem diretamente com as “políticas”, programas e projetos no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, na esfera pública, e de organização e execução das “políticas”, programas e projetos de concessão de bolsas, na esfera privada empresarial e filantrópica (CFESS, 2013, p.40).

Pode se afirmar assim que diante dessas novas configurações no campo educacional, ocorreu um importante reconhecimento da intervenção do Assistente Social no processo de acesso e permanência dos alunos por meio de programas governamentais. Entretanto, é necessário reconhecer que a atuação do Serviço Social não se restringe apenas aos aspectos mencionados. De acordo com o CFESS (2013):

A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional (p.38).

Sendo assim, compreende-se que a atuação do Assistente Social não se restringe a abordagem direta com o aluno e as diversas expressões sociais que o rodeiam, mas também com outros segmentos – professores, famílias, demais trabalhadores da educação, instância de controle social e democrático – significando “ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional” (CFESS, 2013, p.38).

Outro significativo avanço na relação entre Serviço Social e Educação é o Projeto de Lei 3.688 que trata sobre a inserção do assistente social e psicólogo no quadro de profissional da educação. Criado em 2000, o projeto tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania até 2007, sendo encaminhado ao Senado e transformado no Projeto de Lei da Câmara n.060 de 2007. O projeto passou por algumas alterações, mas manteve a proposta geral de que a inserção desses profissionais estaria vinculada às equipes multiprofissionais objetivando a melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem e atuando na mediação das relações sociais e institucionais.<sup>43</sup> (Dentz e Silva, 2015)

---

<sup>43</sup>Não se pretende aprofundar no Projeto de Lei 3688, apesar de considerarmos um dos maiores avanços para a categoria na sua inserção da Política de Educação. Para mais informações consultar Ribeiro (2015) e CFESS (2013).

Observa-se que a relação histórica entre Serviço Social e Educação faz parte do processo de mudanças no interior da profissão, sendo reflexo da maneira como se apreende e se intervém na realidade social. O primeiro momento se caracterizou pela intervenção moralizante e psychologizante, seguindo para uma concepção orientada à luz do desenvolvimentismo, até alcançar maturidade intelectual para identificar participação na política de educação de maneira não individualizada. Atualmente observa-se que a categoria reconhece e se orienta dentro de uma concepção da educação inserida em uma totalidade complexa e contraditória, identificando-se como profissional comprometido com a defesa da educação pública de qualidade como direito social, e capaz de contribuir por meio de ações orientadas para o acesso e permanência, auxiliando no enfrentamento das questões sociais que se expressam no interior das instituições de ensino.



### 3. A DIMENSÃO EDUCATIVA NO SERVIÇO SOCIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

*“Essa Dimensão Educativa está aí para isso, para sacolejar as pessoas, sacolejar os colegas, sacolejar a sociedade, sacolejar quem quer que seja para, nessa perspectiva de direito mesmo, botar a pessoa para refletir, aceitar, respeitar as diferenças. ” (Mariana, assistente social)*

O objetivo geral deste trabalho é compreender como a Dimensão Educativa no Serviço Social se expressa e se concretiza no exercício profissional do Assistente Social, se relacionando com as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-político, e quais são seus limites e possibilidades, considerando o assistente social como profissional inserido na divisão sócio técnica do trabalho enquanto trabalhador assalariado. A partir deste objetivo procurou-se pesquisar dois aspectos: (i) a compreensão do/a Assistente Social acerca da Dimensão Educativa no seu exercício profissional, investigando sua concepção e como ela se concretiza no seu cotidiano; e (ii) os limites e possibilidades da Dimensão Educativa colocando como hipótese a centralidade da condição do/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a, a precarização do mundo do trabalho e sua relativa autonomia.

Sendo assim, optou-se deste modo que a fala dos sujeitos da pesquisa seria a principal orientadora na construção de dados deste trabalho. Entretanto, evitando uma análise focalizada na perspectiva do sujeito, tornou-se necessário considerar como central as categorias de totalidade, contradição e mediação, com intuito de uma compreensão totalizante da realidade social que permeia a problemática deste trabalho a partir da fala dos sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, a mediação entre o particular e universal será constante no processo de análise dos dados, considerando o movimento contínuo e tendo em vista que os resultados são apenas aproximações provisórias da realidade.

As entrevistadas foram convidadas a partir da lista de assistentes sociais que foram ou eram supervisores/as de estágio associados à disciplina de Estágio 1 e 2 do Departamento de Serviço Social – SER (UnB). Primeiramente, entrou-se em contato por e-mail, e os/as que demonstraram interesse foram contatados/as por telefone e a entrevista marcada entre o período de fevereiro a abril do ano de 2017. Ao total foram

feitas três entrevistas semiestruturadas, com duas assistentes sociais localizadas no SUS, e uma em um órgão estatal que coleta e sistematiza dados.<sup>44</sup>

Para análise dos dados foram selecionados dois eixos temáticos: (i) *Perspectivas*, referindo-se à concepção das Assistentes Sociais sobre a Dimensão Educativa no Serviço Social, tangendo aspectos como sua expressão e concretização no seu exercício profissional; e (ii) *Limites e Possibilidades*, em que são apontadas as dificuldades para o exercício da Dimensão Educativa, e em seguida, as estratégias possíveis de serem adotadas, a partir da perspectiva das entrevistadas, para sua efetivação e aperfeiçoamento. As entrevistadas serão identificadas por nomes fictícios (Helena, Mariana e Vanessa), considerando o anonimato previamente combinado.

Para fins de esclarecimentos, é importante ressaltar que, como um todo, identificou-se em suas falas pouca ou nenhuma formação, seja durante sua graduação ou formação continuada, sobre a Dimensão Educativa no Serviço Social. Deste modo, todas as entrevistadas demonstraram dificuldade em apresentar algum conceito de conotação acadêmica, dando ênfase em como visualizavam aspectos educativos em seu exercício profissional. Deste modo, podemos concluir que a precária orientação sobre o assunto se faz presente, dificultando a identificação clara dos seus próprios processos. Isso ficou mais claro quando se analisou os limites e possibilidades da Dimensão Educativa a partir das falas das entrevistadas, pois percebeu-se uma série de entraves, em especial, na maneira como se estruturou e aplicou o roteiro da entrevista, como por exemplo, pouco aprofundamento em questões específicas que impossibilitaram identificar qual era o arcabouço teórico-metodológico que o sustentava – destaca-se nesse sentido, a falta de perguntas sobre a concepção de educação, ou no decorrer da entrevista pedir explicações de algumas categorias como cidadania e empoderamento, que são termos polissêmicos.

Nesse sentido é importante ressaltar algumas dificuldades apresentadas durante o trajeto de coleta e análise dos dados. A primeira delas foi a dificuldade em marcar as entrevistas, pois poucas demonstraram interesse e conseqüentemente retorno. Além deste aspecto, houve o curto período de tempo para coleta, transcrição e categorização das mesmas, o que resultou em uma quantidade reduzida de material para que uma análise a partir de um parâmetro mais amplo fosse realizada, principalmente considerando a pouca diversidade de espaços ocupacionais. Identificou-se também, após

---

<sup>44</sup> O Roteiro de Entrevista pode ser visualizado no Apêndice A.

a análise dos dados, que o percurso da entrevista semiestruturada poderia ser conduzido de outra forma, para que os objetivos do trabalho fossem alcançados com maior apropriação.

Além disso, percebe-se que, em razão da ênfase em apenas dois eixos analíticos – “Perspectivas”, e “Possibilidades e Limites” –, o material coletado foi insuficientemente explorado, pois é possível visualizar outros pontos que poderiam ser abordados para enriquecer o debate sobre a Dimensão Educativa no Serviço Social – destacando a questão do estágio e das equipes multiprofissionais/multidisciplinares. Usou-se então como estratégia o foco em uma análise mais exploratória e descritiva, visando a compreensão da educação como um conjunto de processos que busca entender e apreender a realidade, e que adquire significado e função social próprios e de caráter contraditórios considerando as relações de produção e reprodução da sociedade vigente. Deste modo, levando em conta os impasses deste trabalho, considera-se que os dados coletados, em sua totalidade, têm potencialidade de serem melhor analisados em futuras oportunidades.

Apesar desse aspecto, ainda foi possível identificar nas entrevistas, a partir de mediações entre suas falas e as autoras abordadas – dando ênfase a Iamamoto, Yazbek, Degenszajn, Abreu e Guerra – pontos para elucidação das perguntas levantadas na estruturação deste trabalho. Identificou-se que, nas análises do cotidiano profissional, não é possível desconsiderar elementos estruturantes que determinam a atuação profissional, e do mesmo modo, não é possível apresentar análises que considerem o assistente social de maneira endógena, descolado de determinantes sociais de uma sociedade de classe.

### **3.1 A Percepção de Assistentes Sociais sobre a Dimensão Educativa no seu Exercício Profissional**

O entendimento das Assistentes Sociais e a Dimensão Educativa do Serviço Social, girou em torno, predominantemente, da Dimensão Educativa como capacidade do/a assistente social de suscitar direta ou indiretamente uma reflexão<sup>45</sup>. Sinteticamente,

---

<sup>45</sup> O termo “reflexão” foi selecionado considerando que foi a expressão mais usada pelas entrevistadas, mesmo que duas delas não compreendessem que incitar a reflexão como uma prática educativa. Inicialmente questionou-se se seria o termo mais adequado, considerando que fazer alguém refletir exige absorção de um determinado conhecimento de modo não passivo, como poderia acontecer quando, por exemplo, os usuários recebem uma orientação, sem refletir a respeito. Entretanto, analisando as três entrevistas, em sua totalidade, observou-se que as três assistentes sociais tinham o posicionamento de que qualquer orientação ou informação, sem objetivo de provocar uma reflexão a

podemos afirmar que essa capacidade se expressa em diversas ações que trazem à superfície aspectos desconhecidos ou ignorados de determinada realidade, permitindo assim a desconstrução do senso comum e dos preconceitos, atingindo tanto os usuários, quanto os demais profissionais inseridos nos espaços ocupados, e as autoridades vinculadas. Essa reflexão pode ser resultado direto ou indireto de diversas ações, como, por exemplo, se identificou nas entrevistas: o diálogo direto com os sujeitos– seja por meio de uma proposta de intervenção com colegas de trabalho, seja com a explicação de um benefício ao usuário –, ou a sistematização de informações que subsidia uma proposta de ação ou denuncia uma determinada realidade – por exemplo com a elaboração de um relatório ou parecer encaminhado a alguma autoridade. Para fins didáticos, centralizou-se a análise a partir de duas perspectivas (i) o comprometimento do Assistente Social de oferecer informações e orientações aos usuários em relação aos seus direitos sociais enquanto cidadãos, dando ênfase ao encaminhamento a rede intersetorialidade; e (ii) a Dimensão Educativa associada ao caráter investigativo do Assistente Social sendo uma necessidade para o constante aprendizado diante do caráter dialético da realidade social. É importante ressaltar que estas perspectivas não são isoladas, fazendo parte do mesmo processo, acontecendo simultaneamente na mesma atividade realizada pelo Assistente Social.

### **3.1.1 Dimensão Educativa como “Reflexão”: orientação, informação e encaminhamento como instrumento de viabilização de direitos.**

Como elaborado anteriormente, o Serviço Social se profissionalizou pelo Assistente Social ser identificado como profissional especializado e útil nas relações sociais capitalistas, principalmente por suas habilidades de cunho educativo que afetavam tanto o comportamento produtivo dos “clientes” quando seu comportamento fora da fábrica (Iamamoto, 2012). Como pressuposto, temos o reconhecimento do Serviço Social como parte dos processos de trabalho, mesmo que não diretamente como práxis humana no processo de transformação da natureza, mas em específico a atual sociabilidade burguesa, como participante na produção e reprodução da força de trabalho (IAMAMOTO, 2007). É importante mencionar que qualquer processo de

---

quem a recebe, seja com resultados ou não, é uma ação puramente operativa perdendo assim a relação intricada entre as três dimensões do serviço social. Do mesmo modo, considerando que, assim como foi apresentado por Mészáros (2005), baseado na concepção de que estamos constantemente em aprendizado, não há ação humana que não exija certo grau de reflexão.

trabalho implica uma matéria-prima – no caso do Assistente Social seria a questão social como objeto de intervenção – e meios ou instrumentos de trabalho – no caso estudado neste trabalho, a comunicação, a orientação e a viabilização de informações<sup>46</sup>. Reconhecendo esse aspecto, é importante ressaltar que, como toda atividade humana que possui um caráter teleológico, a prática do Serviço Social como trabalho necessita de uma dimensão de conhecimento, bem como uma dimensão ético-moral. Entretanto, não é possível analisar o Serviço Social sem considerá-lo como profissão assalariada, inserida nas relações de produção e reprodução social capitalista, sendo obrigatoriamente regulamentada e necessária nesse processo. Como pontua Iamamoto (2012) “como o Serviço Social contribui no processo de produção e reprodução da vida social, como participa do processo de produção do valor e da mais-valia e/ou de sua distribuição social? ”(p.64). Pontualmente pode se responder que por meio do processo de reprodução da força de trabalho. Isso, como já elaborado anteriormente, é viabilizado tanto no sentido material, quanto espiritual, principalmente considerando que nenhuma sociedade vive na base apenas da coerção, mas também do consenso de classes, necessário para a construção de uma hegemonia na vida social (IAMAMOTO, 2012). Entretanto, identifica-se atualmente, principalmente diante do projeto profissional hegemônico da profissão, outras possibilidades. Como cita Iamamoto (2012):

Os profissionais estão também contribuindo para a criação de formas de um outro consenso – distinto daquele dominante – ao reforçarem os interesses de segmentos majoritários da coletividade. Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem os recursos legais em prol do interesse da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e na avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade (p.69).

Considerando este caráter contraditório da profissão, procurou-se na análise das entrevistas – e em específico ao entendimento da orientação e fornecimento de informação como aspecto que concretiza a Dimensão Educativa – identificar a finalidade e consequentemente os valores imbuídos em sua prática profissional, como, por exemplo, se em suas falas apresentavam intervenções vinculadas ao processo de reprodução da força de trabalho, ou resquícios das práticas tradicionais voltadas para a

---

<sup>46</sup> Como Iamamoto (2009) cita, não é possível ter uma visão reducionista do que são os instrumentos de trabalho como um conjunto de técnicas voltadas para a intervenção do objeto. É necessário identificar as bases teórico-metodológicas e éticas políticas que incidem sobre ela.

infantilização ou a tutela dos usuários. Os resultados foram contraditórios, assim como aspecto de uma sociedade capitalista marcada pelas contradições. Tais aspectos ficarão mais claros na análise que se segue.

Identificou-se nas falas das três entrevistadas a capacidade do assistente social de orientar, fornecer informações e encaminhar, sendo ações pautadas principalmente no reconhecimento do usuário da sua condição de cidadão de direito. Tal concepção está de acordo com as competências do Assistente Social, como explicito no Artigo 4º da lei nº 8.662<sup>47</sup>. Destaca-se em suas falas a associação entre passar uma informação de maneira didática ou clara como aspectos da Dimensão Educativa no Serviço Social. De acordo com as assistentes sociais entrevistadas:

Olha, eu tenho assim plena clareza de que o trabalho do assistente social ele é um trabalho eminentemente educativo. Ele é um trabalho educativo, ele é um trabalho de orientação, de esclarecimento, de encaminhamento, a gente está o tempo inteiro lidando com as pessoas na sua dimensão sujeito de direito, né? Sujeito de deveres também, basicamente a população que a gente atende aqui a gente tem muita população que é semialfabetizada ou que tem grau muito baixo de escolaridade. Então as pessoas, a gente tem que conversar bastante com elas, para orientar muitas vezes que tem certos direitos, certos benefícios, que não tem conhecimento da família. Então assim eu acho que é um trabalho eminentemente educativo. (Helena)

É na forma de informação, de orientação nos atendimentos, principalmente em atendimentos individuais. A gente consegue fazer isso mais do que em atendimentos em grupos. Considerando até o cognitivo deles né? A família então consegue receber melhor essa orientação. As palestras, as vezes a gente convida as pessoas que vem de outros órgãos, para a gente poder trazer informações mais claras para eles, no sentido mesmo de tornar mais claro a informação. (Vanessa)

Como apontado por Yazbek (2015), a questão da subalternidade vincula-se também a uma representação social, sendo assim, o usuário possui suas próprias representações, ou seja, imagens do seu modo de pensar e interpretar a realidade cotidiana, significando produto e processos de uma elaboração social. Identificou-se que a orientação, ao apresentar novas possibilidades, acompanhada do processo de incitar a

---

<sup>47</sup>“Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: (...)

III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos, e à população; (...)

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; (BRASIL, 1993. Regulamentação da Profissão. Lei nº 8.662, de 07 de Junho de 1993)

reflexão, auxilia no processo de desconstrução da representação social marcada pela condição de subalternidade e exclusão. Algumas falas nesse sentido, são<sup>48</sup>:

Que a gente trabalha para a autonomia deles, né? Do sujeito. Assim, se tem coisas que eles podem fazer com o médico a gente orienta. Olha, vai e faz pergunta, se o médico responder com grosseria se mantenha, assim, educado, porque você pode ir na ouvidoria reclamar, mas fique sabendo que é um direito seu, que o médico te deu um relatório, que ele te deu um atestado, sabe? Nesse sentido de que ele é sujeito de direito e que não está ali pedindo, não tá mendigando um serviço assim. (...), mas a gente ainda tem muita carência, né? Dessa noção de cidadania, o país precisa caminhar muito nesse sentido. É muito comum que a gente tenha usuários que chega com aquela ainda, aquela visão bem assim de que está pedindo um favor. (Helena)

E paralelo a isso a gente faz essas orientações também. Sempre levando em considerações a questão dos direitos sociais, de que ele é um sujeito de direito, que o sistema de saúde é público ele é gratuito. Que ele não tem que se sentir como se tivesse pedindo para o médico um serviço, um exame, um tratamento. Ele tá ali como, ele contribui pra isso, aquilo ali não é de graça, aquilo ali todos nós pagamos e pagamos caros nesse país e a gente paga imposto muito caro. Então, tem todo esse trabalho educativo mesmo, que a gente faz semanalmente com eles, com aqueles que podem sair do leito e com os familiares (Helena)

Um aspecto abordado foi o reconhecimento de que toda intervenção do assistente social necessita de uma Dimensão Educativa – no sentido de prestar uma orientação ou determinada informação –, pois, do contrário, torna-se apenas ação pontual. Pressupõe que toda intervenção é processo de trabalho visando um objetivo ou adotando uma finalidade, e que expor, dialogar e esclarecer para o usuário, como se constitui os processos determinantes daquela ação faz parte da Dimensão Educativa. Do contrário torna-se ação meramente técnica-operativa isolada, perdendo seu aspecto teórico-político: “Identifico como educativa, porque a gente não consegue fazer intervenção alguma se a gente não consegue esclarecer, o que não deixa de ser orientação básica. Fazer por fazer não é atuação profissional” (Vanessa).

A orientação também não é estratégia de atuação apenas com os usuários, mas também se expressa no cotidiano profissional do assistente social com outros profissionais. Destaca-se nesse sentido a procura de outros profissionais pelo assistente social, com maior qualificação em oferecer informações, principalmente relacionado a encaminhamentos.

Então a gente é pego nos corredores pra fazer orientações, para os colegas da equipe, pra gerenciar, ou pelo telefone que toca o tempo

---

<sup>48</sup> Para mais falas sobre desconstrução de representações sociais acessar Tabela 01 em Apêndice C.

todo, “aonde tem certa coisa? ” Então o pessoal vai fazendo as perguntas e a gente vai tentando orientar da melhor maneira possível. Talvez não seja da forma mais adequada, mas acaba que a gente está fazendo. Porque a gente acaba trazendo essa responsabilidade para o Serviço Social, mas é uma coisa que a equipe toda pode fazer.(Vanessa)

A questão da informação, no sentido de apresentar um determinado conhecimento ou realidade, é encarada também por uma das assistentes sociais como estratégia na consolidação do seu trabalho com seus companheiros de trabalho:

Essa história de trazer reflexão, atenção, procurar mais o ponto de conflito, no ponto saudável quer dizer de trazer a discussão. Eu particularmente evito trazer esse tipo de reflexão, eu costumo fazer mais isso na parte educacional. Eu vou na terapeuta ocupacional, vamos fazer um atendimento junto, para ela perceber algumas coisas que só na intervenção do serviço social se percebe. Prefiro fazer assim do que promover um ponto mais intencionado na equipe, porque gera realmente uma distância, um distanciamento (Vanessa)

É interessante ressaltar que encaminhar providências, prestar orientação social a indivíduos e grupos não são atribuições privativas do Assistente Social, sendo ação possível para qualquer outro profissional habilitado em fazer esse trabalho. Nesse sentido Vanessa cita:

Então eu tento fazer o contrário, eu tento fazer com que as pessoas tenham o acesso a nossa informação. Que eles consigam entender um pouco daquilo que a gente está fazendo, sem esconder uma carta na manga. Quero que todo mundo consiga entender e que chegue aqui minimamente e dizer assim: Mas você não tem o CID tal você não consegue o passa livre, você tem o CID tal você consegue o passe livre. Para eles se sentirem participando de alguma forma desse atendimento, e ver esse multi acontecer, porque o multi as vezes fragmenta e o inter pra acontecer precisa de uma suavidade na relação.

Observou-se que a orientação foi também associada à questão da participação democrática, estimulando a reivindicação, tanto em esferas mais amplas como participação em Conselho de Saúde, quanto em âmbitos mais individuais, como reclamações em ouvidorias<sup>49</sup>:

Outro que a gente vem estimulando por exemplo, agora no meio dessa ação do conselho, está sendo criado um conselho no CAPS, conseguimos alguns nomes, e está se empoderando<sup>50</sup> pra tomar

<sup>49</sup> Para mais declarações acessar Tabela 1 em Apêndice C.

<sup>50</sup> Não foi possível identificar qual foi o referencial teórico adotado para o termo “empoderamento” adotado nas falas das entrevistadas, considerando seu caráter polissêmico. Supõe-se que o termo foi relacionado a questão do fortalecimento da autonomia dos usuários para tomar, ocupar e reivindicar



decisões deliberativas dentro do caps. Que esse pessoal tem a fazer? Está indo na câmara legislativa para ser adornar de termos. Então a gente consegue fazer ações com alguns grupos, que fazem com que lá fora eles consigam se apresentar de forma mais segura, de forma mais aceita. (Vanessa)

É interessante considerar os riscos que perpassam o discurso da participação democrática. Como pontua Abreu (2009) com o reordenamento das relações entre Estado e Sociedade Civil, as funções de mobilização social e organização popular – explicito na função pedagógica da emancipação da/o assistente social – podem ter efeitos no sentido de reiterar com as tendências de cunho neoliberais, de repassar responsabilidade do Estado para a Sociedade Civil.<sup>51</sup> Nesse sentido, é estratégico pontuar as mediações, denunciando as contradições inerentes desses espaços e instrumentos de participação democrática, para que não se torne mera orientação pontual.

Observou-se de maneira geral a defesa por uma compreensão da orientação e acesso à informação como movimentos necessários para viabilização ou acesso a um determinado direito. Conclui-se assim que as reflexões geradas pela profissão desde a década de 1990, e em específico o componente ético-político na defesa intransigente dos direitos tem refletido no exercício profissional. Nesse sentido, também se questiona padrões de atuação tradicionais, negando postura de disciplinamento ou tutela com os usuários, dentro daquilo que Iamamoto (2007) coloca como assistente social profissional da coerção e consenso, e Abreu (2002) ao trabalhar a função-pedagógica da ajuda.

A partir destas análises, é possível identificar o vínculo entre a Dimensão Educativa no exercício profissional, com defesa intransigente dos direitos sociais, e a cidadania, tanto por viabilizar acesso a certos serviços, quanto por apresentá-los como sujeitos de direitos. Nesse sentido é importante observar que se perde nas falas o sentido da dimensão educativa como parte estratégica – mesmo que não exclusiva – no processo de emancipação humana. Pouco, ou muito superficialmente, comentou-se sobre a emancipação humana como direção norteadora da dimensão educativa no Serviço Social. Conclui-se assim uma tendência a identificar sua finalidade pautada no alcance

---

espaços de decisão política, associando-a principalmente a participação democrática. Reconhecemos que uma das fragilidades do trabalho é a ausência do debate do empoderamento político, e também sua associação com a educação popular, entretanto, pela ausência de domínio sobre temática, optou-se por não a abordá-la.

<sup>51</sup> Para mais informações consultar Abreu (2009).

da cidadania e de direitos sociais. Neste sentido, não se aprofundou nas polêmicas desses conceitos, tornando difícil analisar quais eram suas especificidades teórico-metodológicas.

É importante ressaltar, considerando Yazbek (2015) e Silveira (2013), que não se ignora a importância da educação como via para cidadania, no sentido de suscitar nos indivíduos o pensamento crítico em relação à sociedade e a si mesmo, pois a criticidade é essencial para desconstrução do senso comum, preconceitos e internalizações, que sustentam a condição de subalternidade. Entretanto, sem minimizar sua importância, é importante trazer à tona algumas questões vinculadas a essa temática. Uma delas é considerar a contradição inerente à cidadania e democracia, pois ao mesmo tempo em que elas podem ser reconhecidas como instrumento da burguesia, criando uma falsa concepção de igualdade perante o Estado e participação política por anular questões objetivas para sua efetivação, elas também permitem a penetração da classe subalternas aos meios de decisão. Sendo assim, identifica-se como limite a ausência de mediações nas falas das entrevistadas, o que consequentemente faz perder de vista o significado sócio-histórico que permeia a “proposta cidadã”. Além disso, como bem aponta Tonet (2016), enquanto pretende-se pautar um modelo de sociedade radicalmente diferente – livre de exploração de qualquer espécie como se expressa no Projeto Ético Político do Assistente Social – o caminho a ser seguido é o da emancipação humana.

### **3.1.2 A Dimensão Educativa como “Reflexão”: A Dimensão Investigativa como parte da Dimensão Educativa no Serviço Social**

Um segundo aspecto que se identificou como Dimensão Educativa no Serviço Social, foi aquilo de Yolanda Guerra (2009) trata como a Dimensão Investigativa do Serviço Social:

[...] é inerente à natureza de grandes partes das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-históricos, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cujas importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional (GUERRA, 2009, p.13).

Em uma das entrevistas abordou-se a necessidade da análise crítica do Assistente Social e, em segundo plano, a sistematização das informações apreendidas, resultando em reflexões tanto dos próprios profissionais, quanto para os indivíduos que tem acesso a essas informações.

De acordo com Guerra (2009) se estabelece uma construção histórica a partir da década de 1990, a qual preconiza um projeto pedagógico objetivando um perfil específico de profissional. De maneira sintética, podemos definir que se procura delinear um profissional intelectualizado, habilitado em agir em uma determinada área, preconizando analisar criticamente os problemas sociais acerca do seu objeto de intervenção, a questão social, e, conseqüentemente, torna-se estratégico uma ação investigava para identificar o conjunto de processos sociais que o delineiam. Para isso, são necessários um “sólido referencial teórico-metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sociocentros adequados ao *ethos* do trabalho, e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional” (GUERRA, 2009, p.1 grifos da autora). É a partir desse pressuposto que se considera a Dimensão Investigativa no exercício profissional– incluindo a pesquisa e, como produto, a sistematização de dados – como um dos aspectos apresentados como parte constituinte da Dimensão Educativa no Serviço Social.

Então eu penso que o serviço social ele originalmente, se ele não tiver essa dimensão educativa, ele não é serviço social, por isso que eu falei anteriormente. Qualquer espaço que você esteja, você tem sim que se entrar com a educação para você realizar o teu trabalho. Em todos os, eu tô com dificuldade de exemplificar, mas eu tenho uma experiência anterior, que foi dentro de uma unidade hospitalar, né? Que era o hospital de base, e que a gente sempre, sempre partir desse princípio também. “Ah Mariana você vai atuar na pediatria” a primeira coisa que eu fazia era saber quem é que está aqui? Aí eu fazia um levantamento, eu buscava informação sobre o grupo que eu vou atuar, está entendendo? [...] então para mim essa dimensão educativa que eu tô compreendendo, é mais ou menos isso, e aonde você chega você tem que buscar informação sobre o que você vai fazer. (Mariana)

A Dimensão Investigativa como Dimensão Educativa torna-se ainda mais latente no trecho a seguir:

E tem um objetivo, exatamente, porque que eu vou fazer isso? Porque eu tô fazendo essa análise? Por que eu tenho um objetivo maior eu acho, que é da inclusão, a gente discute muito isso, a gente fala muito isso, inclusão, participação, né? Acho que trazer um grupo, que você está trabalhando no momento, seja na saúde, seja na assistência social. Aonde você estiver pra se apropriar do que é... Então eu acho assim

que é a grosso modo é isso. Sempre, você sempre tem que saber no que é, qual é a questão mais importante, qual a questão social mais importante desse grupo. Então a gente sempre trabalhar nessa perspectiva. Não vai resolver, mas você tem que saber com o que você tá lidando. Então para mim essa dimensão educativa vem muita nessa direção. (Mariana)

Ao que se relaciona ao Serviço Social, é interessante ressaltar que a Dimensão Investigativa é movimento necessário para ultrapassar o limite do fenômeno – aquilo que captamos dentro da imediatez – para o conhecimento da razão dialética que analisa o objeto a partir dos seus processos históricos e contraditórios, sendo ação sempre aproximada e inesgotável da realidade. (GUERRA, 2009). Sendo assim, a Dimensão Investigativa do Serviço Social é um movimento de aproximação com o objeto de intervenção que necessita ultrapassar as aparências e realizar mediações para apreender de maneira mais aproximada seu objeto, ou em outros termos, a partir do conhecimento, converter o todo caótico (aquilo que é imediato) no concreto pensado (na totalidade). Considerando a questão social como objeto central de intervenção da profissão, Guerra (2009) também pontua, dentro das relações sociais capitalistas, que apreender a questão social, considerando-a produto da luta de classe, pode obscurecer ou esclarecer a realidade em que se insere, sendo necessário compreendê-la dentro da sua historicidade, a partir de uma análise sistemática, com pressupostos teórico-metodológicos e éticos-políticos definidos. Guerra (2009) ainda traz que o caráter investigativo da profissão permite, entre outros aspectos, “conectarmos (através de múltiplas mediações) às demandas da classe trabalhadora” (p.2). Tais estratégias são necessárias tanto para realizar intervenções qualificadas, quanto para não se apropriar de pautas, infantilizando ou tutelando os usuários, além de estabelecer um posicionamento ético-político e teórico-metodológico a respeito do seu objeto de intervenção.

É a partir desses pressupostos que se associa a Dimensão Investigativa com a Dimensão Educativa, relacionando assim a maneira como a profissão apreende a realidade e intervém sobre ela. Entretanto, de qual forma essa relação suscita a reflexão? A hipótese levantada é por meio da capacidade do Assistente Social de apresentar mediações entre o particular e o universal, sendo que, diante do projeto profissional hegemônico da profissão, no movimento investigativo da realidade é possível por meio da exposição e sistematização dessas informações, levantar pautas ou apresentar conhecimentos – considerando os aspectos teórico-metodológico e ético político para a

sua construção – pouco debatidos ou ignorados, que sejam de interesse das classes subalternas. Como discorre Guerra (2009):

Aqui se coloca a dimensão investigativa ela é dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando uma instrumentalidade e novo tipo: mais qualificadas, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão. (p.16)

Esses aspectos se expressam nos trechos analisados a seguir.

Então isso, ah eu posso estar em um ambiente superburocrático e me acomodar com isso, e se eu me acomodar, eu não me apresento como assistente social, porque eu acho que a nossa profissão ela é muito inquietante, ela traz isso. A gente sempre tá questionando, sempre tá buscando, o que o grupo que nós estamos aqui de defesa precisa, né? (Mariana).

Ah a gente tem que ver o que esse grupo tá pensando, nem sempre eu tenho entendimento, agora esses dias chegou uma demanda pra gente fazer um levantamento sobre o grupo, da população LGBT. Aí a gente ficou uns três dias buscando informações, as palavras, o significado, porque a gente não sabe de tudo. Mas então essa, assim a atuação do assistente social aqui, ele te obriga a sempre estar nessa dimensão educativa (Mariana).

É possível identificar nas duas falas selecionadas a busca pelas demandas de um grupo específico, aproximando-se da realidade desses usuários. É interessante ressaltar que este é o movimento mínimo necessário para se conseguir, como proposto por Iamamoto (2012), a apreensão da sua cultura, bem como sua estratégia de sobrevivência e apreensão da realidade, para que se possa objetivar intervenções qualificadas e não tutelares.

Outro aspecto levantado foi a importância da sistematização dessas informações para *legitimar* uma demanda ou intervenção considerando a “linguagem de dados” necessária para se comunicar com outros sujeitos ou áreas de conhecimento. Esse aspecto reflete aquilo que Guerra (2009) traz como garantia de estatuto de maioridade intelectual para a profissão.

A sistematização da informação a partir da dimensão investigativa é apresentada também como essencial para a execução e avaliação de políticas públicas, podendo intervir por meio da denúncia e/ou pelo acesso a informação.

Quando a gente terminou a pesquisa a gente teve alguns problemas, porque a gente não viu só coisas boas, a gente viu muitas coisas que precisam ser consertadas dentro desse serviço. Então isso não agrada

muita gente, só que a gente não tá aqui para agradar, a gente tá pra mostrar o que tá acontecendo e fazer com que as pessoas façam uma reflexão e conserte aquilo. A gente tá mostrando aonde tá errado, né? A gente avaliou que pode ser melhorado. (Mariana)

É interessante considerar que realizar este movimento investigativo não é apenas estratégia de apreensão aproximada da realidade, mas também ação necessária para identificar alternativas de respostas, apresentando novas possibilidades. (GUERRA, 2009). Sendo assim, é possível por meio da Dimensão Investigativa levantar um outro aspecto da realidade, com a finalidade de desconstruir *sensos comuns* e preconceitos.<sup>52</sup>

De maneira sintética, podemos dizer que a Dimensão Investigativa expressa na pesquisa e/ou na sistematização de informação como exemplificado nas entrevistas, fornece subsídios para a “elaboração de projetos de intervenções e a para a intervenção propriamente dita” (GUERRA, 2009), mas que para além disso, oferece sustentação para a negociação de possibilidades com outros sujeitos e oportuniza a reflexão, apresentando a partir disso, novas possibilidades de atuação e interpretação da realidade, se caracterizando como parte constitutiva da Dimensão Educativa no Serviço Social.

### **3.2 A Dimensão Educativa no Serviço Social: Limites e Possibilidades**

Considerando que todas as entrevistadas associavam a Dimensão Educativa como eminentemente parte do seu exercício profissional, parte significativa dos limites estavam associados a aspectos que o afetavam como um todo. Destacou-se nesse sentido as expressões da precarização do mundo do trabalho como o adoecimento, a relativa autonomia, principalmente no interior das suas relações multiprofissionais e a fragilidade das políticas públicas, ponderando que todas as entrevistadas localizavam a rede intersetorial como importante instrumento para a concretização do seu trabalho e consequentemente da Dimensão Educativa. As possibilidades ou estratégias adotadas para sua consolidação se pautaram em ações estruturantes como aperfeiçoamento das políticas públicas e a rede intersetorial, a participação em espaços de controle democrático e a qualificação dos próprios assistentes sociais a respeito da Dimensão Educativa no Serviço Social. A seguir, se analisará com mais detalhes esses pontos.

Em relação aos limites para a concretização da Dimensão Educativa, observou-se nas falas das entrevistadas algumas pontuações que podem ser identificadas como expressões do processo de precarização do trabalho. Como se expressa a seguir:

---

<sup>52</sup> Para mais trechos das entrevistas procurar na Tabela 2 no Apêndice C.

Onde entra a precarização do trabalho, não temos internet, estamos sem telefone, estão colocando gasolina para fazer a visita. Então a gente vem e assim, eu vim preparada para isso para outras coisas, mas no momento as coisas estão muita engessadas. Então a gente tem sim coisas que atrapalha o nosso percurso, e se as vezes a gente não se colocar para fazer isso, a gente acaba fazendo de tudo. E aí você acaba também podendo ficar com a imagem manchada, porque as pessoas não veem a gente trabalhando, porque não tem telefone, não tem internet, não tem gasolina. E a gente faz o que pode. E a gente não pode fazer orientações dentro do espaço doméstico, não é certo e isso acaba afetando todos usuários. (Vanessa)

Como desenvolvido por Iamamoto (2012), o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, especializada e demandada no interior das relações sociais capitalistas, o que implica identificá-lo como profissão assalariada, que vende sua força de trabalho e como tal está sujeito aos processos de precarização das relações trabalhistas. A partir dessa leitura também se identifica a dupla dimensão da profissão, que consiste em identificar o assistente social como profissional que responde uma necessidade social – o que legitima e demanda sua profissão – tornando-o assim proprietário da sua força de trabalho, e ao mesmo tempo, é profissão assalariada, dependente de meios e instrumentos de trabalho mediatizados por instituições sociais tensionadas pelas contradições inerentes às classes sociais na sociedade do capital (DEGENSZAJN, 2011).

Ainda partindo das considerações de Iamamoto (2012), é possível identificar expressões da condição do assistente social como profissional assalariado e sua relativa autonomia, que se reflete na indisponibilidade da profissão de ter controle sobre as condições e os meios de trabalho postos a sua disposição no espaço institucional – ou como explicito anteriormente, na ausência de meios para sua efetivação. Degenszajn (2011) cita também, que essas instituições, independentemente de sua natureza, também têm capacidade de delimitar os “objetos” de intervenção, adotando orientações específicas do seu interesse. Como pontua Mariana, que lida diariamente com sistematização de dados e informações para subsídios de outras instituições do GDF, algumas pautas e dados podem ser evitadas, de acordo com a vontade da instituição:

Então essa, essa é a nossa vamos dizer agenda, a gente busca sempre estar pautando, porque dentro das instituições públicas, né? Eu entendo dos anos que tô dentro do governo do distrito federal, a gente tem as vezes algumas responsabilidades, mas as vezes a gente não consegue é pautar isso, fazer com que essas, esses temas sejam discutidos, né? (Mariana)

E eu lembro que discutimos muito, eu e a estagiária, porque no final quando a gente estava com o nosso trabalho prontinho, veio a informação que não era para apresentar. Os dados estão muitos ruins, não os nossos dados, mas o serviço. Aí eu falei a gente vai recuar agora e não vamos publicar, em algum momento alguém vai, vai ver isso, claro que vai e viram. (Mariana)

A relativa autonomia se reflete também, considerando que os espaços ocupacionais em que se insere o assistente social, no envolvimento de diversos protagonistas, interesses, projetos e estratégias, em que é requisitada a presença de diferentes categorias profissionais que disputam espaços de reconhecimento e poder (DEGENSZAJN, 2011). Isso se reflete não apenas em embates ideológicos e políticos – como, por exemplo, negar certas pautas, ou não identificar determinada demanda – mas também nos próprios processos de trabalho, que são poucos estruturados ou ausentes.

É assim a gente tem um grupo muito grande de psicólogos, então na questão da psicologia a gente não consegue entrar muito nessa preparação. Na minha formação eu consegui trabalhar com a psicologia comportamental, mas a gente não consegue abordar de uma maneira muito clara no serviço social, porque desfoca a formação de base minha e da minha colega. E a gente tenta falar a mesma língua como equipe, por mais que eu saiba aplicar isso, ela não vai saber como aplicar e a gente não consegue sentar e fazer uma mesma linguagem. E isso pode trazer prejuízo para linguagem do grupo. Então tem coisas que eu consigo fazer e que ela consegue fazer, dentro da atividade dela que a gente não consegue encontrar e isso precisa ser revisto. (Vanessa)

Nesse sentido é possível visualizar divergências teórico-metodológicas que se justificam por se tratar de áreas de conhecimento distintas, mas que pela ausência de um processo de trabalho em conjunto, impossibilita o diálogo e consequentemente a efetivação de um trabalho de fato interdisciplinar.

A pauta da Dimensão Educativa como competência do Assistente Social de orientar e fornecer informações a indivíduos ou grupos de pessoas, foi diversas vezes associada ao trabalho com a Rede Intersetorial, pois os encaminhamentos realizados dependiam de serviços oferecidos por outras instituições considerando o caráter integrado das demandas. Supõe-se que isso se tornou latente considerando que Helena e Vanessa são assistentes sociais que trabalham diretamente com a política de saúde, que como prevê o SUS, visualiza a saúde em seu sentido amplo, exigindo abordagens de caráter integrativo. Mariana também apresentou vivências anteriores na política de saúde, quando trabalhou no hospital de base, além de citar o socioeducativo que também



trabalha fortemente com a rede socioassistencial. Aliado a isso, há vivências em que se observou a concepção do Assistente Social como profissional de referência quando se trata de localizar os serviços da rede intersetorial. Uma fala nesse sentido é<sup>53</sup>:

Então essa dimensão educativa eu acho que ela está presente com usuário na medida que eu entendo que ele é uma pessoa que está ali, naquele determinado momento, precisa de um certo serviço, precisa de um certo atendimento pra saúde, aí cabe a gente profissional junto com ele, verificar quais serviços que estão sendo oferecidos, de qual maneira. Ou se não, se não tem nessas instituições, qual ponto da rede que tem. Aí a gente faz as nossas parcerias, entra em contato, encaminha, orienta, acho que com usuário nesse sentido mesmo. (Helena)

Sendo assim, ao se perguntar a respeito dos limites identificados para a concretização da sua Dimensão Educativa, várias falas citaram a inviabilidade ou dificuldade de cumprir com esses encaminhamentos, ou seja, ter acesso a determinados serviços da rede:<sup>54</sup>

Eu acho assim como eu falei, como eu não vejo como uma coisa separada, então eu creio que no momento que você não consegue atender ou orientar o paciente ou encaminha devidamente para o serviço que ele necessita. Ou melhor, a gente até orienta, encaminha, mas não consegue o serviço que ele precisa e aí acaba interferindo no nosso fazer profissional, e acaba interferindo nessa dimensão educativa por tabela, né? (Helena)

Coerentemente com seu raciocínio, apontaram como possibilidade ou estratégias para a consolidação da Dimensão Educativa a melhoria das políticas públicas e consequentemente da rede intersetorial. Não se aprofundaram de qual forma isso se efetivaria ou, de qual maneira, a precarização das políticas públicas se estrutura. Alguns trechos nesse sentido são:

Eu acho que as estratégias passam necessariamente pelas condições de trabalho, por políticas públicas, assim efetivas [...] então se a gente tivesse serviços públicos realmente.... Eu trabalho no setor público, então eu dependo das políticas públicas. Serviços públicos que realmente funcionasse, que tivesse a adoção orçamentária, que realmente eles precisam ter, que o dinheiro fosse aplicado naquilo que ele é proposto legalmente, que tá lá nas normas, nas leis. Aí eu acho que isso impactaria sim na atuação profissional e por consequência na dimensão educativa, de um lado, assim vamos dizer, um lado mais... mais material do nosso trabalho. (Helena)

---

<sup>53</sup> Para mais trechos das entrevistas procurar Tabela 3 em Anexo.

<sup>54</sup> Para mais trechos das entrevistas procurar Tabela 3 em Anexo.

Como observado na análise das entrevistas, fica evidente a centralidade dos desafios relacionados à intersectorialidade, e também a ausência de estratégias para o enfrentamento dos limites colocados. Nesse sentido, observa-se dependência direta com a rede de serviços públicos para a concretização do seu trabalho e ausência de referências teórico-metodológicas ou de análises mais aprofundadas para identificar tanto os limites estruturantes, quanto as possibilidades para seu enfrentamento vinculados ou não a Dimensão Educativa no Serviço Social.

Como colocado por Nogueira e Tumelero (2015), subordinar a ação profissional aos limites institucionais pode resultar no esvaziamento do direcionamento ético-político reivindicado pela profissão, podendo retornar a uma intervenção tecnicista e acrítica como historicamente marcou a profissão. Não se ignora os limites e dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas, principalmente a partir da década de 1990, marcado pelos avanços neoliberais, com disposições gerencialistas, a desresponsabilização do Estado e as tendências a focalização, como apontado por Netto (1996), Boschetti e Behring (2011), além das dificuldades enfrentadas pelo rápido processo de institucionalização de grandes sistemas como o SUS (Sistema Único de Saúde) ou SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que resultam, entre outros aspectos, a fragilidade da rede de serviços necessários para a execução qualificada do atendimento integral aos usuários. Como aponta Nogueira e Tumelero (2015), essas dificuldades criam entraves para encaminhar a ação em uma linha emancipatória, participativa e democrática.

Nesse sentido, entretanto, não se pode ignorar dois pontos. O primeiro deles são os condicionantes estruturais que incidem sobre a profissão, em especial expressões da precarização do mundo trabalho e a relativa autonomia do assistente social, que entre outros aspectos afetam suas condições físicas e mentais, provocando-lhe sensação de impotência e consequentemente precarizando sua ação profissional. Considerando isso, a própria estrutura da instituição, seja pela natureza da demanda, seja pelo processo de exploração do trabalho, acaba lhe exigindo abordagens de cunho tecnicista e acríticas. O segundo é o debate do assistente social como mero prestador de serviços sociais – entendendo que serviços visam atendimento de demandas sociais por meio de política social e que em contexto de sociedade capitalista possui significados sociais contraditórios (NOGUEIRA; TUMELERO, 2015). Nesse sentido, é importante visualizar algumas limitações na prática do Assistente Social no campo das ofertas em serviços públicos. Podemos citar as tendências gerencialistas burocráticas que marcam

as políticas públicas a partir da década de 1990, sendo focadas no discurso da eficiência que se apresentam despidas de valores ou perspectivas políticas (NOGUEIRA; TUMELERO, 2015). Como aponta Netto (1996) no interior das transformações societárias a partir dos anos 1990, as exigências do mercado de trabalho para o Assistente Social, tendem a enfatizar nos resultados prático-operativos do trabalho. Considera-se também a relativa autonomia do assistente social que o impede de ter total controle dos meios necessários para o seu exercício profissional.

Entretanto é importante considerar que é por meio da relativa autonomia que é possível propor ações que escapam da lógica da instituição. Como aponta Degenszajn (2009):

[...] é nesses termos, expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho; competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (Lei de Regulamentação Profissional, Código de ética, Diretrizes Curriculares da formação profissional), cujos sujeitos que a exercem individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um movimento dinâmico e dialético de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional. (p.429)

Considerando esse “duplo-caráter” da autonomia relativa, e baseando-se em Yazbek (2015) e Abreu (2002), é possível identificar as possibilidades do assistente social de exercer, fora da rotina cotidiana da simples prestação de serviço, ações de cunho educativo sob um viés emancipador – ou nos termos de Nogueira e Tumelero “sementes de lutas para a emancipação humana”.

### **3.2.1 O Projeto Ético Político do Serviço Social e a Dimensão Educativa no Serviço Social.**

Ao se perguntar sobre as possibilidades ou estratégias para a efetivação da Dimensão Educativa, observou-se que parte das respostas eram pautadas em ações direcionadas ao exercício profissional como um todo, considerando a transversalidade das dimensões do Serviço Social. Seguindo a lógica da transversalidade observou-se propostas como fortalecimento da rede intersetorial – que foi pontuado anteriormente – a consolidação das equipes multidisciplinares – ou nas palavras de uma das

entrevistadas, propor relações de trabalho mais *inter* do que *multidisciplinar*<sup>55</sup> – e fortalecer a inserção dos usuários em espaços de participação democrática.

Primeiro o fortalecimento da participação social e do controle desse mesmo. A participação do conselho, essas assembleias que a gente consegue fazer todo mês, a gente tem conseguindo avançar bastante. (Vanessa)

Planejamento é uma estratégia necessária, o envolvimento da equipe também é necessário. Porque acaba que a gente está tentando fazer uma certa imposição e não vê o que o outro tem como também fazer. Então fazer uma intervenção com outros profissionais de forma educativa pode esclarecer melhor, trabalhar isso de maneira mais *inter* e focadamente. (Vanessa)

Ao que se referia diretamente à Dimensão Educativa, identificou-se estratégias de cunho técnico-operativas, como o desenvolvimento de abordagens em grupo que objetivassem intervenções educativas – no sentido de fornecer informações e orientações mais qualificadas. Nesse sentido Vanessa comenta:

Que a gente consiga fazer uma proposta mais educativa. Porque as intervenções individuais elas têm efetividade, mas elas sozinhas são muito pontuais. E a gente sabe que precisa ouvir de forma coletiva, não é todo mundo que precisa do serviço social, não é porque não consegue marcar na agenda, e as vezes não é porque não tem agenda, é porque tu não tens ciência de que aquilo, que aquela demanda que ele está trazendo não posso atender. Ou as vezes ele nem sabe que tem. (Vanessa)

Como a gente tá em todos os espaços ao mesmo tempo, a gente perde um pouco essa noção que a gente precisa sim de um planejamento efetivo. E trazer coisas mais grupais em relação ao usuário e a família no sentido de educar, trazer orientações com um entendimento mais pedagógico, mais passo a passo. (Vanessa)

Além desses pontos destaca-se a importância da qualificação dos próprios assistentes sociais a respeito da Dimensão Educativa no Serviço Social, e o reconhecimento da categoria das potencialidades de ações de cunho educativa. De acordo com Helena:

---

<sup>55</sup> Não foi possível identificar quais eram suas referências teóricas, ao se referir aos dois termos, entretanto, a partir de Pereira (2014), conseguimos identificar na fala da entrevistada multidisciplinariedade enquanto um conjunto de disciplinas ou de ramos especializado de saberes que se agregam em torno de um tema, uma problemática ou um objetivo comum, mas não se interpenetram. E isso significa que há apenas uma contribuição de saberes por “empréstimo” sem que haja uma modificação ou enriquecimento nas disciplinas envolvidas, sendo assim não há necessidade obrigatória de “trabalho de equipe e coordenado” ou, então, de um objeto ou estudo “sob diferentes ângulos, mas sem que antes tenha havido um acordo prévio sobre métodos a seguir ou sobre conceitos a serem utilizados” (Pereira, 2014, p.9-13).

Por outro lado, eu acho que é a questão do próprio profissional mesmo, dele se enxergar como um profissional que tem na sua prática, no seu fazer profissional, no seu dia-a-dia profissional, tem uma dimensão educativa, sua prática, tem uma dimensão educativa. Talvez o profissional ter consciência disso, ter conhecimento de se enxergar como alguém que também que tá contribuindo, por essa questão educativa. A educação não é só na escola, né? Não é só na sala de aula, mas todas as nossas ações, com a família, com os colegas, elas têm essa dimensão educativa também. Eu acho que esses dois lados, um lado é o lado material das políticas de funcionamento mesmo, de estrutura adequada, de número de profissional adequado, de políticas públicas de qualidade. E o outro lado é o lado do profissional, dele ter consciência disso, dele se enxergar, como um profissional que ele tem uma ação que é educativo. E está aberto, disponível, disposto a colaborar.

Identificou-se nas três entrevistas que a Dimensão Educativa está diretamente relacionada com uma questão de “posicionamento”, inferindo-se ao projeto ético-político da profissão. Referindo-se ao seu exercício profissional como um todo, Mariana comenta:

Eu vou, eu sou assistente social, então que que é ser uma assistente social, o que é que me motiva, né? Assim, o que, eu sempre tive muita angústia no início da profissão, porque eu acho que eu tava meio verdinha, a gente vai chegando nos espaços e as pessoas já tem uma demanda específica, né? E você tem que questionar que demanda é essa, porque você tem que saber de que lado você tá, eu sempre pensei assim, né? Posicionamento. Então não foi simples, não foi sempre muito fácil. Mas a gente sempre tem que ter essa dimensão educativa para você saber de que lado você tem de ficar. Porque a educação é isso, é você refletir, é você recuar se as vezes for necessário, mas você saber aonde quer chegar, né? Comprometido do assistente social com seu projeto profissional.

É a partir desse pressuposto que se torna interessante comentar a respeito da relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Dimensão Educativa.

Para fins introdutórios, é interessante considerar alguns pressupostos: (i) toda atividade humana pressupõe objetivos, metas e fins, o que, seja no âmbito individual ou coletivo, implica necessariamente um projeto, ou seja “uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-lo” (NETTO, 2007, p.2); (ii) nesse sentido, os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão com valores que a legitimam socialmente e sustentam seus objetivos, funções e consequentemente suas influências teórico-metodológicas e técnico-operacionais, supõe-se também que eles refletem projetos societários - o que no modelo capitalista atual, se expressa em projetos de

classes; (iii) sendo assim, toda prática profissional que expressa a Dimensão Educativa se sustenta no Projeto Ético Político da profissão enquanto projeto que media um projeto profissional e societário. Baseado nisso levanta-se a seguinte pergunta: a partir das entrevistas, como o Projeto Ético-Político Profissional se relaciona com a Dimensão Educativa no Serviço Social?

Não houve declarações específicas sobre essa pergunta, entretanto é possível identificar um aspecto que pode contribuir para essa questão: na fala das três entrevistadas afirmou-se a relação intrínseca entre a Dimensão Educativa no Serviço Social e a Dimensão Ético-Política do Serviço Social, assim como as demais dimensões, Teórico-Metodológica e Técnico-Operativa. Não se especificou claramente como essa relação se concretiza, mas é a partir dela que se supõe que ações de cunho educativas estão pautadas no Projeto Ético-Político<sup>56</sup> do Serviço Social. Retoma-se sua sintética definição:

[...] valor central a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, toma como princípios fundamentais a democracia e o pluralismo e posicionando-se em favor da equidade e da justiça social, opta por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”. (NETTO, 1996, p.30)

Essa relação intrincada entre as dimensões do Serviço Social, fica explícita a seguir:<sup>57</sup>

Eu acho que é muito imbricado esse processo, você não consegue dizer "Ah isso é técnico, isso é metodológico". Acho que tá muito imbricado essas dimensões todas no nosso fazer profissional no dia-a-dia. Dessa intimidade com os instrumentais técnicos, operacionais, metodológicos e essa dimensão educativa acho que ela engloba, ela compõe. Então não vejo assim como uma divisão. Agora isso é educativo, agora isso técnico, operacional, não, acho que é um conjunto. (Helena)

Como citado anteriormente, não houve declarações diretas de como o Projeto Ético Político se expressa na Dimensão Educativa, mas é possível, a partir de outros posicionamentos, identificar expressões dos valores que sustentam o projeto

---

<sup>56</sup> É importante considerar que o Projeto Ético Política é um processo de contínuo desdobramento que se materializa a partir do Código de Ética do Assistente Social de 1993, A Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares, tendo como subsidio para sua concretização instâncias políticas/organizativas da profissão como o CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. Para mais informações, buscar Teixeira (2009).

<sup>57</sup> Para mais trechos das entrevistas procurar Tabela 3 em Apêndice C.

profissional como a defesa intransigente dos direitos sociais, da democracia e da cidadania – como fica explícito nos tópicos anteriores.

É interessante considerar também, as dificuldades enfrentadas para a consolidação do Projeto Ético-Político que repercutem no cotidiano profissional. Entre outros aspectos – como a ofensiva do capital-financeiro e as políticas neoliberais que repercutem na categoria na forma de um neoconservadorismo profissional - Teixeira (2009) cita as dificuldades enfrentadas no campo “ideocultural”, que se sustenta entre outros aspectos, na cultura da “pós-modernidade”, na defesa do projeto societário capitalista – mesmo mais “humanizado” – como única alternativa. Sendo assim, é interessante observar, que mesmo que explicitamente não houvesse declarações nesse aspecto, identificou-se em uma das entrevistas descrença quanto a possibilidade de uma atuação profissional de fato emancipadora, restringindo a potencialidade do Serviço Social a viabilização ou acesso a um determinado direito social enquanto serviço prestado. Dando continuidade a essa observação, não houve, na totalidade das entrevistas, uma apropriação do projeto ético-político – implícito da relação intrínseca das dimensões – enquanto um projeto profissional na defesa de projeto societários que visa a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, raça, etnia ou gênero, ou seja, baseada em uma proposta radicalmente inovadora.

Para fins de síntese e de subsídio para as Considerações Finais, pontua-se alguns tópicos desse capítulo: (i) ao que se refere às perspectivas das entrevistadas, a Dimensão Educativa no Serviço Social está relacionada com a capacidade do assistente social de suscitar “reflexões” por meio de ações como prestação de orientação social e fornecimento de informações, em uma perspectiva de acesso e garantia de direitos, e por meio da Dimensão Investigativa a partir da sistematização e divulgação das informações; ao que se refere aos Limites e Possibilidade para a concretização da Dimensão Educativa, identificou entraves nas análises das entrevistadas por focalizar suas leituras na fragilidade da rede intersetorial, não enxergando as potencialidades da Dimensão Educativa no cotidiano profissional para além da ótica da prestação de serviço, nesse sentido destaca-se também a falta de mediações na análise sobre o Projeto Ético-Político da profissão, que apesar do seu reconhecimento ao que se refere a defesa intransigente dos direitos sociais e da cidadania, não o visualiza em exercício profissional enquanto projeto de sociedade radicalmente novo ou emancipador.

Como apresentado anteriormente, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se estruturou enquanto pesquisa exploratória, intencionando identificar a partir do seu

cotidiano profissional como os Assistentes Sociais apreendiam a Dimensão Educativa no Serviço Social, e identificar a partir das suas falas seus limites e possibilidades. Não se propõe aqui apresentar propostas para a superação das dificuldades apresentadas, seja ao que se refere aos problemas identificado na própria leitura das Assistentes Sociais, seja nos limites apontados diretamente ou indiretamente para a concretização da Dimensão Educativa no Serviço Social. Entretanto, considerou-se interessante, a partir das potencialidades da Dimensão Educativa no Serviço Social – identificadas nas interpretações exibidas pelas Assistentes Sociais e em transversalidade ao que sugere Iamamoto, Abreu e Yazbek – propor a seguinte pergunta: dentro dos limites apresentados no exercício profissional do assistente social, de qual forma a Dimensão Educativa se apresenta como possibilidade? Pretende-se responde-la de forma aproximada, sem intenção de esgotamento, nas Considerações Finais.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS – Delineando potencialidades da Dimensão Educativa no Serviço Social**

A construção desse trabalho permitiu demonstrar a existência de uma Dimensão Educativa no Serviço Social e delinear alguns limites e possibilidades a partir das perspectivas das assistentes sociais sobre o seu cotidiano profissional. Pautada na concepção de uma educação em seu sentido pleno, vinculada ao trabalho, enquanto dimensão da vida que faz parte constitutiva e constante do cotidiano – como foi articulado a partir de contribuições de Tonet (2011, 2016), Silveira (2013) e Mészáros (2005) – apresentou-se a partir de Abreu (2002, 2009), Iamamoto (2007, 2012) e Yazbek (2015), que a Dimensão Educativa no Serviço Social, vincula-se a capacidade do Assistente Social de agir sobre a maneira de pensar e agir dos usuários – e os demais sujeitos envolvidos à sua prática profissional – e que ela necessariamente reflete uma concepção de mundo, ou seja, um projeto de sociedade, que pode estar orientado em uma perspectiva de rompimento ou de conservação de uma determinada maneira de consciência, dependendo do seu projeto profissional ao qual adere direta ou indiretamente.

Adotamos como pressuposto a concepção de reprodução social, no sentido de que em uma ótica marxista, existe um movimento de reprodução e produção das relações sociais, vinculadas não apenas a uma maneira de produção material, mas também de um modo de conceber, pensar e agir sobre a realidade, ou nos termos de Iamamoto (2012), as relações sociais engloba tanto a reprodução da vida material, quanto da reprodução espiritual, significando deste modo não apenas sua coexistência, mas sua dependência mútua. Nesse sentido reconhece-se que a educação auxilia nos processos de reprodução das relações sociais, tanto na sua dimensão objetiva – auxiliando por exemplo na transmissão do patrimônio genérico necessários para o trabalho – quanto nas questões “espirituais” ao transmitir uma determinada maneira de compreender a realidade.

É a partir desses pressupostos que torna possível compreender, de acordo com Yazbek (2015), a importância das representações sociais – que influenciam na maneira de pensar e agir dos sujeitos – no processo de construção da condição de subalternidade, e a necessidade de identificar como eles se estabelecem para de construir uma prática profissional pautada no enfrentamento da condição de dominação dos sujeitos e auxiliar por meio de ações socioeducativas na construção de um movimento de reivindicação e questionamento por parte dos dominados, seja por via de espaços de protagonismo

político, como partidos políticos e movimentos sociais, seja no próprio cotidiano com ações de resistências e indagação. Ainda respaldada na ideia de produção e reprodução das relações sociais, podemos citar a tese da Função Pedagógica do Assistente Social apresentado por Abreu (2002) e, a partir dela, identificar a importância da ação de mobilização e organização das classes subalternas articulado a um projeto profissional que sustente um exercício profissional de cunho emancipador. Iamamoto (2007, 2008) também auxilia na construção desse debate quando, ao identificar o duplo caráter da relativa autonomia do assistente social – ou seja, ao mesmo tempo que enfrentamos limitações institucionais e estruturais, usufruirmos de certa autonomia enquanto profissão regulamentada e necessária, realizando “negociações” pautadas no nosso projeto ético-político – apresenta as possibilidades de ultrapassarmos o papel de assistente social enquanto profissional do consenso e coerção, e auxiliar na construção de uma “cultura pública democrática” ao exercer a função de educador político.

Considerando essas contribuições, foi possível identificar, a partir da análise das entrevistas, potencialidades da Dimensão Educativa no exercício profissional, destacando entre eles a capacidade do Assistente Social de suscitar a reflexão, seja por meio da orientação e prestação de informações, seja por meio da sua capacidade investigativa. Pontuou-se também a partir das entrevistas a necessidade de superação da compreensão do Assistente Social como mero prestador de serviços sociais, localizando como profissional qualificado de trazer à superfície as mediações que compõe os processos das relações sociais capitalistas – ou seja, apontar os limites e possibilidades no interior dessa sociabilidade burguesa – e a partir de sua dimensão educativa, localizar, dialogar e expor como se estrutura essas mediações.

Para fins de conclusão levanta-se a seguinte pergunta: considerando as transformações societárias em curso que afetam diretamente o exercício profissional de Assistentes Sociais e as particularidades observadas na atual conjuntura social e política do Brasil, como a Dimensão Educativa no Serviço Social se apresenta enquanto possibilidade?

Na atual conjuntura de reestruturação do capital mundializado, o Serviço Social é profissão que caminha em direção contrária ao projeto de sociedade do capital, sustentado em um longo movimento histórico de pensar e repensar as diferentes dimensões da prática da profissão, questionando suas raízes históricas com o conservadorismo religioso e tendências tecnocráticas, a partir do movimento constante

e ainda permanente de reconceituação. Torna-se atualmente necessário considerar as transformações sócio-históricas que impõe à profissão novas demandas e competências diante da recessão do grande capital financeiro que se reflete nas contrarreformas do Estado pautadas nos ajustes fiscais, na privatização do setor público, na redução da rede de proteção social, e intensificação da precarização das relações trabalhistas (IAMAMOTO, 2012).

É possível identificar esses pontos de maneira latente na atual conjuntura política brasileira, marcada pelo agravamento da crise econômica, política e jurídica, caracterizada pela reestruturação de diversas políticas e programas sociais sob o argumento do ajuste das contas públicas, como, por exemplo, a Reforma da Previdência Social, e a Emenda Constitucional n.95/2017, ou PEC 241/55, referente ao Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Isso denota uma tendência atual – ainda que antiga – de desmonte da rede social de proteção básica, que resultará ainda mais na fragilidade das políticas públicas e dos serviços sociais. Como aponta Iamamoto (2012) os problemas estruturais apresentados pelas tendências neoliberais no âmbito da relação entre estado e sociedade, irão afetar diretamente as demandas e consequentemente o exercício profissional do assistente social e que diante disso, torna-se essencial o fortalecimento da proposta de uma formação continuada, na constituição de uma agenda que discuta o significado e concepção das práticas profissionais, estabelecendo-se claramente qual é compromisso adotado pela profissão. Desta maneira, com um profissional qualificado, a profissão estará organizado para enfrentar as demandas e principalmente as tensões sociais e políticas, inerentes à sua realização profissional. Considerando esses aspectos e diante das dificuldades identificadas a partir dos dados – como a ausência de formação sobre o objeto da pesquisa ou o precário domínio teórico metodológico sobre o assunto – que se identifica a necessidade de se debater o tema de maneira mais articulada e sistematizada. Nesse sentido apresenta como alternativa, trazer esse debate na formação e nos espaços de discussão da categoria.

Outro aspecto a ser mencionado é que, aliado aos ataques aos direitos sociais, está o fortalecimento de uma cultura conservadora – vide reivindicações para intervenção militar, o desmonte de campanhas na defesa dos direitos humanos e projetos de lei como Escola Sem Partido. Trazendo as reflexões de Yazbek (2015) para essa análise, podemos identificar que essa onda de conservadorismo que atinge diversos

segmentos da sociedade, fortalece os processos de constituição da condição de subalternidade, em especial, ao que se refere às representações sociais de minorias sociais – um exemplo disso é a questão da redução da menoridade penal que nos últimos anos tem sido fortemente reivindicada por setores conservadores, e que não pode ser interpretado sem considerar o viés da criminalização do jovem pobre e negro. Em uma das entrevistas discutiu-se, por exemplo, a importância da Dimensão Educativa ao oferecer subsídios na construção de dados sobre o socioeducativo, e a importância da exposição desses dados por meio do diálogo com os demais profissionais e outras autoridades na construção do debate da menoridade penal no legislativo. A partir disso, podemos apresentar a Dimensão Educativa como estratégia de consolidação do Projeto Ético-político que pressupõe a desconstrução de qualquer espécie de preconceito, principalmente considerando o enfrentamento do conservadorismo.

Como apontado por uma das entrevistadas, a Dimensão Educativa no Serviço Social, enquanto capacidade de captação e sistematização de dados, pode apreender uma dimensão da realidade e a partir disso realizar as mediações necessárias para construção de conhecimento dos processos sociais. Isso permite não apenas aperfeiçoar sua intervenção a partir de uma compreensão mais profunda da realidade sujeita a sua ação, mas possibilita oferecer subsídios que induzam reflexões ou legitimidade de determinadas pautas de interesses das classes subalternas. Como citado anteriormente, as expressões da Dimensão Educativa – seja orientação, consultoria, etc. – estão articuladas entre si e incidem sobre a concretização ou fortalecimento do Projeto Ético-Político da nossa profissão. Compreender a realidade a partir das suas mediações, contradições e historicidade, nos permite também não adotar posturas messiânicas – por nos apresentar os limites da prática profissional –, nem fatalista – por nos permitir vislumbrar possibilidades, mesmo diante das dificuldades impressas na nossa profissão. (IAMAMOTO, 2012)

Apresenta-se como possibilidade também a Dimensão Educativa enquanto prática profissional associada à mobilização e organização social, como apresentado por Abreu (2002). Na atual conjuntura política, suscitar o debate a respeito da democracia – incluindo aqui seus limites e possibilidade – torna-se ação crucial. Como Iamamoto (2007) apresenta, é necessário fomentar uma “cultura pública democrática” e o assistente social, enquanto intelectual orgânico, comprometido com um determinado projeto de sociedade, pode auxiliar nos processos de construção dessa cultura. É

interessante comentar que suas ações nesse sentido não devem restringir apenas aos espaços de participação democrático, como os Conselhos e Conferências, mas também nos movimentos sociais e demais instrumentos de mobilização e organização social, em particular por meio da educação popular.

Observa-se que assim como a educação é dimensão da vida cotidiana, em movimento constante, a Dimensão Educativa no Serviço Social não deve ser reduzida a ações restritas, pois ela está presente no cotidiano do exercício profissional, sendo dimensão articulada às demais dimensões da profissão. Nesse sentido, é importante dizer que a capacidade do assistente social de intervir na maneira de pensar e agir dos sujeitos, não é produto apenas de ações interventivas, mas também do próprio significado social implícito nos serviços prestados aos usuários pelo qual o assistente social media entre os sujeitos e o Estado, como analisado por Yazbek (2015). Ter consciência da “amplitude” dessa Dimensão é essencial, tanto para evitar interpretações equivocadas sobre sua potencialidade, caindo em uma visão mistificadora ou messiânica da profissão, quanto para construir estratégias no cotidiano profissional que possam inibir significados sociais equivocados. Podemos citar como exemplo, o próprio significado social da Assistência Social, marcado pela marginalidade, que deve ser desconstruído com os usuários dessa política.

No decorrer do desenvolvimento dessa pesquisa identificou-se apenas uma fagulha das possibilidades apresentadas pela Dimensão Educativa no Serviço Social. Compreender que a realidade é um conjunto de determinantes em uma totalidade complexa, e que sua apreensão é um movimento aproximado e provisório, nos permite compreender que esgotar ou concluir esse assunto é inviável. Entretanto, como pretendeu-se, em segundo plano, apresentar nesse trabalho, discutir os limites e possibilidades da Dimensão Educativa no Serviço Social é importante contribuição na defesa de um projeto profissional comprometido com a superação da condição de subalternidade, e que visa, sem uma visão messiânica ou fatalista, plantar pequenas sementes emancipatórias.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da prática Profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina. Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Educativas Desempenhadas pelo Assistente Social. In: CFESS, ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1ªed. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 593-608.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O serviço Social na educação. **Revista Inscrita**. Rio de Janeiro. v. 6, p. 19-24, 2000.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2011

ANTUNES, Caio. **Trabalho, alienação e emancipação: a educação em Mészáros**. Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. 2010.

BARROCO, Maria Lúcia Silvia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3re. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BARROCO, Maria Lúcia Silvia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING. Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamento e história**. 2.ed. São Paulo: Cortez. 2011.

BRASIL. Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei 3.688/2000. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987. CFESS. Código de ética do/a assistente social. 9. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CFESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2013.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. O Assistente Social como Trabalhador Assalariado: Desafios Frente às Violações de seus Direitos. **Serviço Social & Sociedade**, v. 107, p. 420-437, 2011.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1.ed. Brasília - DF: CFESS / ABEPSS, 2009

DENTZ, Marta; SILVA, Roberto Rafael Dias. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 07-31, 2015.

FAZENDA, Ivani; André, M. (Org.); Gamboa (Org.); Silva (Org.); Frigotto (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1ªed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 40.Ed. São Paulo:Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: CFESS;ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23.Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. Os Espaços Sócio-Ocupacionais do Assistente Social. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: 2009a.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAVILLE, Christian.; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e Educação Popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social & Sociedade**, v. 109, p. 151-178, 2012.

MELO, Mariana Libanio. **Os Perfis Pedagógicos: Análise do Serviço Social na Educação**. Dissertação apresentação ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN. 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**. 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; Cruz Neto, O.; Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 80p

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O Marco conceitual da Vulnerabilidade Social. **Serviço Social em Debate**, v. 17, 2011.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A.E. (Org.). **Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2007

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. Ed. São Paulo: Cortez. 2011

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, v. 50, p. 87-132, 1996

NOGUEIRA, Vera Maria R.; TUMELERO, Silvana Marta. A relativa autonomia do assistente social na implementação das políticas sociais: elementos explicativos. **O Social em Questão**, v. 1. 2015.

PERANTONI, Fillipe Perantoni. **Serviço Social e perfis pedagógicos: elementos para uma análise crítica**. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013, Belo Horizonte/MG. Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

PEREIRA, P. A. P. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: Giselle Lavinas Monnerat; Ney Luiz Teixeira de Almeida; Rosemary Gonçalves de Souza. (Org.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. 1.ed. São Paulo: Papel Social, 2014.

PIANA, Maria. Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RIBEIRO, Jacqueline Bomfim. **Serviço Social, Questão Social e Educação**: Análise da Atuação do Assistente Social na Educação Frente à Perspectiva de Aprovação e Implantação do PL 3.688/2000. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. 2015.

SANTOS, Cláudia Mônica. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social (CRESS - MG), 2013.

SILVEIRA, Renê José Trentin. Ensino de Filosofia e cidadania: uma abordagem a partir de Gramsci. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP**, v. 94, 2013, p. 53-77.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua Teoria, Incidência no Brasil, Influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.



SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. **Revista Interface**, v. 2, p. 27-41, 2005.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na Educação:** saberes e competências necessários no fazer profissional. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2008.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1.ed. Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.

\_\_\_\_\_. **Educação e Ontologia Marxiana**. Revista Histedbr On-Line. 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 120, 2014, p. 677-693.

\_\_\_\_\_. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1ªed. Brasília - DF: CFESS / ABEPSS, 2009b, p. 125-141.

\_\_\_\_\_. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 1ªed. Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009a, p. 143-163.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

#### **BLOCO 1: PERFIL PROFISSIONAL**

- 01.** Se apresente enquanto Assistente Social.
- 02.** Comente rapidamente a respeito do seu cotidiano profissional (quais são os serviços oferecidos, os instrumentais utilizados, as finalidades do seu trabalho, e outras informações que você julgue interessante para compreender sua função na instituição em que você se encontra).

#### **BLOCO 2: DIMENSÃO EDUCATIVA NO COTIDIANO PROFISSIONAL**

- 03.** O que você entende como “Dimensão Educativa” no Serviço Social?
- 04.** Dentro da sua formação profissional (graduação, pós-graduação, cursos, seminários, etc.) você estudou a respeito da Dimensão Educativa no Serviço Social e/ou relação entre Serviço Social e Educação? Se sim, você acredita que ela foi satisfatoriamente abordada? E de qual forma isso contribuiu no seu cotidiano profissional?
- 05.** Você teve oportunidade de estudar sobre Educação (durante a graduação, em cursos, seminários etc.), mesmo não vinculada ao Serviço Social? Se sim, de qual forma isso contribuiu no seu cotidiano profissional?
- 06.** Você consegue identificar essa Dimensão Educativa no seu cotidiano profissional?
  - 06.1** Se sim:
    - 06.1.1** De qual forma ela se concretiza?
    - 06.1.2** Qual é sua relação com as demais Dimensões da profissão (Técnico-Operativo, Teórico Metodológicas e Ético-Político)?
    - 06.1.3** Como ela se expressa na sua relação com os usuários, colegas profissionais, instituição e estagiários?
    - 06.1.4** Quais são seus impactos sociais?
  - 06.2** Se não:
    - 06.2.1** Você sabe dizer os motivos para que isso ocorra?
    - 06.2.2** Você consegue identificar estratégias para que haja uma Dimensão Educativa no seu cotidiano profissional?
- 07.** Durante sua experiência de Supervisão de Estágio você conseguiu relacionar sua vivência com a Dimensão Educativa no Serviço Social?
  - 07.1.** Se sim, de qual forma?

### **BLOCO 3: LIMITES E POSSIBILIDADES DA DIMENSÃO EDUCATIVA**

**08.** Há alguma norma/diretriz/orientação que interfere direta ou indiretamente na Dimensão Educativa da sua ação profissional?

**08.1** Caso negativo você acredita que deveria existir?

**09.** Considerando os limites e possibilidades da sua atuação profissional, você identifica dificuldades para concretizar a Dimensão Educativa no Serviço Social?

**09.1** Se sim, quais seriam as ações necessárias para superação desses limites?

**10.** Quais estratégias você acredita que deveriam ser adotadas para a consolidação da Dimensão Educativa no Serviço Social no seu campo de atuação?

**11.** Gostaria de adicionais mais alguma coisa?

## APÊNDICE B – TCLE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, R.G. \_\_\_\_\_, concordo em participar do Trabalho de Conclusão de Curso “A Dimensão Educativa no Serviço Social – Uma Análise a Partir do Cotidiano Profissional”, desenvolvido pela estudante de Graduação em Serviço Social pelo Departamento de Serviço Social - SER da Universidade de Brasília - UnB (Universidade de Brasília), Laís Vieira Pinelli.

Declaro que estou ciente do objetivo geral do TCC, que consiste em discutir se há de fato uma Dimensão Educativa no Serviço Social e como ela se expressa e se concretiza no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais em articulação com as demais dimensões da profissão, identificando nessa análise quais são os limites e possibilidade para sua concretude.

Declaro ainda que estou a par da liberdade de recusar a responder às perguntas que eu julgar ofensivas e/ou me causarem constrangimento. Além disso, estou ciente que em caso de qualquer dúvida posso entrar em contato com a responsável pelo TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) Laís Vieira Pinelli pelo número (61) 98178-6661 ou pelo e-mail laispinelli@gmail.com.

O termo foi assinado por mim e pela entrevistadora do TCC.

Participante \_\_\_\_\_

CPF da/o Participante \_\_\_\_\_

Entrevistador/a \_\_\_\_\_

CPF do/a Pesquisador/a: \_\_\_\_\_

Data e local: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – TABELAS DE CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Tabela 01: Falas das entrevistas sobre orientação, informação e encaminhamento como instrumento de viabilização de direitos, classificada por categorias temáticas.	
Categorias Temáticas	Falas das Entrevistadas (nomes fictícios)
Comunicação	<p>Olha, eu tenho assim plena clareza de que o trabalho do assistente social ele é um trabalho eminentemente educativo. Ele é um trabalho educativo, ele é um trabalho de orientação, de esclarecimento, de encaminhamento, a gente está o tempo inteiro lidando com as pessoas na sua dimensão sujeito de direito, né? Sujeito de deveres também, basicamente a população que a gente atende aqui a gente tem muita população que é semialfabetizada ou que tem grau muito baixo de escolaridade. Então as pessoas, a gente tem que conversar bastante com elas, para orientar muitas vezes que tem certos direitos, certos benefícios, que não tem conhecimento da família. Então assim eu acho que é um trabalho eminentemente educativo. (Helena)</p> <p>É na forma de informação, de orientação nos atendimentos, principalmente em atendimentos individuais. A gente consegue fazer isso mais do que em atendimentos em grupos. Considerando até o cognitivo deles né? A família então consegue receber melhor essa orientação. As palestras, as vezes a gente convida as pessoas que vem de outros órgãos, para a gente poder trazer informações mais claras para eles, no sentido mesmo de tornar mais claro a informação. (Vanessa)</p>
Desconstrução de Representações sociais	<p>Que a gente trabalha para a autonomia deles, né? Do sujeito. Assim, se tem coisas que eles podem fazer com o médico a gente orienta. Olha, vai e faz pergunta, se o médico responder com grosseria se mantenha, assim, educado, porque você pode ir na ouvidoria reclamar, mas fique sabendo que é um direito seu, que o médico te deu um relatório, que ele te deu um atestado, sabe?</p>

	<p>Nesse sentido de que ele é sujeito de direito e que não está ali pedindo, não tá mendigando um serviço assim. (...), mas a gente ainda tem muita carência, né? Dessa noção de cidadania, o país precisa caminhar muito nesse sentido. É muito comum que a gente tenha usuários que chega com aquela ainda, aquela visão bem assim de que está pedindo um favor. (Helena)</p> <p>E paralelo a isso a gente faz essas orientações também. Sempre levando em considerações a questão dos direitos sociais, de que ele é um sujeito de direito, que o sistema de saúde é público ele é gratuito. Que ele não tem que se sentir como se tivesse pedindo para o médico um serviço, um exame, um tratamento. Ele tá ali como, ele contribui pra isso, aquilo ali não é de graça, aquilo ali todos nós pagamos e pagamos caros nesse país e a gente paga imposto muito caro. Então, tem todo esse trabalho educativo mesmo, que a gente faz semanalmente com eles, com aqueles que podem sair do leito e com os familiares (Helena)</p> <p>Eu consigo mais levantar essas questões dos direitos, mas eu trabalho também com essa questão do cognitivo comportamental com eles, sem levar muito para essa parte psicológica. Vou tentando levar essa parte para a educação e vou levando, não de readaptar, mas de reapresentar a vida cotidiana deles, representar a cidadanias deles. (Vanessa)</p> <p>Precisa saber sim, de conhecimento, para entender aquilo ali, não é que você vai discutir Marx com o paciente. Mas você precisa entender porque que ele está passando por aquela situação, então como você consegue fazer aquilo avançar? Então acredito que para você entender aquilo ali, então você tem que conversar com uma linguagem que ele consiga compreender e que ele não consiga se culpar por isso. Porque eu não estudei, porque me dissera que eu não quis nada com a vida, ou me disseram que eu</p>
--	---

	<p>era doido, ou que minha mãe não deixou ir porque eu não conseguia a aprender. Então a gente tem que trazer para eles para que eles compreendam, que não é culpa deles, que ele tem um adoecimento grave e que isso traz limitações e que essas limitações trazem consequência na vida financeira da pessoa. Porque o nosso mundo precisa circular em torno de dinheiro. Então eles se culpam por isso, eu não tenho trabalho, eu não estudo, eu não tenho dinheiro, então não preciso existir. Aí ele vai, vai lá em Foucault, ele fala muito sobre isso, o doido ter uma vida produtiva, que se ele não serve para produzir, o que que ele está fazendo aqui? (Vanessa)</p> <p>Sim, eu acredito que a gente consegue fazer com que as pessoas compreendam, que tem como fazer coisas práticas. Mas compreender porque não avançou, porque dali para frente não conseguiu passar, se for uma limitação, um adoecimento, se foi uma limitação social, se foi a falta de alimentação, tem coisas que a gente consegue trazer sem a gente ficar só fazendo cesta básicas aleatórias, só porque não tem comida hoje, sem refletir com eles o porquê. Precisa refletir, precisa ver. Daqui para frente eles conseguem resolver sozinhos. (Vanessa)</p>
Participação democrática	<p>Outro que a gente vem estimulando por exemplo, agora no meio dessa ação do conselho, está sendo criado um conselho no CAPS, conseguimos alguns nomes, e está se empoderando pra tomar decisões deliberativas dentro do caps. Que que esse pessoal tem a fazer? Está indo na câmara legislativa para ser adotar de termos. Então a gente consegue fazer ações com alguns grupos, que fazem com que lá fora eles consigam se apresentar de forma mais segura, de forma mais aceita. (Vanessa)</p> <p>E por isso eu acho interessante discutir com eles, porque empodera eles de alguma forma, eles conseguem reclamar no</p>

	<p>160 , eles conseguem dizer vamos fazer dessa forma, para que isso possa ser construído coletivamente. O importante é todo mundo reclamar todo mundo junto, né? Quem são os maiores prejudicados? Eles, né? (Helena)</p> <p>Primeiro o fortalecimento da participação social e do controle desse mesmo. A participação do conselho, essas assembleias que a gente consegue fazer todo mês, a gente tem conseguindo avançar bastante. (Vanessa)</p>
--	--

Tabela 2: Falas das entrevistas sobre A Dimensão Investigativa como parte da Dimensão Educativa no Serviço Social classificada por categorias temáticas.

Categorias Temáticas	Falas das Entrevistadas (nomes fictícios)
Dimensão Investigativa: Conhecimento e/ou Aproximação da Realidade, Realização de Mediações	<p>Então eu penso que o serviço social ele originalmente, se ele não tiver essa dimensão educativa, ele não é serviço social, por isso que eu falei anteriormente. Qualquer espaço que você esteja, você tem sim que se entrar com a educação para você realizar o teu trabalho. Em todos os, eu tô com dificuldade de exemplificar, mas eu tenho uma experiência anterior, que foi dentro de uma unidade hospitalar, né? Que era o hospital de base, e que a gente sempre, sempre partir desse princípio também. “Ah Mariana você vai atuar na pediatria” a primeira coisa que eu fazia era saber quem é que está aqui? Aí eu fazia um levantamento, eu buscava informação sobre o grupo que eu vou atuar, está entendendo? [...] então para mim essa dimensão educativa que eu tô compreendendo, é mais ou menos isso, e aonde você chega você tem que buscar informação sobre o que você vai fazer. (Mariana)</p> <p>E tem um objetivo, exatamente, porque que eu vou fazer isso? Porque eu tô fazendo essa análise? Por que eu tenho um objetivo maior eu acho, que é da inclusão, a gente discute muito isso, a gente fala muito isso, inclusão, participação, né? Acho que trazer</p>



	<p>um grupo, que você está trabalhando no momento, seja na saúde, seja na assistência social. Aonde você estiver pra se apropriar do que é... Então eu acho assim que é a grosso modo é isso. Sempre, você sempre tem que saber no que é, qual é a questão mais importante, qual a questão social mais importante desse grupo. Então a gente sempre trabalhar nessa perspectiva. Não vai resolver, mas você tem que saber com o que você tá lidando. Então para mim essa dimensão educativa vem muita nessa direção. (Mariana)</p> <p>Ah a gente tem que ver o que esse grupo tá pensando, nem sempre eu tenho entendimento, agora esses dias chegou uma demanda pra gente fazer um levantamento sobre o grupo, da população LGBT. Aí a gente ficou uns três dias buscando informações, as palavras, o significado, porque a gente não sabe de tudo. Mas então essa, assim a atuação do assistente social aqui, ele te obriga a sempre estar nessa dimensão educativa (Mariana).</p> <p>Então a gente acaba puxando um pouco para esse grupo, então eu sinto que não é educação. Não sei se educação a palavra, mas eu sinto que uma reflexão. Eu falo vou matricular você no assunto, as vezes brincando, né? Porque a pessoa realmente não tem o interesse, elas preferem ficar com a informação da televisão, né? Que são pessoas que a maioria da sociedade rejeita. Então quando você traz essa possibilidade, eu acho, eu não sei se é educar, mas você faz com que a pessoa reflita sobre quem tá ao seu lado, que tem pra gente discutir também, entendeu? Então não sei se é educação, não sei. Mas a reflexão eu acho que traz. E trouxe isso agora mais recentemente essa informação, e essa empresa três anos atrás nunca tinha feito nenhum levantamento sobre o sistema socioeducativo. E a gente fez uma grande pesquisa, que dava medo nas pessoas, mas a gente sugeriu e eles toparam essa agenda e a gente trouxe informação desses jovens. Que também a gente</p>
--	--

	<p>sentiu aqui que foi uma coisa que foi se aproximando, eles se aproximaram do dia-a-dia desses trabalhadores. Um tema que a gente só ver da informação que se vê na televisão e de forma, a de forma diminuir esse grupo. Que são pessoas perigosas, que são pessoas bandidas, e não sei o que, não sei o que, entendeu? Então eu fico assim as vezes muito satisfeita em trazer temas da nossa área, do nosso dia-a-dia, que as outras profissões não têm tanto contanto. (Mariana)</p>
<p>Dimensão Investigativa: Questionamento e Denúncia da Realidade</p>	<p>Então isso, ah eu posso estar em um ambiente superburocrático e me acomodar com isso, e se eu me acomodar, eu não me apresento como assistente social, porque eu acho que a nossa profissão ela é muito inquietante, ela traz isso. A gente sempre tá questionando, sempre tá buscando, o que o grupo que nós estamos aqui de defesa precisa, né? (Mariana).</p> <p>Sem perder o foco que você está trazendo uma informação importante, uma informação que dependendo da política vai refletir sim sobre aquela atuação junto aquele grupo que você... normalmente essas avaliações não são muito positivas, normalmente. A gente sabe como estão as políticas sociais, você sabe como são os serviços, você tá entendendo? Você está mexendo em um vespeiro, mas você sempre tem que vim nessa perspectiva, eu não estou aqui para julgar você, eu não estou aqui para botar o facão no seu pescoço, eu tô aqui pra te mostrar que existe uma política e que ela precisa ser cumprida, né? Então é mais ou menos isso é um processo. Mas é interessante também, ele é complicado, mas ele é muito interessante, porque você tem que saber como dialogar com esse todo grupo que tem diversos interesses, né? A pesquisa do conselho tutelar mesmo, amei fazer, porque você viu, que é um conselheiro, porque que foi feito um conselheiro, que momento a gente pensou. Um cara que está lá dentro da comunidade, e que vai fazer defesa de direitos de crianças e adolescentes em situações em violações de direitos. E a</p>

	<p>gente viu que muitos foram eleitos, e estavam lá, e nem sabia que era para isso. E a gente sempre começava a nossa abordagem com essa informação, ela é muito interessante, aí o cara se assustava, é isso aqui que você está para fazer. Ao mesmo tempo que eu tô fazendo um levantamento, eu tô fazendo essa parte, que eu não sei se é educação, mas que é reflexão. Que a gente tem essa, esse trabalho aqui a gente per limite isso, fazer essa reflexão. (Mariana)</p>
--	---

Tabela 3: Falas sobre os Limites e Possibilidades da Dimensão Educativa no Serviço Social classificada por categorias temáticas.

Categorias Temáticas	Falas das Entrevistadas (nomes fictícios)
<p>Precarização do Trabalho, Relativa Autonomia</p>	<p>Onde entra a precarização do trabalho, não temos internet, estamos sem telefone, estão colocando gasolina para fazer a visita. Então a gente vem e assim, eu vim preparada para isso para outras coisas, mas no momento as coisas estão muita engessadas. Então a gente tem sim coisas que atrapalha o nosso percurso, e se as vezes a gente não se colocar para fazer isso, a gente acaba fazendo de tudo. E aí você acaba também podendo ficar com a imagem manchada, porque as pessoas não veem a gente trabalhando, porque não tem telefone, não tem internet, não tem gasolina. E a gente faz o que pode. E a gente não pode fazer orientações dentro do espaço doméstico, não é certo e isso acaba afetando todos usuários. (Vanessa)</p> <p>É assim a gente tem um grupo muito grande de psicólogos, então na questão da psicologia a gente não consegue entrar muito nessa preparação. Na minha formação eu consegui trabalhar com a psicologia comportamental, mas a gente não consegue abordar de uma maneira muito clara no serviço social, porque desfoca a formação de base minha e da minha colega. E a gente tenta falar a mesma língua como equipe, por</p>

	<p>mais que eu saiba aplicar isso, ela não vai saber como aplicar e a gente não consegue sentar e fazer uma mesma linguagem. E isso pode trazer prejuízo para linguagem do grupo. Então tem coisas que eu consigo fazer e que ela consegue fazer, dentro da atividade dela que a gente não consegue encontrar e isso precisa ser revisto. (Vanessa)</p> <p>Então essa, essa é a nossa vamos dizer agenda, a gente busca sempre estar pautando, porque dentro das instituições públicas, né? Eu entendo dos anos que tô dentro do governo do distrito federal, a gente tem as vezes algumas responsabilidades, mas as vezes a gente não consegue é pautar isso, fazer com que essas, esses temas sejam discutidos, né? (Mariana)</p> <p>Como a gente tá em todos os espaços ao mesmo tempo, a gente perde um pouco essa noção que a gente precisa sim de um planejamento efetivo. E trazer coisas mais grupais em relação ao usuário e a família no sentido de educar, trazer orientações com um entendimento mais pedagógico, mais passo a passo. (Vanessa)</p>
Processos de Trabalhos	<p>Eu acho que a gente deveria estudar mais, primeiro ponto. Se preparar melhor para poder fazer propostas que sejam efetivas, convincentes na parte desse trabalho. Embora o serviço social seja uma categoria muito presente, muita acreditada, o pessoal tem muita firmeza na gente, precisa ter mais, ganhar mais espaço no sentido de fazer proposta de grupo que venha de encontro com a educação mesmo. Que a gente consiga fazer uma proposta mais educativa. Porque as intervenções individuais elas têm efetividade, mas elas sozinhas são muito pontuais. E a gente sabe que precisa ouvir de forma coletiva, não é todo mundo que precisa do serviço</p>

	<p>social, não é porque não consegue marcar na agenda, e as vezes não é porque não tem agenda, é porque tu não tens ciência de que aquilo, que aquela demanda que ele está trazendo não posso atender. Ou as vezes ele nem sabe que tem. (Vanessa)</p> <p>Por outro lado, eu acho que é a questão do próprio profissional mesmo, dele se enxergar como um profissional que tem na sua prática, no seu fazer profissional, no seu dia-a-dia profissional, tem uma dimensão educativa, sua prática, tem uma dimensão educativa. Talvez o profissional ter consciência disso, ter conhecimento de se enxergar como alguém que também que tá contribuindo, por essa questão educativa. A educação não é só na escola, né? Não é só na sala de aula, mas todas as nossas ações, com a família, com os colegas, elas têm essa dimensão educativa também. Eu acho que esses dois lados, um lado é o lado material das políticas de funcionamento mesmo, de estrutura adequada, de número de profissional adequado, de políticas públicas de qualidade. E o outro lado é o lado do profissional, dele ter consciência disso, dele se enxergar, como um profissional que ele tem uma ação que é educativo. E está aberto, disponível, disposto a colaborar. (Helena)</p>
Intersetorialidade, Políticas Públicas	<p>Então essa dimensão educativa eu acho que ela está presente com usuário na medida que eu entendo que ele é uma pessoa que está ali, naquele determinado momento, precisa de um certo serviço, precisa de um certo atendimento pra saúde, aí cabe a gente profissional junto com ele, verificar quais serviços que estão sendo oferecidos, de qual maneira. Ou se não, se não tem nessas instituições, qual ponto da rede que tem. Aí a gente faz as nossas parcerias, entra em contato,</p>

	<p>encaminha, orienta, acho que com usuário nesse sentido mesmo. (Helena)</p> <p>Os colegas precisam muito, porque eles veem o assistente social como o profissional, inclusive, que consegue dar mais informações mais precisas. Por exemplo, tudo que lida com rede, tudo que assim, já acabou as atividades do paciente aqui no CAPS, ele precisa sair daqui para ser reinserido para algum lugar, é habito da equipe botar na agenda do serviço social, porque quem vai dar o pontapé final é o serviço social. Porque a gente sabe aonde tem pratica integrativa de saúde, a gente sabe aonde tem escola com vaga, a gente sabe aonde tem curso, a gente sabe aonde tem terapia comunitária, a gente sabe aonde tem tudo. Então na cabeça dos profissionais, dos demais que não são assistentes sociais, o assistente social é o que faz tudo aqui dentro. Ele sabe para onde vai encaminhar, o que essa faz, o que essa não faz, que horas funciona, que horas não funciona. Então a gente tem muito assim, muitas solicitações da equipe, porque eles acreditam que a gente saiba de tudo. E querendo ou não acaba que a gente faz esse papel, e não é porque é só papel nosso, mas é porque da nossa formação essa história de saber aonde enviar, de fazer esse contato. (Vanessa)</p> <p>Se eu estou trabalhando com o socioeducativo, aqueles meninos lá no sistema socioeducativo, eles vão caminhar sozinhos com minha abordagem aqui? Não, eles precisam de uma educação legal, um trabalho, porque eles querem isso, eles não querem só educação. Eles vêm de famílias muito carentes, economicamente, aí eles precisam sim dar esse suporte familiar. Por isso eles tão ali, provavelmente eles foram para o tráfico, eles precisaram roubar, eles precisaram assaltar. Então você tem que analisar, o que eu aprendi nesse</p>
--	---

	<p>tempo inteiro é que todos esses grupos, no qual trabalhamos, as pessoas no qual trabalhamos, o ser humano, eles têm suas redes, eles precisam, um do outro. Eu sempre falo, você já conectou? Porque a gente tem que conectar, agora você pode falar isso, porque essa linguagem é de hoje. Você chega num espaço de trabalho, você tem que saber com quem você precisa conectar, para seu trabalho aparecer, para esse grupo que você defende precise também. (Mariana)</p> <p>Eu acho assim como eu falei, como eu não vejo como uma coisa separada, então eu creio que no momento que você não consegue atender ou orientar o paciente ou encaminha devidamente pro serviço que ele necessita. Ou melhor, a gente até orienta, encaminha, mas não consegue o serviço que ele precisa e aí acaba interferindo no nosso fazer profissional, e acaba interferindo nessa dimensão educativa por tabela, né? (Helena)</p> <p>Hum, eu acho que não, eu acho que a dificuldade é da nossa ação mesmo, da natureza do nosso trabalho, que a gente lida. O nosso trabalho depende de outras políticas, de outros atores, de outras instituições, de outros serviços, né? Principalmente na área da saúde o usuário tenha acesso aquele serviço que ele precisa. Muitas vezes precisa lançar mão de outras áreas de atuação, de outras políticas de saúde. E nem sempre a gente consegue fazer, consegue dar seguimento aquela demanda, porque vai esbarrar em outras políticas, outros setores, outras instituições que podem não ter aquele serviço que o usuário precisa na hora, naquele momento. Você não tem assim de uma linha de cuidados, que você vai ter dentro de uma demanda inicial até o final, até o ultimo serviço necessário. Porque em saúde você tem uma questão de integralidade de saúde, né? Então você começa com serviço aqui aquela</p>
--	---

	<p>demanda do paciente, ele requer uma outra rede, ele requer a rede completa, que vai daquela demanda inicial até finalizar o seu atendimento, para que seja integral, conforme tá lá na lei orgânica da saúde. Então muitas vezes pro usuário ter acesso a esse atendimento integral, para que ele tenha sua saúde recuperada, ele precisa tá, passar por outras esferas da atenção em saúde ou de outras esferas públicas ou de serviços, inclusive habitação. Por exemplo, se eu atendo uma criança que tem problema de asma e ela mora numa casa muito insalubre, não tem como resolver aquele o problema de asma dela, se ela não resolve a questão da pavimentação da rua, sana a questão da poeira, da coleta de lixo. Então você depende de outras políticas públicas e isso esbarra diretamente no nosso fazer, na nossa atividade. No atendimento daquela demanda do usuário, para que ele tenha aquele serviço de saúde integral e possa recuperar sua saúde. Então eu dependo de serviço da própria secretária de saúde, da própria unidade de saúde, mas dependo de outras políticas públicas, está? De outras, porque a saúde ela é, como a gente fala? Transversal, né? Você passa por outras políticas, depende de outras políticas para você ter saúde, ter acesso a saúde. Então a gente esbarra nessas deficiências dos serviços que impede que a pessoa possa recuperar sua saúde. (Helena)</p> <p>Eu acho que as estratégias passam necessariamente pelas condições de trabalho, por políticas públicas, assim efetivas. O problema no Brasil a gente tem muita lei, tem lei para tudo, estatuto para tudo, a gente tem pouca efetividade. Talvez se tivéssemos menos leis, menos estatutos, menos, talvez mais compactada, mas de fato funcionar. Essa é uma posição pessoal minha, eu acho que pulveriza muito e tem pouca eficácia, né? Então se a gente tivesse serviços públicos realmente.... Eu trabalho no setor público, então eu dependo</p>
--	--



	<p>das políticas públicas. Serviços públicos que realmente funcionasse, que tivesse a adoção orçamentária, que realmente eles precisam ter, que o dinheiro fosse aplicado naquilo que ele é proposto legalmente, que tá lá nas normas, nas leis. Aí eu acho que isso impactaria sim na atuação profissional e por consequência na dimensão educativa, se um lado, assim vamos dizer, um lado mais... mais material do nosso trabalho. (Helena)</p>
<p>Projeto Ético-Político</p>	<p>Eu vou, eu sou assistente social, então que que é ser uma assistente social, o que é que me motiva, né? Assim, o que, eu sempre tive muita angustia no início da profissão, porque eu acho que eu tava meio verdinha, a gente vai chegando nos espaços e as pessoas já tem uma demanda específica, né? E você tem que questionar que demanda é essa, porque você tem que saber de que lado você tá, eu sempre pensei assim, né? Posicionamento. Então não foi simples, não foi sempre muito fácil. Mas a gente sempre tem que ter essa dimensão educativa para você saber de que lado você tem de ficar. Porque a educação é isso, é você refletir, é você recuar se as vezes for necessário, mas você saber aonde quer chegar, né? Comprometido do assistente social com seu projeto profissional. (Mariana)</p> <p>Eu trago a contribuição desse projeto político, ético político do serviço social, né? Tanto que a gente conseguiu botar hoje uma gerência de políticas transversais. Porque as pessoas ficam focando muito na economia, né? Esse olhar o ser humano só por essa linha, e a gente criou um espaço de discussão de políticas sociais, que amplia um pouco esse olhar. (Mariana)</p>

<p>Transversalidade das Dimensões do Serviço Social</p>	<p>Essa dimensão educativa que você está se referindo, né? Essa relação com usuários... Como eu falei assim eu não vejo essa divisão, acho que no fazer profissional ela [a dimensão educativa] está muito conjunto, e está muito imbuído no nosso fazer profissional, tá imbuído muito na formação pessoal, da nossa visão de mundo. Dessa intimidade com os instrumentais técnicos, operacionais, metodológicos e essa dimensão educativa acho que ela engloba, ela compõe. (Helena)</p> <p>Eu acho que a dimensão educativa ela já transita aí tudinho, né? Como você fala, você tem ela como o teu carro chefe, automaticamente você tem que ter, tá abraçado com teu projeto político, né? Da nossa profissão. Técnico-Operativo também, porque querendo ou não eu trouxe para esse grupo de trabalho, aqui eu trouxe algumas coisas específicas do serviço social, né? Metodológica também e tô juntando com os dos demais. Porque aqui a gente tem economista, sociólogos, né? Mas a nossa, essa dimensão, teórico política, eu acho que eu trago bastante. Eu trago a contribuição desse projeto político, ético político do serviço social, né? Tanto que a gente conseguiu botar hoje uma gerência de políticas transversais. Porque as pessoas ficam focando muito na economia, né? Esse olhar o ser humano só por essa linha, e a gente criou um espaço de discussão de políticas sociais, que amplia um pouco esse olhar. (Mariana)</p>
<p>Estratégias, Possibilidades</p>	<p>Eu vejo uma precarização assim, quando a gente não consegue pautar algo que eu acho importante para a sociedade naquele momento. Como é que eu vejo? Todos os momentos que eu me vi encurralada, eu sempre acho que você construir informação é o melhor caminho. Vou te dar um exemplo. Eu era, quando eu estava no hospital de base a gente viu um desmoronamento do serviço social, né? Foram tirando, foi</p>

	<p>aposentado, igualzinho tá hoje, a gente não tinha telefone, a gente não tinha isso, a gente não tinha aquilo. Então a quem eu recorri? Eu recorri a Universidade de Brasília, que mandou uma estagiaria maravilhosa e a gente conseguiu construir, provar pro diretor do hospital de base, pro secretário, pra quem quer que seja, que você tirando o Serviço Social das unidades, como eles estavam fazendo, iria ser uma bomba relógio a qualquer momento, porque o nosso trabalho era muito importante. A gente foi mostrando o trabalho do Serviço Social pela informação, pelo dado. Enfim, a gente fez um levantamento aonde a gente mostrou que a gente tinha perdido 8 assistentes sociais em determinado tempo, e que tal clínica ia ficar sem profissional, que não ia ser bom para o paciente, a gente fez pesquisa de satisfação com o paciente, então a gente começou a criar informação pra pessoas visualizarem. Porque as pessoas só acreditam, só vale o que está escrito, só vale o que está no papel, as pessoas são assim. Aí eu lembro que o diretor do hospital só tirando a gente do lugar, foi uma confusão. E aí a gente fez o “Diagnóstico do Serviço Social dentro do hospital de base na época.” A gente fez o diagnóstico clínica por clínica. E foi construindo, a gente fez essa fotografia, aí um belo dia eu bati na porta dele e falei “e aí você vai ser o responsável por isso?” Aí ele falou “poxa Mariana você é uma das primeiras pessoas que me apresenta um negócio desse” diante disso tudo eu estou querendo dizer o seguinte, a gente primeiro tem que mostrar, não adianta ficar só de blábláblá. (Mariana)</p> <p>Então a gente acaba puxando um pouco para esse grupo, então eu sinto que não é educação. Não sei se educação a palavra, mas eu sinto que uma reflexão. Eu falo vou matricular você no assunto, as vezes brincando, né? Porque a pessoa realmente não tem o interesse, elas preferem ficar com a informação da</p>
--	--

	<p>televisão, né? Que são pessoas que a maioria da sociedade rejeita. Então quando você traz essa possibilidade, eu acho, eu não sei se é educar, mas você faz com que a pessoa reflita sobre quem tá ao seu lado, que tem pra gente discutir também, entendeu? Então não sei se é educação, não sei. Mas a reflexão eu acho que traz. E trouxe isso agora mais recentemente essa informação, e essa empresa três anos atrás nunca tinha feito nenhum levantamento sobre o sistema socioeducativo. E a gente fez uma grande pesquisa, que dava medo nas pessoas, mas a gente sugeriu e eles toparam essa agenda e a gente trouxe informação desses jovens. Que também a gente sentiu aqui que foi uma coisa que foi se aproximando, eles se aproximaram do dia-a-dia desses trabalhadores. Um tema que a gente só ver da informação que se vê na televisão e de forma, a de forma diminuir esse grupo. Que são pessoas perigosas, que são pessoas bandidas, e não sei o que, não sei o que, entendeu? Então eu fico assim as vezes muito satisfeita em trazer temas da nossa área, do nosso dia-a-dia, que as outras profissões não têm tanto contanto. (Mariana)</p>
--	---